

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS  
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

**Alessandra Jungs de Almeida**

**MOBILIZAÇÃO SOCIAL, ESTABILIDADE POLÍTICA E  
LEGITIMIDADE: AS SOCIEDADES PORO E SANDE NA  
FORMAÇÃO DO ESTADO NA PAZ E NAS GUERRAS DA LIBÉRIA**

Santa Maria, RS  
2017

**Alessandra Jungs de Almeida**

**MOBILIZAÇÃO SOCIAL, ESTABILIDADE POLÍTICA E LEGITIMIDADE:  
AS SOCIEDADES PORO E SANDE NA  
FORMAÇÃO DO ESTADO NA PAZ E NAS GUERRAS DA LIBÉRIA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS) como requisito parcial para a obtenção de grau de **Bacharela em Relações Internacionais**.

**Orientador: Prof. Dr. Igor Castellano da Silva**


**SANTA MARIA, RS  
2017**

**Alessandra Jungs de Almeida**

**MOBILIZAÇÃO SOCIAL, ESTABILIDADE POLÍTICA E  
LEGITIMIDADE: AS SOCIEDADES PORO E SANDE NA  
FORMAÇÃO DO ESTADO NA PAZ E NAS GUERRAS DA LIBÉRIA**

Monografia apresentada ao curso de  
Relações Internacionais da Universidade  
Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como  
requisito parcial para obtenção do grau de  
**Bacharela em Relações Internacionais**

**Aprovada em 12 de dezembro de 2017:**



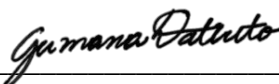
---

**Igor Castellano da Silva, Dr. (UFSM)**  
(Presidente/Orientador)



---

**Leonardo Granato, Dr. (UFRGS)**



---

**Germana Dalberto, Ma.**

## DEDICATÓRIA

*Às minhas avós, Ernestina Kemerich de Almeida e Marli Jungs, que não mais existem, mas que em vida dedicaram seu tempo e energia para cuidar de quem as rodeava. O exemplo delas enquanto mulheres da classe trabalhadora brasileira me guia diariamente na luta por um mundo mais justo.*

## AGRADECIMENTOS

Esta pesquisa, apesar resultado direto do trabalho e orientação de 2017, diz respeito também ao passo final na graduação em Relações Internacionais na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Portanto, vejo como necessário estender meus agradecimentos aqueles/as que fizeram essa graduação possível e estiveram presentes em minha caminhada.

Agradeço, primeiramente, à República Federativa do Brasil e à cada brasileiro e brasileira que com seu trabalho e suor contribuíram e contribuem diariamente para financiar o ensino universitário público, gratuito e de qualidade. Agradeço aos movimentos sociais e aos governos progressistas que possibilitaram a existência de uma política de cotas, sem a qual eu não teria ingressado na universidade pública. Conjuntamente, enquanto cotista, moradora da Casa do Estudante Universitário I (CEU I) e usuária ativa do Restaurante Universitário da UFSM, agradeço o comprometimento do movimento estudantil e da UFSM que proporcionaram uma política de permanência louvável nessa Universidade. Nesse sentido, agradeço aos técnicos e às técnicas, professoras e professores e estudantes que proporcionam não só o funcionamento da instituição, mas também o compromisso da mesma com a qualidade de ensino e permanência dos e das estudantes.

Ao Grupo de Estudos em Capacidade Estatal, Segurança e Defesa (GECAP), coordenado pelo professor Dr. Igor Castellano da Silva, agradeço pelas portas sempre abertas e pelo estímulo às discussões no âmbito das Relações Internacionais. Com o Grupo aprendi muito de minha profissão. Agradeço também a todos/as os/as participantes que fazem possível sua continuidade.

Ao professor Igor Castellano da Silva, inspiração enquanto profissional e pesquisador, agradeço a orientação nesta pesquisa. Compreendi, por meio dessa, muitas das minhas possibilidades e capacidades enquanto pesquisadora. Muito obrigada!

Ao grupo Migraidh/Cátedra Sérgio Viera de Mello UFSM agradeço por, nos termos de Paulo Freire, fazer manter vivo em mim o gosto pela rebeldia. Deixo um agradecimento especial às/aos companheiras/os de caminhada professora Dr.<sup>a</sup> Giuliana Redin e Luís Augusto Bittencourt Minchola. Com o Migraidh, compreendi a responsabilidade que temos sobre nossa reflexão e que a mudança que queremos pode ser trilhada todos os dias. Os espaços que construímos foram essenciais para o rompimento com a apatia e a passividade ainda tão comumente presentes na Universidade. A luta pelo direito humano de migrar continuará sendo uma constante em minha vida.

Agradeço ao Pré-Universitário Popular Alternativa e à Associação Capoeira de Rua Berimbau pelo que significaram para minha mente e para meu corpo nos anos de 2016 e 2017 e pelo que significam para a cidade de Santa Maria, enquanto espaços populares e culturais de resistência da população periférica da nossa cidade.

À minha mãe e ao meu pai, Cláudia Jungs de Almeida e Jones Alberto Kemerich de Almeida, agradeço por confiarem nas minhas escolhas e por me apoiarem incansavelmente, mesmo nos momentos mais difíceis. Agradeço também às minhas irmãs, Juliana e Mariana, por trazerem alegria me presenteando sempre com os melhores abraços. Vocês me fizeram sempre mais forte.

Agradeço também à minha avó Ernestina, Vó Tina, que cuidou afetiva e materialmente de mim na infância, adolescência e também durante metade dessa graduação, a força dela foi também minha sustentação. Estendo os agradecimentos às minhas tias, Nara, Nádia, Raquel e Vânia, pelo constante carinho e atenção que me dedicaram durante todo esse período.

Ao meu companheiro durante a jornada, Guilherme Pastl, agradeço a paciência, cuidado e convicção de que muitos sonhos seriam e serão realizados. A estrada há de fazer o sonho acontecer.

Às minhas amigas e aos meus amigos, agradeço a companhia, risos, ombros amigas/os e conversas compartilhadas. Deixo um carinho especial à Cecília Maieron Pereira, Ana Luiza Vedovato, Eduarda Piacentini, Jaqueline Bertoldo, Letícia Fagundes, Wagner Azevedo, Boris Zabolotsky, Júlia Loose, Marina Zuchetto, Bibiana Florio, Mariana Marques Sebastiany, Bruna Troitinho, Amanda Antonette, Gustavo Manduré, Arthur Mallman, Victor Lopes, Jocieli Decol e Douglas Gerhardt. Sem dúvida vocês foram parte fundamental e constituinte dessa experiência.

À todas/os agradeço de coração!

## **UTOPIA**

*Ilha onde tudo se esclarece.*

*Aqui se pode pisar no sólido solo das provas.*

*Não há estradas senão as de chegada.*

*Os arbustos até vergam sob o peso das respostas.*

*Cresce aqui a árvore da Suposição Justa  
de galhos desenredados desde antanho.*

*A árvore do Entendimento, fascinantemente simples  
junto à fonte que se chama Ah, Então É Isso.*

*Quanto mais denso o bosque, mais larga a vista  
do Vale da Evidência.*

*Se há alguma dúvida, o vento a dispersa.*

*O eco toma a palavra sem ser chamado  
e de bom grado desvenda os segredos dos mundos.*

*Do lado direito uma caverna onde mora o sentido.*

*Do lado esquerdo o lago da Convicção Profunda.  
A verdade surge do fundo e suave vem à tona.*

*Domina o vale a Inabalável Certeza.  
Do seu cume se descortina a Essência das Coisas.*

*Apesar dos encantos a ilha é deserta  
e as pegadas miúdas vistas ao longo das praias  
se voltam sem exceção para o mar.*

*Como se daqui só se saísse  
e sem voltar se submergisse nas profundezas.*

*Na vida imponderável.*

Wisława Szymborska, do livro Poemas, tradução de Regina Przybycien.

*"Não espere por um Gandhi, não espere por um rei, não espere por um Mandela. Você é o  
seu próprio Mandela, seu próprio Gandhi e seu próprio rei"*

Leymah Gbowee, ativista liberiana, que organizou o movimento de paz que colocou fim à  
Segunda Guerra da Libéria em 2003.

## RESUMO

### **MOBILIZAÇÃO SOCIAL, ESTABILIDADE POLÍTICA E LEGITIMIDADE: AS SOCIEDADES PORO E SANDE NA FORMAÇÃO DO ESTADO NA PAZ E NAS GUERRAS DA LIBÉRIA**

AUTORA: Alessandra Jungs de Almeida

ORIENTADOR: Igor Castellano da Silva

A presença de sociedades secretas pré-coloniais no Estado liberiano contemporâneo evidencia a discussão sobre a relação das instituições indígenas na África com o Estado Nacional e a sociedade. Partindo dessa discussão, a presente pesquisa tem como objetivo analisar a influência das sociedades secretas Poro e Sande da Libéria em três variáveis dependentes: legitimidade, estabilidade política e mobilização social, nos momentos de formação do Estado da Libéria na paz e nos conflitos armados de 1989 e 1999. A hipótese adotada é de que, na Libéria, no período de paz, as sociedades secretas Poro e Sande legitimaram líderes do governo central por meio de um sistema sócio-político de governanças locais, institucionalizando a relação com a sociedade, gerando baixa mobilização social e influenciando a estabilidade política do país. No período de guerra, as sociedades Poro e Sande influenciaram na falta de legitimidade do governo frente a sociedade, sendo instrumento de mobilização social e influenciando na desestabilização política do regime, o que gerou os conflitos armados de 1989 e 1999. O estudo justifica-se por abordar o Estado e a guerra na África a partir da perspectiva das instituições indígenas. Instituições que resistiram à violência colonial e estão presentes na África moderna, tanto por meio do Estado, enquanto elites políticas, quanto em paralelo ou frente a ele, enquanto grupos insurgentes. Para tanto, a presente pesquisa propõe-se a realizar um estudo de caso com método hipotético-dedutivo e técnica de pesquisa bibliográfica com variáveis qualitativas.

**Palavras-chave:** Libéria. Guerra na África. Formação de Estado. Sociedades Secretas. Legitimidade. Mobilização Social. Estabilidade Política. Instituições Indígenas.

## ABSTRACT

### **SOCIAL MOBILIZATION, POLITICAL STABILITY AND LEGITIMACY: SOCIETIES PORO AND SANDE IN STATE FORMATION IN PEACE AND IN THE WARS OF LIBERIA**

AUTHOR: Alessandra Jungs de Almeida

ADVISOR: Igor Castellano da Silva

The presence of pre-colonial secret societies in the contemporary Liberian State highlights the discussion of the relationship of indigenous institutions in Africa with the National State and society. Based on this discussion, the present research aims to analyze the influence of the Liberal Poro and Sande secret societies on three dependent variables: legitimacy, political stability and social mobilization, at the time of formation of the State of Liberia in peace and in the armed conflicts of 1989 and 1999. The hypothesis adopted is that in Liberia during the peace period the secret societies Poro and Sande legitimized central government leaders through a socio-political system of local governance, institutionalizing the relationship with society, generating low social mobilization and influencing the political stability of the country. In the war period, the Poro and Sande societies influenced the lack of legitimacy of the government vis-à-vis society, being an instrument of social mobilization and influencing the political destabilization of the regime, which generated the armed conflicts of 1989 and 1999. The study is justified for addressing the state and war in Africa from the perspective of indigenous institutions. Institutions that have resisted colonial violence and are present in modern Africa both through the state as political elites and in parallel or in front of it as insurgent groups. For this, the present research proposes to carry out a case study with hypothetical-deductive method and bibliographic research technique with qualitative variables.

**Keywords:** Liberia. War in Africa. State Formation. Secret Societies. Legitimacy. Social Mobilization. Political stability. Indigenous Institutions.



## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ECOMOG	Grupo de Observação Militar da CEDEAO - <i>ECOWAS Military Observer Group</i>
ECOWAS	Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental - <i>Economic Community of West African States</i>
INPFL	Frente Patriótica Nacional Independente da Libéria - <i>Independent National Patriotic Front of Liberia</i>
LDF	Força de Defesa de Lofa - <i>Lofa Defense Force</i>
LURD	Liberianos Unidos pela Reconciliação e Democracia - <i>Liberians United for Reconciliation and Democracy</i>
MODEL	Movimento pela Democracia na Libéria - <i>Movement for Democracy in Liberia</i>
NPFL	Frente Patriótica Nacional da Libéria - <i>National Patriotic Front of Liberia</i>
ULIMO	Movimento da Libertação Unida da Libéria pela Democracia - <i>United Liberation Movement of Liberia for Democracy</i>
UNMIL	Missão de Observação das Nações Unidas na Libéria - <i>United Nations Observer Mission in Liberia</i>
WIPNET	Mulheres no Programa de Consolidação da Paz - <i>Women in Peacebuilding Program</i>

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO GERAL</b> .....	11
<b>2 AS INSTITUIÇÕES INDÍGENAS NA ÁFRICA: GUERRA E FORMAÇÃO DE ESTADO</b> .....	17
2.1 AS INSTITUIÇÕES INDÍGENAS NA ÁFRICA .....	18
<b>2.1.1 As Sociedades Secretas</b> .....	22
2.2 O ESTADO E A GUERRA NA ÁFRICA .....	25
<b>2.2.1 O Estado na África</b> .....	25
<b>2.2.2 A Guerra na África</b> .....	31
<b>2.2.3 O Estado e a Guerra na África</b> .....	35
2.3 AS INSTITUIÇÕES INDÍGENAS E SUA RELAÇÃO COM O ESTADO E A GUERRA: LEGITIMIDADE, ESTABILIDADE POLÍTICA E MOBILIZAÇÃO SOCIAL .....	37
2.4 CONCLUSÃO DO CAPÍTULO .....	41
<b>3 AS SOCIEDADES SECRETAS E A FORMAÇÃO DO ESTADO NO PERÍODO DE PAZ</b> .....	43
3.1 AS ORIGENS E CARACTERÍSTICAS DO ESTADO LIBERIANO .....	43
3.2 AS SOCIEDADES SECRETAS PORO E SANDE NA LIBÉRIA .....	52
<b>3.2.1 A sociedade Poro</b> .....	54
<b>3.2.2 A sociedade Sande</b> .....	57
3.3 A INFLUÊNCIA DAS SOCIEDADES SECRETAS NAS VARIÁVEIS: MOBILIZAÇÃO SOCIAL, ESTABILIDADE POLÍTICA E LEGITIMIDADE .....	58
3.4 CONCLUSÃO DO CAPÍTULO .....	63
<b>4 AS SOCIEDADES SECRETAS E A FORMAÇÃO DO ESTADO NO PERÍODO DE GUERRA</b> .....	64
4.1 AS GUERRAS DA LIBÉRIA DE 1989 E 1999 .....	64
4.2 AS SOCIEDADES PORO E SANDE NA GUERRA .....	70
4.3 A INFLUÊNCIA DAS SOCIEDADES SECRETAS NAS VARIÁVEIS: MOBILIZAÇÃO SOCIAL, ESTABILIDADE POLÍTICA E LEGITIMIDADE .....	73
4.4 CONCLUSÃO DO CAPÍTULO .....	76
<b>5 CONCLUSÃO</b> .....	77
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	81

## 1 INTRODUÇÃO GERAL

Nas Relações Internacionais, vem se ampliando as pesquisas sobre a formação do Estado e a guerra no Terceiro Mundo, com o intuito de compreender os constrangimentos e perspectivas das dinâmicas políticas e securitárias dessas regiões. A partir do entendimento de que na África a formação de Estados Nacionais aconteceu por meio do imperialismo que coagiu e proibiu diversas formas de organização social, nesta pesquisa buscamos compreender instituições indígenas com profundas raízes históricas no continente e sua relação com a legitimidade, estabilidade política e mobilização social.

Nesse sentido, esse estudo se justifica por abordar o Estado e a guerra na África a partir da perspectiva das instituições indígenas, que têm sido pouco abordadas por estudiosos e estudiosas na temática. Observamos que as instituições indígenas resistiram à violência colonial e estão presentes na África, tanto por meio do Estado, enquanto elites políticas, quanto em paralelo ou frente a ele, enquanto grupos insurgentes. Assim, contribuimos para a superação do desconhecimento das instituições indígenas e de sua relevância na África Contemporânea. Além disso, o Brasil passou por quase quatro séculos de escravidão, que ao chegar ao fim não foi superada no cotidiano da população e apresenta-se em nossa sociedade por meio do racismo e exclusão da população afro-descendente. Logo, a presente pesquisa visa contribuir, enquanto material de pesquisa, para a aplicação da Lei 10.639/2003, que torna obrigatório o ensino da História e Cultura Afro-brasileira nas escolas. Pois, nesse estudo, abordamos a história de um país africano, Libéria, que por se situar nesse continente proporciona, com esta pesquisa, o conhecimento do território africano, bem como seus aspectos econômicos, securitários, sociais, históricos e culturais.

Ressaltamos então, que entendemos as instituições indígenas enquanto grupos sociais e políticos com raízes históricas no continente africano, com formação a partir de parentesco, clãs, linhagens, associações culturais e comunidades de aldeias (CHAZAN, 1992, p. 77). Naomi Chazan et al (1992, p. 77) e Goran Hyden (2006, p. 52) definem esses modos de organização pré-coloniais como grupos primários de instituição social, pois quem participa das instituições nasce nessa estrutura, tendo então grande adesão e fazendo com que a manutenção da instituição aconteça na África contemporânea (Ibid., 1992, pp. 74-80). Ademais, as instituições indígenas, enquanto não governamentais, concentraram poder político independente das instituições governamentais modernas, principalmente por existirem há mais tempo que os Estados Nacionais na África.

Para compreender a interação e as consequências dessas instituições na África contemporânea, é necessário o entendimento sobre formação dos Estados Nacionais no continente africano. Para isto, entendemos como importante uma incursão sobre os estados na África pré-colonial e colonial, e não somente sobre as instituições que se desenvolveram após as independências e a descolonização (CHABAL, 1992, p. 5). Assim, entendemos como uma premissa nessa pesquisa o entendimento do estudo sobre os Estados africanos na pré-colonialidade e colonialidade, visto que os Estados não surgem de forma radical e espontânea, mas têm um curso histórico que atua impactando as dinâmicas atuais (THOMSON, 2004, p. 7). Por isso, percebemos como um engano discutir o Estado pós-colonial na África, sem antes discutir o estado pré-colonial e colonial, porque o primeiro não surgiu automaticamente a partir de um processo de autocriação (CHABAL, 1992, p. 68).

Para compreender a guerra e a guerra na África, compreendemos que as guerras africanas, apesar de algumas vezes envolverem conflitos entre facções étnicas, nada têm de primitivas ou irracionais. Como tantas outras guerras, as guerras da África estão envoltas por questões políticas e históricas. Portanto, rejeitaremos nesta pesquisa a compreensão eurocentrada e evolucionista colonizadora, que nega a racionalidade das populações de regiões periféricas. Como modelo de análise para compreender a guerra, utilizaremos o estudo do autor Igor Castellano da Silva (2017, p. 2), que propõe uma tríade securitária que caracteriza esses conflitos. Essa tríade, segundo o autor, envolve 1) a presença de grupos irregulares e atores não estatais nos conflitos armados 2) a continuidade da guerra *proxy* e de rivalidades interestatais 3) conflitos regionalizados capazes de articular sistemas regionais.

Nesse sentido, percebemos o enfraquecimento do Estado africano como causa e consequência de conflitos armados, por isso também relacionamos com a fragilidade das instituições estatais e de suas capacidades de se legitimarem no continente. Essa relação nos leva a observar que as instituições indígenas, enquanto mais antigas que o Estado colonial na África, adquirem capacidade de adesão que podem instrumentalizar legitimidade, mobilização social e estabilidade política nos países africanos. Por conta do caráter de adesão que possuem, as instituições indígenas têm lideranças com mais possibilidade de terem autoridade aceita pelo grupo que fazem parte, ou seja, legitimidade. Em grande medida, a mobilização das instituições indígenas dependerá da capacidade de articulação do grupo para reivindicar espaços na política interna e também de suas lideranças com as elites políticas do país em que estão inseridas. Além disso, conforme Charles Tilly e Sidney Tarrow (2015, p. 130) essas lideranças, nesse caso das instituições indígenas, podem agir por meio do Estado ao tornarem-se elites, podendo ser fator

de desmobilização dos seus grupos ao se institucionalizarem no aparato estatal, garantindo estabilidade política.

A partir disso, as sociedades secretas Poro e Sande na Libéria, país da África Ocidental, ilustram a existência de instituições indígenas no aparelho burocrático do Estado Nacional. As sociedades Poro e Sande são sociedades de iniciação com uma estrutura hierarquia, sendo Poro exclusivamente para homens e Sande exclusivamente para mulheres. Kenneth Little (1965, p. 350) e Filomina Steady (2005, p. 96) alegam que provavelmente as sociedades existam há mais de 400 anos, com um grande número de atividades políticas e religiosas sob seu poder e espalhadas entre vários grupos étnicos da Libéria. E, ainda que tenham sofrido pressões e transformações com a penetração do modelo de Estados Nacionais modernos, as sociedades Poro e Sande sobreviveram e continuaram a ter relevância na sociedade liberiana (OLUKOJU, 2006, p. xi). Além disso, analisaremos a guerra e a formação do Estado a partir de três conceitos: legitimidade, estabilidade política e mobilização social, sendo eles, respectivamente, aceitação da autoridade, continuidade do sistema político e organização coletiva para atingir um objetivo. Esses três conceitos foram escolhidos por serem centrais na relação do Estado Nacional com as instituições indígenas, visto que em nossa percepção articulam, em grande medida, essa relação.

Neste cenário, a pergunta que guia este trabalho é: como as sociedades secretas Poro e Sande impactaram no processo de formação do Estado liberiano na paz e nas guerras da Libéria? A partir disso, a hipótese que guia a pesquisa é: na Libéria, no período de paz, as sociedades secretas Poro e Sande legitimaram líderes do governo central por meio de um sistema sócio-político de governanças locais, institucionalizando a relação com a sociedade, gerando baixa mobilização social e influenciando a estabilidade política do país. No período de guerra, as sociedades Poro e Sande influenciaram na falta de legitimidade do governo frente a sociedade, sendo instrumento de mobilização social e influenciando na desestabilização política do regime, o que gerou os conflitos armados de 1989 e 1999.

Portanto, o objetivo geral deste estudo é analisar a influência das sociedades secretas da Libéria em três variáveis dependentes: legitimidade, estabilidade política e mobilização social, na formação do Estado na paz e nos conflitos armados de 1989 e 1999. Para isso cabem três objetivos específicos. Primeiramente, compreender o que são as instituições indígenas e as sociedades secretas da África, como deu-se a formação dos Estados na África, quais as principais características das guerras no continente e qual a relação disso com legitimidade, estabilidade política e mobilização social. Em segundo lugar, procura-se compreender a formação do Estado liberiano e como as sociedades Poro e Sande influenciaram na sua formação, no que concerne à legitimidade, estabilidade política e mobilização social. Em

terceiro lugar, analisam-se as guerras liberianas de 1989 e 1999 e o papel das sociedades Poro e Sande nesses conflitos, sobretudo em sua relação com a legitimidade, estabilidade política e mobilização social.

A presente pesquisa propõe-se a realizar um estudo de caso com método hipotético-dedutivo e técnica de pesquisa bibliográfica com variáveis qualitativas. O caso da Libéria foi escolhido porque o país apresenta instituições indígenas que ao longo do tempo mantiveram-se enquanto organizações políticas relacionando-se com o Estado nacional moderno. Optamos por fazer um estudo de caso porque, conforme Robert Yin (2003, p. 6), quando as pesquisas têm como questões “como” e por que” é necessário traçar “*links*” ao longo do tempo, ao invés de simplesmente referenciá-los ou perceber sua frequência. E, para isso, é necessário um desenho de pesquisa com a estratégia de estudo de caso.

Assim, o ponto de partida para a pesquisa será identificar como as instituições indígenas alteram e influenciam a legitimidade do governo e das instituições, a estabilidade política do regime e a capacidade de mobilização social no processo de formação do Estado em período de paz e guerra. A partir da pesquisa bibliográfica buscaremos evidências empíricas para verificarmos nossa hipótese de que as variáveis dependentes – legitimidade, estabilidade política e mobilização social - se alteram do período de paz para o de conflito armado. Essa relação importa na medida em que há uma ampla literatura que discute esses três conceitos para falar sobre África, mas, muitas vezes, ainda ignora a agência e continuidade das instituições indígenas. As fontes adotadas são secundárias (estudos empíricos e analíticos que abordam o caso analisado). E também fontes primárias (documentos governamentais e relatórios).

A discussão proposta por esta pesquisa situa-se em termos teóricos no debate sobre construção de Estado no Terceiro Mundo e Segurança Internacional, bem como nas discussões sobre as relações de poder díspares nas relações internacionais e na formação de elites políticas. Inseridos nos estudos nas áreas de Ciência Política e Relações Internacionais, esses processos determinam o comportamento e a interação dos Estados, que exercem impacto na vida dos indivíduos que estão inseridos nesse sistema.

Assim, para entender o Estado África, o faremos a partir de Patrick Chabal (1992, 1986), Alex Thomson (2000) e John Lonsdale (1981), que argumentam a necessidade de entender os Estados africanos independentes a partir da África pré-colonial e colonial, ao invés de meramente analisar as entidades criadas com a descolonização. Além desses autores, buscaremos em Jeffrey Herbst (2000) e Christopher Clapham (1996) o histórico dos Estados africanos, desde a pré-colonialidade até a formação de fronteiras no modelo de Estado Nacional. Para compreender a formação do Estado liberiano utilizaremos os autores Amos Sawyer (1992),

Felix Gerdes (2013a; 2013b), Stephen Ellis (1999, 1995), Ayodeji Olukoju (2006), Jibrin Ibrahim (2000), Christopher Clapham (1976), Jimmy Kandeh (2004) e Ana Carolina Costa (2016) que explicam, em suas pesquisas, a formação da Libéria desde períodos pré-coloniais, passando pelo violento momento de colonização, até a atualidade.

Para discutirmos a guerra liberiana teremos como pano de fundo a discussão sobre as guerras africanas, aqui se faz importante refletirmos também sobre a formação de Estados no Terceiro Mundo. Para tanto, nos aprofundaremos no debate com Igor Castellano da Silva (2016; 2017), que nos apresentará uma tríade securitária com as características da guerra na África. Ao tratar sobre a guerra liberiana buscaremos o debate em autores como Abiodun Alao, John Mackinlay e Funmi Olonisakin (1999), que discutem a questão dos senhores da guerra e a manutenção da paz na Libéria. Para discutir os desafios dos acordos de paz utilizaremos a pesquisa de Dorina Bekoe (2008). O conflito, sua história e desenrolar, será analisado a partir dos estudos de Yekutiel Gershoni (1997), Håvard Hegre, Gudrun Ostby e Clionadh Raleigh (2009) e Mark Huband (1998). Por fim, Ilmari Käihkö (2016) e Stephen Ellis (1999; 1995; 2000) nos apresentarão o debate sobre as questões indígenas e modernas na guerra liberiana.

No que diz respeito às instituições, utilizaremos Talcott Parsons (1999) e Peter Hall e Rosemary Taylor (2003), que estudam as teorias das instituições, perpassando pelo institucionalismo histórico e chegando até instituições informais. Juntamente a eles, para analisar as instituições indígenas, utilizaremos as autoras e os autores Naomi Chazan et al (1992), Patrick Chabal (1992) e Goran Hyden (2006), que observam que as principais características desse modelo de organização são as raízes históricas no continente africano, com formação a partir de parentesco, clãs, linhagens, associações culturais e comunidades.

Ademais, com Max Weber (1978; 1999), Mark Suchman (1995), Leonard Seabrooke (2002) e Jens Steffek (2007) nos aprofundaremos no conceito de legitimidade. Com Bernardo Toro e Nisia Maria Werneck (1996) e Charles Tilly e Sidney Tarrow (2015) poderemos compreender a mobilização social que promovem as instituições indígenas e o Estado, a partir, principalmente, das elites políticas. Por fim, nos aprofundaremos na nossa variável de estabilidade política com os textos de Leonardo Arriola (2009) e Norberto Bobbio (2004).

Nosso trabalho, em relação a literatura existente, mostra-se relevante por abordar a formação do Estado na paz e nas guerras da Libéria a partir da perspectiva das sociedades secretas Poro e Sande. Essa relação, a partir de três conceitos bastante usados para estudar o Estado em relação à sociedade – estabilidade política, mobilização social e legitimidade -, diferencia-se por estarmos abordando sua alteração quando em contato com as instituições indígenas. Assim, esta pesquisa avança no campo teórico ao correlacionar essas variáveis,

instituições indígenas com estabilidade política, mobilização social e legitimidade, discussão deixada em segundo plano na ampla literatura sobre guerra e Estado na África.

Em relação à estrutura do trabalho, o primeiro capítulo desta pesquisa tem como objetivo dar suporte teórico e conceitual acerca da escolha de nosso caso. Assim, compreenderemos o que são instituições indígenas e sociedades secretas, bem como sua relação com legitimidade, estabilidade política e mobilização social na formação do Estado e na guerra na África. No segundo capítulo almejamos compreender como formou-se o Estado liberiano e qual sua relação com as sociedades secretas Poro e Sande, a partir disso poderemos verificar a relação de ambas com legitimidade, estabilidade política e mobilização social. Por fim, no terceiro capítulo nos aprofundaremos na história das guerras da Libéria de 1989 e 1999 e sua relação com as sociedades secretas Poro e Sande, para que possamos verificar novamente a relação de nossas três variáveis dependentes no período da guerra.

Finalmente, nas considerações finais, resgataremos a análise que realizamos em cada capítulo a fim de retomar nosso trabalho analisando a relação das variáveis. Também apresentaremos os desafios da pesquisa e sugestões para pesquisas futuras. Objetivamos, dessa maneira, compreender o impacto das instituições indígenas na legitimidade, estabilidade política e mobilização social em períodos de paz e guerra, no Terceiro Mundo. Observaremos, a partir dos capítulos empíricos, que as três variáveis dependentes se alteram nos dois momentos, guerra e paz, conforme a troca de lideranças políticas na Libéria, que transformam a relação dessas lideranças com as sociedades secretas Poro e Sande.



## **2 AS INSTITUIÇÕES INDÍGENAS NA ÁFRICA: GUERRA E FORMAÇÃO DE ESTADO**

Os Estados africanos independentes iniciaram sua formação enquanto Estados nacionais no período colonial durante o século XIX, tendo poucos anos de existência após as independências da década de 1960. Nesse continente haviam instituições sociais, grupos étnicos e comunidades que existiam há mais tempo que a estrutura burocrática estatal moderna e, no período, eram legítimas para a população das regiões em que se organizavam. Assim, vemos como necessário perpassar pela relação entre esses diferentes tipos de organizações políticas, compreendendo também os Estados africanos na pré-colonialidade para entendermos a formação do Estado e as guerras na África. Ademais, no período colonial da África, algumas organizações nativas, que chamaremos de instituições indígenas, tinham tradicionalmente funções políticas. Nessas organizações, era comum que chefas mulheres e chefes homens tivessem poderes políticos executivos (STEADY, 2005, p. 177), que advinham do período pré-colonial e, posteriormente, ainda que com restrições, continuaram a existir paralelamente ou dentro da estrutura do Estado Nacional. No período colonial, essa estrutura de governo teve dificuldade em alcançar todo o território e população que legalmente correspondia a sua soberania. Apesar da independência, os Estados libertos tiveram muitas dificuldades de implementar políticas amplas que abrangessem todo o território. Isso ocorreu, devido ao curto período em que os Estados Nacionais e outras formas de organização política existem na África.

Portanto, para melhor compreender as dimensões do Estado liberiano frente ao desafio das organizações políticas pré-coloniais, buscaremos apresentar um capítulo teórico-conceitual que discorrerá sobre as instituições indígenas, que se dividem em diferentes organizações, entre elas, as sociedades secretas. Essas instituições interagiram com os Estados coloniais e, depois, com os Estados independentes, impactando em sua formação e, por consequência, influenciando as relações Estado-sociedade em países africanos em períodos de guerra e paz. Assim, neste capítulo, analisaremos os conceitos de instituições indígenas, sociedades secretas, a formação de Estado e a guerra na África, para, mais tarde, trabalharmos os conceitos de legitimidade, estabilidade política e mobilização social.

## 2.1 AS INSTITUIÇÕES<sup>1</sup> INDÍGENAS<sup>2</sup> NA ÁFRICA

Chamamos de instituições indígenas as organizações sociais e políticas que surgiram no continente africano antes das colonizações que burocratizaram o Estado, sendo essencialmente nativas. Para analisar essas instituições, observamos que as principais características desse modelo de organização são as raízes históricas no continente africano, com formação a partir de parentesco, clãs, linhagens, associações culturais e comunidades (CHAZAN, 1992, p. 77). Chazan et al (Ibid., 1992, p. 77) e Goran Hyden (2006, p. 52) definem esses modos de organização pré-coloniais, tribos, clãs ou linhagem, como grupos primários de instituição social. Chama-se grupo primário pois quem participa das instituições nasce nessa estrutura, fazendo com que haja manutenção dessa como parte da vida cotidiana da África contemporânea, podendo oferecer estabilidade e controle em tempos de instabilidade política (Ibid., 1992, pp. 74-80). Goran Hyden (2006, p. 52) argumenta que os africanos nutriram muito mais lealdade a essas instituições primárias do que às instituições do Estado. Quanto a isso, observamos que durante a colonização e após as independências, esse grupo de instituições indígenas cobriu funções do Estado Nacional na África, onde este não havia adquirido legitimidade (Ibid., 1992, p. 74). Portanto, essas estruturas não governamentais acumularam poder político independente das instituições governamentais, principalmente por existirem há mais tempo que o Estado Nacional.

São múltiplas as formas de organização política dessas instituições indígenas, formadas e estabelecidas essencialmente durante o período pré-colonial, em que a governança e métodos

---

<sup>1</sup> Entendemos como instituição “um complexo de integrações de papéis (papel: ator individual que se organiza na expectativa frente a determinado contexto) institucionalizados que têm um significado estrutural no sistema social em questão”, sendo que a instituição é uma unidade da estrutura social mais importante que o papel e que se constitui por uma pluralidade de pautas de papel independentes (PARSONS, 1999, p. 28). Dentro do institucionalismo histórico (HALL; TAYLOR, 2003, p. 198) as instituições fornecem informações úteis do ponto de vista estratégico, modelos morais e cognitivos que permitem a ação ser interpretada. Além de afetarem a identidade, a imagem de si e as preferências que guiam a ação. Algumas instituições são tão “convencionais” que não podem ser transformadas do dia para a noite por ações individuais, justamente porque são as próprias instituições que estruturam as respostas a essas supostas ações coletivas (HALL; TAYLOR., 2003, pp. 198-199).

<sup>2</sup> Tivemos certa dificuldade em apontar qual seria o conceito que utilizaríamos para encaixar as sociedades secretas Poro e Sande mas, por entendermos que o termo a ser usado aqui objetiva instrumentalizar o estudo de caso que analisamos, após algumas leituras, principalmente sobre as sociedades Poro e Sande, optamos por colocar as sociedades secretas no âmbito das “instituições indígenas”. Chegamos a essa conclusão observando que pesquisadores e pesquisadoras do tema, apesar de colocarem as sociedades secretas no âmbito de diferentes conceitos, utilizam em grande quantidade o termo “instituições indígenas”. Entre esses autores e autoras estão Chazan et al. (1992, pp. 77-79), Olukoju (2006, p. 9) e Little (1965, p. 350). Ainda assim, reconhecemos a diversidade de termos que encontramos na literatura para as sociedades secretas, mas com a utilização do conceito “instituição indígena” pretendemos manejar nossa discussão de maneira mais fluída, sem tanto espaço para imprecisão e desencontros.

para adquirir e manter o poder foram desenvolvidos (Ibid., 1992, p. 79). Quanto a isso, afirmam alguns autores que:

Essas estruturas indígenas desenvolveram sua própria noção de status, prestígio, privilégio social e padrões de liderança. Os fundamentos de legitimidade, autoridade e poder variaram; assim como os processos de participação política, sucessão de liderança e tomada de decisões. (CHAZAN et al., 1992, p. 79, tradução nossa<sup>3</sup>).

Com a afirmação da gama de formas políticas que existiam antes da colonização do território africano e de sua importância para as sociedades da África, observamos que essas instituições não desapareceram com o advento da dominação imperialista. Segundo Bill Freund (1984, p. 153), as linhagens e outros modos de parentesco tinham grande importância em como as pessoas concebiam a organização social na África, que não eram correlacionais com a língua ou etnia, fazendo com que as organizações políticas pré-coloniais não fossem culturalmente determinadas e, tão pouco, etnicamente homogêneas (ENGLEBERT, 2000, p. 13). Nesse sentido, Pierre Englebert (2000, pp. 16-17), sustenta que a identidade étnica não garantiu identidade política na região e, além disso, algumas estruturas sociais da África, quando baseadas em linhagens, muitas vezes não possuíam estruturas políticas fora da família. Reforçando padrões de pertencimento e coletividade e fazendo com que percebamos que a África indígena detinha as mais diversas formas de organização política. E, o modelo europeu de Estado Nacional, apesar de ter como base a soberania em todo um território, não fez essas instituições indígenas desaparecerem por completo. Conforme veremos quando falarmos de Estado na África, os Estados pré-coloniais e indígenas africanos não tinham uma natureza de poder territorial, ou seja, a soberania dentro de um limite estabelecido não era conhecida nesses Estados (HERBST, 2000, pp. 35-52)

Assim, ainda que “a base do Estado pós-colonial na África seja o Estado colonial” como Naomi Chazan e seus colegas argumentam (1992, p. 40, tradução nossa), é importante que analisemos a continuidade das instituições indígenas após as colonizações, visto que isso definirá a política da África independente. Com essa opção de análise, não estamos argumentando que as formações políticas de séculos devam ser replicadas nos dias atuais, pois esse passado, como sustenta Jeffrey Herbst (2000, p. 30) não é e nem deveria ser recuperável. Ao estudar as instituições indígenas africanas buscamos compreender a África de hoje, porque

---

<sup>3</sup> Todas as citações em língua estrangeira foram traduzidas de forma livre. Devido a limites de espaço, optamos por omitir as citações originais.

apesar das estruturas e práticas políticas da África indígena terem sido “cooptadas, manipulados, distorcidas ou, em casos extremos, até mesmo desmanteladas” pelo colonialismo, em poucos casos essas estruturas não sobreviveram à colonização e descolonização (CHAZAN et al, 1992, p. 80, tradução nossa). Ou seja, embora alteradas e transformadas, após o colonialismo as instituições indígenas continuaram existindo na maior parte do continente (CHAZAN et al, 1992, p. 80).

Além disso, o período colonial no continente africano foi “relativamente breve”, por isso é necessário “entender a continuidade entre a política pré-colonial e a era moderna” (HERBST, 2000, p. 28, tradução nossa). Em relação a isso, Jeffrey Herbst (2000, p. 29), critica a literatura existente sobre África, quando argumenta que essa trata o continente a partir do período colonial e considera brevemente a continuação da política pré-colonial nos períodos seguintes. O desafio então é perceber ambos, a existência das instituições indígenas juntamente aos traumas e mudanças causados pelo colonialismo, para que esse lapso de análise histórica seja superado.

Para a superação desse lapso de análise histórica, das instituições indígenas ao colonialismo, é necessário ter como pano de fundo o entendimento de que os Estados coloniais e pós-coloniais são recentes na história africana. Respalamos nossa argumentação, nas afirmações de Jeffrey Herbst quando o autor alega que “o Estado colonial na África durou na maioria dos casos menos que um século – um simples momento no tempo histórico” (HERBST, 2000, p. 29, tradução nossa). Assim, os séculos de tradições políticas desenvolvidas antes desse período têm efeito na política africana atual, facilitando o entendimento e possíveis previsões sobre a África (HERBST, 2000, p. 30). Nossa reafirmação dá-se com a percepção e discernimento de que as colonizações na África impactaram na sociedade e política africanas, reorganizando o espaço político, as hierarquias e os modos de produção econômica (HERBST, 2000, p. 29). Essa reorganização veio a formar o sistema atual das políticas africanas que, importante destacar, nada têm de exóticas, mas são resultado de interações humanas e forças históricas e geográficas (HERBST, 2000, p. 31).

Além do curto período de tempo de dominação de Estados europeus na África, Jeffrey Herbst (2000, p. 78) afirma que mesmo no auge de seu domínio os governos coloniais adentraram de forma incompleta e não total o interior das regiões que dominavam. Essa dominação incompleta no que se refere ao território, juntamente ao fator de que as instituições indígenas africanas geralmente cobrem uma área mais ampla do que o “oficial, público, formal”, demonstram a importância de entender o poder político dessas instituições na África (CHAZAN et al, 1992, p. 74, tradução nossa). Principalmente quando observamos que esse

poder é acumulado independente das instituições governamentais e que o governo central não tem monopólio sobre esse poder, muito menos sobre sua autoridade e legitimidade (CHAZAN et al, 1992, p. 74).

Com este tópico, percebemos que as instituições indígenas africanas devem ser consideradas quando falamos da África do século XXI. Entre alguns exemplos que encontramos, ressaltamos os clãs Karanga, Zezuru e Manica do Zimbábue, que entraram em conflito na região por poder no país após a independência (CHAZAN et al, 1992, p. 108). Ou as linhagens Oyo Yoruba e Ijebu Yoruba que nos anos 1960 contestavam poder na região Oeste da Nigéria e que, mais tarde, deram origem ao partido Action Group (CHAZAN et al, 1992, p. 108). Além disso, na Somália foram encontradas inúmeras oposições de clãs que deram origem a diferentes facções na última década do século XX, entre eles os “Isaaqs” que formaram o Movimento Nacional Somali, os “Majeerteenis” que formaram a Frente de Salvação Democrática Somali e os “Rahanweyn” que formaram o Movimento Democrático da Somália, para dizer apenas três de nove movimentos encontrados nos anos de 1991 e 1992 (OLANREWAJU, 2014, pp. 16-17).

Assim, dinâmicas sociais e políticas do continente são influenciadas por esses modos de organização que têm raízes históricas no continente. Observamos que, devido ao breve período colonial na África e ao alcance limitado que os governos europeus tiveram no interior do território africano, essas instituições indígenas resistiram, existindo paralelamente aos governos centrais e, por vezes, opondo-se a essa dominação. Além disso, essas instituições, por se tratarem de estruturas sociais e políticas que surgiram no continente africano antes da colonização, abrangeram e por vezes transcenderam as fronteiras de um determinado país (CHAZAN, 1992, p. 81).

Para esta pesquisa é significativo compreender que os processos sociais e políticos africanos não foram rompidos com a colonização, mas continuaram, ainda que reestruturados, na África colonial e pós-colonial. A continuação de valores e normas das instituições indígenas na África, em forma de associações políticas ou grupos étnicos que se tornaram elites nos países descolonizados, como as linhagens da Nigéria que se transformaram em partidos políticos, nos abre caminho para abranger as sociedades secretas da África Ocidental. As sociedades secretas, nosso objeto de análise nesta pesquisa, também foram um modo de organização indígena que, no campo político, econômico, social e religioso, continuaram existindo após a colonização, apesar de passarem por transformações ao se relacionarem com o Estado. Portanto, entendemos que apesar dessas sociedades terem se transformando quando em contato com o Estado

Nacional, se encaixam no que chamamos neste tópico de “instituições indígenas” e, para melhor compreendê-las dentro desse modelo, as analisaremos no tópico seguinte.

### **2.1.1 As Sociedades Secretas**

Neste trabalho, em que buscamos analisar as sociedades secretas Poro e Sande na África Ocidental observando seu impacto na formação de Estado e na guerra da Libéria, pretendemos compreender os conceitos de forma abrangente para depois nos aprofundarmos nas especificidades dessa relação na Libéria. Assim, ao observar que as obras principais sobre as sociedades Poro e Sande (BELLMAN, 1984; LITTLE, 1965, 1966; ELLIS, 1999) as tratam com o termo “sociedades secretas”, entendemos como importante a esta pesquisa desenvolver o significado do conceito. Primeiro, decidimos que o termo seria abarcado pelo termo desenvolvido anteriormente e agora usado como guarda-chuva, “instituições indígenas”. Nesse sentido, entendemos que diversos serão os modos de organização política e social na África antes, durante e depois das colonizações. Assim, tomamos a decisão de compreender as sociedades secretas a partir das instituições indígenas, para melhor manusearmos essa relação com o Estado e a guerra. Essa opção acontece devido porque compreendemos que as sociedades secretas são uma forma de instituição indígena, ainda que com peculiaridades, entre tantas outras.

Iniciamos expondo a discussão sobre o conceito de sociedade secreta que Georg Simmel apresenta. O sociólogo da microsociologia, George Simmel (1950) discutiu e analisou o conceito de Sociedade Secreta no início do século XX, argumentando que o termo havia sido deixado de lado por muito tempo pela sociologia. Mais tarde, Beryl Bellman (1984), em sua etnografia sobre a sociedade Poro analisa e discute o texto de Georg Simmel a partir das próprias pesquisas na África Ocidental. Bellman (1984), aprofunda-se nos detalhes que Simmel (1950) traz, negando muitas das afirmações do autor, que não se encaixavam, segundo suas pesquisas, para as sociedades da região. Assim, em Simmel, buscaremos aquilo que concerne a nossa pesquisa, a relação sociedade secreta e governo central, visto que a discussão etnográfica e antropológica sobre o modo organizacional – rituais de iniciação, casamento, parentesco – da sociedade Poro e em alguns casos da sociedade Sande, já foi feita e não concerne a nossa pesquisa.

Para Simmel, analisar as sociedades secretas em seu meio, como numa estrutura governamental, faz com que nos confrontemos com a questão de qual é a organização intragrupo dessas sociedades, pois isso pode demonstrar como ela agirá externamente. O autor

(SIMMEL, 1950, p. 345, tradução nossa) cita que uma característica interna das sociedades secretas é a confiança recíproca entre os membros, pois “o propósito de ser secreta é, acima de tudo, proteção”. E, ainda que sua existência não seja secreta para toda a população da região, o que elas fazem pode continuar em segredo. Assim, é o grupo que fica em segredo, não os indivíduos, o que difere de associações<sup>4</sup>, em que regras específicas de participação são abertas ao público (SIMMEL, 1950, p. 346).

Como dito, o autor Georg Simmel (SIMMEL, 1950, p. 346, tradução nossa) argumenta que ainda que as sociedades secretas pareçam um “fenômeno de natureza individual” são uma organização relativa à vida da sociedade. O que é secreto, quando analisado individualmente, é externo, alguém tem o segredo e outro alguém não. Porém, as sociedades secretas são um grupo que se utiliza do segredo como uma maneira de existir. Assim o segredo é interno, é o que faz com que os membros de tal sociedade tenham algo em comum (SIMMEL, 1950, p. 345)<sup>5</sup>.

Georg Simmel (1950, p. 347) argumenta que as sociedades secretas emergem em lugares em que há despotismo e restrições pelos poderes centrais, sendo a maneira que alguns grupos encontram de resistir e afrontar a pressão de um governo central com autonomia. Essa é uma das discussões que Simmel traz e que interessa a essa pesquisa, visto que retrata a relação das sociedades secretas com um poder centralizante, como estruturas governamentais. Nesse sentido, para Simmel (1950, p. 375-76), a sociedade secreta representa uma ameaça a qualquer associação totalizante. Individualmente, alguns podem responder com o terror a essas organizações tão vagas para a sociedade, em virtude do segredo. No nível de Estado e não de indivíduo, esse segredo possibilita o surgimento de suspeitas no governo, que pode perceber essa sociedade como ameaça, representando um tipo de conspiração aos “poderes reinantes”.

Beryl Bellman (1984, p. 139, tradução nossa), em seu livro “A Linguagem do Segredo: Símbolos e metáforas no Ritual Poro”, alega que o fenômeno do segredo, do que é secreto a certa comunidade<sup>6</sup>, pode surgir de variadas formas em cada contexto e cultura. Entretanto, o segredo pode integrar a política de uma comunidade de forma legítima, como as sociedades secretas Poro e Sande, que ele analisa em seu livro (BELLMAN, 1984, p. 139). Nesse sentido,

---

<sup>4</sup> Associações tem caráter político e de aliança, elas objetivam agrupar pessoas que dedicam conhecimento e atividade não para compartilhar lucros, mas para realizarem objetivos comuns. Constituem-se na escala intermediária entre o indivíduo e o Estado e facilitam a integração social de cada pessoa na vida coletiva (BOUDON et al, 1990, p. 21).

<sup>5</sup> Aqui, Simmel argumenta que os não iniciados também ficam excluídos do segredo, observamos em nosso estudo de caso, que nas sociedades Poro e Sande isso também ocorre, visto que somente os chefes e aqueles que podem pagar tem acesso à toda a magia e medicina da sociedade, veremos isso no capítulo dois desta pesquisa (BELLMAN, 1984).

<sup>6</sup> Entedemos comunidade como um grupo de pessoas com maior identidade entre os indivíduos participantes que a associação, sendo “um conjunto de relações complexas cuja natureza e orientações são examinadas em enquadramentos específicos: religioso, econômico, científico, etc” (BOUDON et al, 1990, p. 48).

Bellman (1984, p. 140) contradiz o argumento de Simmel, de que as sociedades surgem em meios de restrição pelos poderes centrais. Porque, segundo o autor (BELLMAN, 1984, p. 140), as sociedades Poro e Sande só existem na articulação com a estrutura governamental secular da comunidade e fazem isso em conjunto com outras sociedades secretas subsidiárias.

Quanto ao sistema organizacional estabelecido e as sociedades secretas, Joseph Ki-Zerbo (2010, p. 34-35) relata que as sociedades secretas acabavam constituindo poderes paralelos, às vezes substituindo clandestinamente o poder constituído. Assim, confiscavam do povo o poder de sua própria história, estabelecendo centros “ocultos” de decisão em que a organização da sociedade secreta era em classes etárias, o que seria muito importante para a história do povo (KI-ZERBO, 2010, pp. 34-35). Sobre o que é “oculto” nas sociedades secretas, Kenneth Little (1965, p. 349), autor que pesquisou a função política do Poro na África Ocidental, coloca que as sociedades secretas se preocupam principalmente em utilizar medicamentos supostamente sobrenaturais e manter esses em sua propriedade, propagando em cultos. E, ainda que essa seja a função de alguns grupos, as sociedades secretas têm uma base esotérica<sup>7</sup>, “oculta”, que as distinguem de outras associações que têm a mesma função (LITTLE, 1965, p. 349).

Ainda nas pesquisas de Kenneth Little (1965, p. 349, tradução nossa), o autor expõe que as sociedades secretas da África Ocidental têm rituais, sinais, símbolos e formas de conhecimento que são desconhecidas dos não iniciados, por serem consideradas uma “fonte especial de poder ao serem mantidas privadas”. São secretas então em relação a isso e em relação a nada mais, pois toda a comunidade adulta sabe de sua existência e seu propósito (LITTLE, 1965, p. 349). Ademais, em alguns lugares, o extenso alcance de suas atividades faz dessas sociedades a “força social dominante”, responsáveis pela educação, conduta sexual, assuntos políticos e econômicos, adentrando, também, o campo do lazer e do atendimento médico (LITTLE, 1965, p. 349, tradução nossa).

Little (1965, p. 349) aponta que as sociedades secretas são comuns no sul da Nigéria e numerosas na área da costa da África Ocidental, na floresta tropical, em países como Costa do Marfim, Libéria, Serra Leoa e partes de Gana e da Guiné portuguesa. Mais adiante, analisaremos exemplos de sociedades secretas na África, para que a compreensão dessas sociedades não se dê pelo ponto de vista do “exótico” e “não político”, mas sim como instituições indígenas que impactaram na política africana, resultado, como já dito, de

---

<sup>7</sup> Esotérico, segundo Houaiss e Villar (2004, p. 303), é “o que é ensinado apenas aos iniciados”, “baseado em fenômenos sobrenaturais” e, também, “compreensível apenas por poucos”.



interações humanas com forças geográficas e históricas. Para isso, exploraremos no próximo tópico a interação entre o Estado e a guerra com as instituições indígenas na África.

## 2.2 O ESTADO E A GUERRA NA ÁFRICA

Iniciaremos nossa discussão neste tópico com a preocupação em conceituar Estado e Guerra na África. Analisaremos o Estado na África a partir da pré-colonização, para conduzir o estudo a períodos coloniais e pós-coloniais. Esse cuidado perpassa também nossa análise sobre a guerra na África, porque entendemos que muitos dos conflitos dos Estados africanos têm como pano de fundo questões históricas, principalmente no que diz respeito a legitimidade<sup>8</sup> das instituições estatais dentro dos Estados independentes que muitas vezes não conseguiram garantir estabilidade política (AYOUB, 1991). Também abordaremos a relação entre o Estado e a guerra na África, para depois podermos analisar com o conceito de instituições indígenas, já trabalhado anteriormente. Essa relação tem importância na medida em que conseguimos assim observar se as instituições indígenas resistiram e se adaptaram ao modelo de Estado Nacional que se construiu na África a partir da colonização e que, além disso, não estão a parte das relações políticas, securitárias e sociais da África do século XXI.

### 2.2.1 O Estado na África

Para entendermos os Estados africanos independentes, devemos também analisar a África pré-colonial e colonial, ao invés de meramente analisar as entidades criadas com a descolonização (CHABAL, 1992, p. 5). Nesse sentido, Alex Thomson (2000, p. 7, tradução nossa), reafirma essa premissa ao dizer que não há revoluções totais em que tudo que havia antes desaparece e uma nova política nasce em um Estado “completamente limpo”, ou seja, o mundo não se reiventa radicalmente, mas evolui. Assim, “tradições, costumes, instituições e relações sobrevivem e se adaptam de uma era para outra” (THOMSON, 2000, p. 7, tradução nossa). Quando analisamos o Estado, isso é reafirmado por John Lonsdale (1981, p. 154, tradução nossa) que afirma: “Estados não têm origens, eles são formados” a partir de um processo político e social bastante lento. Seria então um engano discutir o Estado pós-colonial na África, sem discutir o Estado pré-colonial e colonial antes, porque o primeiro não surgiu a partir de um “processo espontâneo de autocriação” (CHABAL, 1992, p. 68, tradução nossa).

---

<sup>8</sup> Entendemos a legitimidade como o consenso de um grupo de pessoas, a população, ao poder do Estado, que só utilizará a força em casos de exceção (BOBBIO, 2004, p. 675).

Patrick Chabal (1986, p. 3) também argumenta que uma perspectiva histórica da África pré-colonial e colonial nos permite analisar a política africana atual em seu contexto apropriado. Isto, pois a história da África nos revela linhas de continuidade desde os tempos pré-coloniais, sendo essas mais fortes e numerosas do que consideraram os cientistas políticos durante algum tempo (CHABAL, 1986, p. 3). E, embora essa perspectiva histórica não necessariamente explique o que está acontecendo hoje, nos “permite pensar sobre a África em termos de dinâmica: crise, consolidação e mudança”, ou seja, os Estados africanos se adaptaram e continuam a se adaptar (CHABAL, 1986, p. 3, tradução nossa). Assim, a explicação sobre África não está somente no tráfico de escravos, na conquista colonial, no domínio colonial, no imperialismo e na dependência (CHABAL, 1986, p. 3).

Com a premissa de que é importante analisar a história da formação dos Estados africanos, entendendo além do impacto europeu na África, iniciamos o estudo sobre o Estado na África a partir do período pré-colonial. Antes disso, observamos que o continente africano é enorme, com diversa geografia e condições ambientais<sup>9</sup>, isso faz com que as relações sociais e políticas na África sejam tão variadas quanto o próprio continente. Durante o período pré-colonial, segundo Alex Thompson (2000, p. 8, tradução nossa), as mais diversas circunstâncias produziram na África sociedades diferentes, com tradições, política e costumes próprios, que “alçaram poder, caíram e se adaptaram conforme os séculos passavam”. Por maior que exista essa variedade, segundo o autor (THOMSON, 2000, p. 8), é possível dividir essas sociedades em duas grandes categorias: sociedades com Estado e sociedades sem Estado. E, ainda que a perspectiva ocidental tenda, enquanto imersa em uma tradição de Estado Nacional, a perceber essas estruturas não estatais como sinal de atraso, argumentamos que a essas sociedades não faltava organização política (THOMSON, 2000, p. 8). Segundo Thomson (2000, p. 8, tradução nossa), os sistemas políticos que se desenvolveram sem Estado eram bem adaptados aos ambientes que serviam, tendo desenvolvido “formas sofisticadas de representação, justiça e *accountability*”, sendo que, em alguns casos, confederações de vilas chegavam a garantir segurança para milhares de africanos.

Outra característica dos Estados da África pré-colonial é a inexistência de fronteiras precisamente delineadas e permanentes. Por isso, o poder se transmitia do centro de um reino e se dissipava até a mais distante vila da capital, fluindo de acordo com os recursos da

---

<sup>9</sup> Jeffrey Herbst (2000, p. 12) argumenta que a diversidade ecológica que cruza uma província da África Ocidental pode ser maior que a de qualquer país europeu. O modelo de Estado africano correspondia à essa realidade, bem como às características geográficas de ter poucos rios e estradas para o grande território africano (HERBST, 2000, p. 12).

administração central<sup>10</sup> (THOMSON, 2000, p. 9). Essa ausência de fronteiras acontecia porque o continente era extenso em território e tinha uma significativa agricultura alimentada por chuva, isso, juntamente a uma densidade populacional baixa, fazia com que o controle do território não fosse contestado, o que possibilitava a livre circulação de pessoas e a não competição das administrações centrais por territórios (THOMSON, 2000, p. 10). Assim, era mais fácil escapar dos governantes do que lutar contra eles (HERBST, 2000, p. 39). Esse entendimento de poder, que não se baseava no controle da terra, vai de encontro a base do entendimento moderno de sistema de Estados, que os liga diretamente ao controle do território (HERBST, 2000, p. 36). E, ainda que na Europa esse controle fizesse sentido, visto que havia alta densidade populacional e a terra era escassa, ao estudar a África pré-colonial devemos ter o cuidado de não incorrer no erro de alguns pesquisadores e algumas pesquisadoras, que sugeriram que na África pré-colonial não havia Estados, por suas diferentes características (HERBST, 2000, pp. 36-37). A África pré-colonial, apenas desenvolveu políticas como respostas lógicas ao ambiente físico, principalmente quando se considera o custo da manutenção do poder em territórios maiores (HERBST, 2000, p. 51). Entretanto, isso tornou os limites de poder dos Estados pré-coloniais fracos e impossível delimitar uma área como exclusivamente de um Estado (Ibid, 2000, p. 56).

Além disso, o fator do parentesco teve grande impacto na política da África pré-colonial (THOMSON, 2000, p. 10). Thomson (2000, p. 10) nos diz que a ideia de família estendida é baseada na concepção de que traçando uma linha pode-se chegar a um ancestral comum de várias comunidades. Essa ideia estava no centro de muitas tradições africanas e, ainda que laços sanguíneos reais fossem por vezes muito tênues entre membros de certo grupo, havia o respeito por costumes que se relacionavam com vários aspectos da vida política e social, fazendo com que o líder do clã, aldeia ou grupo tivesse bastante poder político em troca de segurança e bem-estar (THOMSON, 2000, p. 10). Essa concepção política não estatal está mais desenvolvida no tópico “instituições indígenas” que já analisamos aqui.

As características de poder sem fronteira e com menos legitimidade quanto mais longe do poder central, levaram pesquisadores a chamarem esses Estados da África pré-colonial de “não hegemônicos”, o que, na prática, significa que eles não eram monopolizadores do poder na sociedade como hoje (THOMSON, 2000, p. 10). Entretanto, isso não significa que esses Estados não desejassem expandir o poder sobre as pessoas como em qualquer parte do mundo

---

<sup>10</sup> Podemos fazer uma analogia a essa dissipação de poder com uma pedra sendo jogada em um pequeno lago. No local em que a pedra foi jogada haverá ondas, mas quanto mais longe a água estiver de onde a pedra foi jogada, menos ondas haverá até desaparecerem por completo.

(HERBST, 2000, p. 35). Apenas havia, na África pré-colonial, uma diversidade de formas políticas e não um modelo que todas as formas de organização seguiam, principalmente devido as diferentes formas físicas e de recursos do continente (HERBST, 2000, p. 55). Longe de ter por característica o primitivismo, essa diversidade demonstra que a política doméstica e internacional africana estava de acordo com os desafios geográficos e políticos do continente africano no período (HERBST, 2000, p. 55). Isto mudou radicalmente com o colonialismo, quando, no final do século XIX, os africanos se depararam com concepções de poder muito diferentes, mas que operariam no mesmo ambiente que os líderes pré-coloniais (HERBST, 2000, p. 57).

De forma geral, o domínio europeu sobre a África durou de 70 a 80 anos (THOMSON, 2000, p. 8). Considerando a história do continente, esse período é bastante curto, entretanto, rearticulou todo o sistema político africano. Com exceção do território da Libéria e do império da Etiópia, já independentes, toda a África foi dividida entre as potências europeias, sobretudo após a Conferência de Berlim de 1884-1885. Essa Conferência estabeleceu regras para a divisão do continente africano, reconhecendo o poder das potências europeias enquanto soberanas no continente (VISENTINI, 2010, p. 56), contrapondo a legitimidade do sistema de Estados e de sociedades anterior.

Segundo Paulo Visentini (2010, p. 56), num primeiro momento houve uma corrida diplomática entre as superpotências pela África, que dividiu o continente em fronteiras coloniais, sendo essas fronteiras reconhecidas pelos Estados de outros continentes (CLAPHAM, 1996, p. 34). Sobre as fronteiras delimitadas pelos europeus, Christopher Clapham (1996, p. 31) argumenta que elas não foram definidas com qualquer preocupação geográfica ou cultural. Identidades, Estados e sociedades indígenas que lá estavam instituídas foram divididas e as fronteiras europeias, que não significavam nada para os africanos e as africanas, apenas regularam a competição entre as potências da Europa (CLAPHAM, 1996, p. 31). Também, por conta do colonialismo, houve uma imposição de estruturas de produção econômica, mudanças culturais e na linguagem do continente, que “globalizaram” a África, ligando-a e subordinando-a ao capitalismo global (CLAPHAM, 1996, p. 24). Todo esse processo tinha como justificativa um conjunto de ideologias imperialistas, pautadas no direito de dominação dos europeus e na “natural” subordinação dos africanos (VISENTINI, 2010, p. 61).

Além disso, Christopher Clapham (1996, p. 31) também sustenta que, dentro desses territórios, hierarquias administrativas foram definidas, tendo como principal prioridade a lei e a ordem. Os europeus controlavam essa administração, enquanto aos africanos restavam

posições subordinadas de nível local, em que poucos modos de organização indígenas foram mantidos (CLAPHAM, 1996, p. 31). Assim, formava-se a base dos Estados africanos independentes que, no que concerne a sociedade, teriam também pouca legitimidade, gerando instabilidades políticas causadas pelos mais diversos conflitos. Mais tarde, essa falta de legitimidade ainda teria consequências diretas na relação entre Estado e sociedade, enfraquecendo-a. Esse enfraquecimento seria explicado pelas características não hegemônicas do Estado, que se manteve em períodos coloniais. Além disso, o Estado colonial na África, tirando raras exceções, não teve equipe e infraestrutura suficiente para ser formado com legitimidade e projeção de poder em todo o território delimitado, além de atuar com coerção quando não legítimo (THOMSON, 2000, p. 15).

Enquanto resultado de instituições políticas impostas por meio da força, o Estado colonial não prestava serviços à população, ou seja, não respondia diretamente a nenhuma demanda da sociedade (THOMSON, 2000, p. 15). Ademais, os verdadeiros líderes europeus estavam a quilômetros de distância, o que estremecia ainda mais as relações entre Estado e sociedade no período colonial (THOMSON, 2000, p. 15). Frente a isso, argumenta o autor Goran Hyden (2006, p. 51) que para os africanos as instituições de comunidades locais carregavam muito mais legitimidade que as instituições estabelecidas pelas potências coloniais. Isso acontecia não só porque uma característica básica desses sistemas de dominação coloniais era a transferência de soberania para a metrópole, transformando os africanos e as africanas em objetos da administração (VISENTINI, 2010, p. 61), mas também porque para africanos e africanas o Estado colonial foi uma expressão de violência e coerção, que se legitimava para a Europa desumanizando a população da África. Esse Estado foi contraposto pela resistência dos nativos e gerou conflitos e insurgências que as instituições coloniais não tinham como controlar. Como alega Edward Said:

O contato imperial nunca consistiu na relação entre um ativo intruso ocidental contra um nativo não ocidental inerte ou passivo; *sempre* houve algum tipo de resistência ativa e, na maioria esmagadora dos casos, essa resistência acabou preponderando (SAID, 2011, p. 12, grifo nosso).

Apesar de esmagadora, a dominação das potências europeias na África durou poucas gerações. A colonização foi superada pela grande maioria das colônias entre 1956, independência do Sudão, até 1966, independência da Botswana, havendo, após isso, algumas exceções, como as colônias portuguesas, que tiveram independência em 1974/75, Zimbábue, 1980, Guiné Espanhola em 1968, Saara Espanhol em 1975 e Namíbia, 1990 (CLAPHAM, 1996, p. 34; YOUNG, 2009, p. 25). Segundo Young (2009, p. 19), apesar dessa dominação ter sido

um breve “interlúdio na ampla história africana”, a repartição territorial permaneceu, até mesmo depois de superadas várias décadas de colonialismo.

Para nossa pesquisa, faz-se importante destacar que durante as descolonizações alguns países africanos já eram independentes, entre eles, Libéria. Entretanto, mesmo independentes, como argumenta Clapham (1996, p. 40), esses países possuíam uma estrutura de poder doméstica elitista e exploratória, que por volta da segunda metade do século XX era ameaçada pelo aumento da participação política em países vizinhos, que começavam a desenvolver o sistema do sufrágio. Por conta disso, essas independências não criaram uma ordem política estável, mas fizeram com que a população desafiasse as oligarquias estabelecidas, gerando instabilidade e levando a conflitos que impactaram toda a região (CLAPHAM, 1996, p. 41).

Nesse sentido, Goran Hyden (2006, p. 62) argumenta que desde o início do colonialismo a África passou de uma crise de legitimidade para outra. E, se durante o colonialismo essa crise era sobre as diferentes percepções e valores do Estado em contraponto com as normas que orientavam as instituições indígenas, após as independências as crises aconteceram porque o Estado não conseguia operar sem ser constrangido por essas instituições e pela igreja (HYDEN, 2006, p. 62). Juntou-se a isso, na pós-colonialidade, o fator de que os Estados independentes não contavam mais com os recursos repressivos dos Estados coloniais (CHABAL, 1986, p. 7). E, além disso, os líderes dos Estados independentes estavam dentro das divisões políticas e sociais do país, diferentemente dos líderes do Estado colonial, que não sentiam a necessidade de responder a pressão e às demandas da sociedade, por não fazer parte dela (CHABAL, 1986, p. 7). Ainda, os Estados independentes não tinham experiência de governo, o que dificultava a sobrevivência frente as reivindicações da população, a isso somava-se à escassez de recursos para responder a essas demandas, pois os Estados pós-coloniais eram, em sua maioria, mal-equipados (CHABAL, 1986, p. 8).

Essas são algumas das heranças dos Estados africanos independentes, que são também algumas carências, como quando Goran Hyden (2006, p. 70) afirma que, enquanto muitos países do sistema internacional estavam preocupados em consolidar seus Estados, os países africanos, por seu curto período de existência, estavam preocupados com sua formação. Ou seja, esses Estados pretendiam garantir um controle mais efetivo no seu território de atuação e integrar as comunidades e instituições indígenas, que continuavam a se considerar como entidades políticas mais legítimas que as instituições estatais (HYDEN, 2006, p. 70). Muitas outras foram as heranças do colonialismo para os países africanos, entre elas a necessidade desses países demarcarem seu novo estado de independência, inicialmente com recursos simbólicos, como bandeiras e, mais tarde, com a africanização do aparelho estatal, o que gerou

mais benéficos para quem trabalhava para o Estado (YOUNG, 2009, p. 32). Uma das consequências finais do colonialismo, que ainda impacta na política internacional do continente, foi que as independências aconteceram sob a “égide” de oito potências coloniais, o que possibilitou línguas oficiais de diferentes Impérios nos países africanos, diferentes estruturas internas e padrões de aliança externos conforme a metrópole a que eram submetidos (CLAPHAM, 1996, p. 34). Tamanho impacto colonial em tão pouco tempo constituiu a maior das heranças do colonialismo: o modelo de Estado europeu que sujeitou a África a um sistema de dominação que “espalhou-se” pelo continente e, posteriormente, resultou na falta de consenso entre o Estado independente e as sociedades dos países africanos.

Como dissemos anteriormente, não há revoluções e mudanças que criam Estados ahistóricos. Nesse sentido, os Estados independentes da África tampouco estiveram descolados da história pré-colonial e colonial do continente, pois foi a partir disso que se constituíram no modelo que existem hoje. Esses Estados, depois de livres do jugo colonial, viram-se responsáveis por instituições advindas do colonialismo. Ao mesmo tempo, permaneceram instituições indígenas pré-coloniais, que não deram respaldo para uma integração mútua de valores compartilhados entre Estado e sociedade (CLAPHAM, 1985, p. 42). Assim, para melhor analisar a relação entre instituições indígenas e o Estado e as consequências dessa relação, no final deste capítulo instrumentalizaremos o debate sobre Estado e guerra na África e as instituições indígenas juntamente aos conceitos de legitimidade, estabilidade política e mobilização social. Antes disso, entenderemos as características da guerra na África, resultado da ação colonial no continente em interação com as sociedades locais.

### **2.2.2 A Guerra na África**

Além de entender o Estado na África, também importa a esta pesquisa a compreensão sobre a guerra na África. Isto, pois nosso estudo de caso analisa como as instituições indígenas, as sociedades Poro e Sande, influenciam as variáveis de legitimidade, estabilidade política e mobilização social na formação de Estado e na guerra da África, mais precisamente Libéria. Assim, necessitamos compreender quais as características principais desses conflitos armados. Para isso, nesta seção partimos da premissa de que as guerras africanas nada têm de primitivas ou irracionais, mas como tantas outras guerras estão envoltas e são consequência de questões políticas e históricas. Assim, rejeitamos a ideia evolucionista e eurocêntrica sobre os países colonizados, que nega a racionalidade das populações de regiões periféricas. Tal perspectiva coloca o modelo europeu como ideal de civilização humana a ser perseguido pelas populações

de países colonizados, legitimando o argumento da irracionalidade das guerras de populações periféricas. Portanto, buscaremos compreender a guerra na África enquanto ação política, passando pelo período pré-colonial, mas focando, principalmente, nos períodos mais recentes da história do continente.

Respaldamos nosso argumento nos escritos de Carl von Clausewitz (1984, p. 75), conhecido como pai dos Estudos Estratégicos, que pensa a guerra enquanto um ato de força para obrigar inimigos a fazerem a vontade de algum grupo. Segundo esse autor, a guerra não acontece isolada de fatos que ocorreram no mundo político e nem de maneira totalmente inesperada. Assim, desarmar ou superar o inimigo é sempre um objetivo frente a um desafio político, que é a causa e consequência da guerra (CLAUSEWITZ, 1984, p. 78). Além disso, a força é “o meio de que dispõe a guerra”, sendo a guerra o choque de “duas forças vivas” (CLAUSEWITZ, 1984, pp. 75-78). Portanto, entendemos as guerras africanas enquanto racionais e fundamentadas em interesses que envolvem questões e decisões políticas, sendo então a política por outros meios.

Quanto a guerra enquanto ação política, é importante destacar que os interesses políticos das guerras africanas mudaram ao longo do tempo, pois as interações, atores e objetivos da guerra se alteraram. A exemplo, o período da África pré-colonial havia abundância de terras e baixa densidade populacional, o que fazia as guerras não serem por fronteiras, como na Europa. Durante esse período as motivações eram o roubo de ouro, escravos ou gado (HERBST, 2000, p. 21). Segundo Max Weber (1999, p. 158), a violência do saque era legítima antes do Estado-racional<sup>11</sup>, porque correspondia a certas normas, como a disposição dos homens em pegar armas partícipes de organizações sedentárias em todas as fases do desenvolvimento. No caso africano, se algum grupo não legitimasse a autoridade política de outro, a fuga era mais fácil do que o desgaste de combater o oponente (THOMSON, 2000, p. 10). Após isso, no período colonial e independente na África, apesar do modelo de Estado Nacional europeu já estar presente, ainda não havia a necessidade de defender fronteiras, visto que os vizinhos não eram expansionistas ou hostis (HERBST, 2000, p. 21). Portanto, a guerra por território não foi um aspecto significativo no continente. Assim, argumenta Herbst (2000, p. 104), que a maioria dos conflitos entre Estados na África não foram de conquista, mas ocorreram por questões menores e foram resolvidos sem ameaçar a existência dos Estados. A exemplo, as fronteiras africanas que não

---

<sup>11</sup> O Estado-racional, baseado na teoria weberiana do Estado racional-legal, é uma forma de autoridade ideal em que existe um projeto comum à sociedade e ao Estado. As funções públicas nesta concepção servem para alcançar esses objetivos e seriam bem entendidas como outra esfera da vida dos funcionários, separada da vida privada, o que impediria a corrupção e o uso discricionário do poder público (CLAPHAM, 1985, p. 44).



sofreram quase nenhuma mudança após serem demarcadas pelos impérios (HERBST, 2000, p. 104).

Entretanto, mesmo que não tenham ameaçado a existência dos Estados, não significa que as guerras não impactaram o continente. Por isso, quanto aos conflitos recentes, o autor Igor Castellano da Silva (2017, p. 29) argumenta que as guerras na África têm impactado nocivamente a economia, sociedade e política africanas. Além disso, segundo o autor, as guerras também impactam nos sistemas regionais (como de qual Estado é ou virá a ser potência regional) e na formação dos Estados Nacionais<sup>12</sup>. Além disso, algumas das causas para esses conflitos, que podem também ser consequências, são o “subdesenvolvimento [...], desigualdades de direitos e conflitos comunais, disputas sobre o controle de instituições políticas, governos e territórios [...], estruturas do sistema regional e a fragilidade dos Estados nacionais” (CASTELLANO DA SILVA, 2017, p. 29). Esses impactos e causas da guerra têm relação direta com grupos, instituições e organizações que não são o Estado. Portanto, para não incorreremos no erro de reproduzir uma perspectiva exótica das guerras africanas e sua relação com grupos não estatais, entendemos como importante compreender os principais aspectos da guerra na África.

Para tanto, ao discorrer sobre guerra na África, especialmente após a década de 1990, o autor Igor Castellano da Silva (2017, p. 2) propõe uma tríade securitária que caracteriza esses conflitos. Essa tríade, segundo o autor, envolve 1) a presença de grupos irregulares e atores não estatais nos conflitos armados 2) a continuidade da guerra *proxy* e de rivalidades interestatais 3) conflitos regionalizados capazes de articular sistemas regionais. A tríade também está envolvida com algumas variáveis próprias do contexto africano, entre elas: a forma com que se emprega o uso da força, a complexidade das operações de guerra, a capacidade dos atores em conflito, as características dos atores em combate e o quão regionalizados esses conflitos estão (CASTELLANO DA SILVA, 2017, p. 7). Tendo em vista que nosso estudo de caso analisará as guerras liberianas de 1989 e 1999, conflitos recentes, explicaremos a tríade proposta pelo autor.

Sobre o primeiro ponto, a presença de grupos irregulares e atores não estatais nos conflitos armados, Castellano da Silva (2017, p. 9) argumenta que as guerras irregulares na África não são apolíticas ou primitivas, mas sim se utilizam dos meios que têm à disposição quando não há outras opções no conflito violento. Essas guerras irregulares estão relacionadas a diversos atores, não necessariamente estatais, visando influenciar populações que possam

---

<sup>12</sup> Trabalharemos essa relação na próxima seção deste capítulo.

estar suportando o governo, quando alvo do grupo insurgente (CASTELLANO DA SILVA, 2016, p. 5). Assim, as principais características da guerra irregular na África são:

a utilização de armas não-tradicionais, tais como estupros coletivos e crianças soldados; o tribalismo como fator agravante na oposição de grupos rivais e nas instabilidades políticas domésticas; a recente penetração do fundamentalismo religioso como pilar de insurgências armadas (terrorismo); a disponibilidade de recursos naturais como forma de financiamento ilícito de grupos insurgentes (além de fator agravante da competição internacional na região); a consolidação de redes internacionais de narcotráfico, pirataria e tráfico humano. [...] acabam marcadas pela utilização de todos os recursos e meios de impacto (crianças soldados, estupros coletivos, genocídio) e de mobilização (instrumentalização de vínculos étnicos) (CASTELLANO DA SILVA, 2017, p. 9).

Ressaltamos que apesar da guerra irregular parecer um conflito civil, é mais complexa que isso. O que explica a segunda característica da tríade securitária: a continuidade da guerra *proxy* e de rivalidades interestatais. Na medida que percebemos que os Estados africanos têm fraquezas e ameaças internas, isso pode encobrir a presença de rivalidades interestatais e de conflitos por procuração, guerras *proxy*. Essas rivalidades se traduzem no apoio de um ator principal a outro, o *proxy*. Assim, o primeiro não participa diretamente da guerra, mas apoia um grupo insurgente em outro país, ficando sem a responsabilidade e sem o ônus de perder a guerra (CASTELLANO DA SILVA, 2017, pp. 11-12). Castellano da Silva (2017, p. 14), sustenta que a guerra *proxy* dificulta a separação em que começam os conflitos interestatais e terminam os conflitos civis, demonstrando a complexidade dessas guerras.

O terceiro e último ponto da tríade securitária é sobre os conflitos regionalizados que são capazes de articular sistemas regionais. Tanto a irregularidade do conflito, quanto a dinâmica das guerras interestatais, os conflitos *proxy* irregulares, tornam-se conflitos que não ficam somente em um território. Assim, há a regionalização dos conflitos, que se explica não só pela porosidade das fronteiras africanas, mas porque há respostas regionais à essas guerras no continente (CASTELLANO DA SILVA, 2017, p. 17). Essas respostas de países vizinhos surgem quando a instabilidade gerada pelo conflito transborda a países vizinhos, transformando-se em uma instabilidade regional, num sistema regional que tem como princípio ordenador a anarquia (CASTELLANO DA SILVA, 2017, pp. 18-22). Entretanto, na África, as fraquezas internas dos Estados têm demonstrado serem mais intensas que as do nível regional, o que explica a ocorrência dos “conflitos armados *proxy* irregulares (CASTELLANO DA SILVA, 2017, p. 22).

Assim, há inúmeros desafios quando falamos de segurança nos países africanos. Entre eles, os que analisamos nesta pesquisa são o que têm impactado e estão sendo impactados

pela incapacidade dos Estados em darem respostas aos grupos que não têm representantes tomadores de decisões, influenciados pela legitimidade, estabilidade política e mobilização social. Importante observar que a maior preocupação dos Estados africanos continua sendo a manutenção do regime, o que mantém a instabilidade política na África. Essa instabilidade, muitas vezes, se traduz em conflitos como os que explica a tríade securitária. Para melhor compreendermos essa relação com o Estado faremos essa incursão na próxima seção. Assim, poderemos compreender como as questões de legitimidade, estabilidade política e mobilização social caracterizam a formação de Estado e a guerra na África.

### **2.2.3 O Estado e a Guerra na África**

Para que aprofundemos a relação de Estado e guerra na África, entendemos como importante compreender o conceito de construção de Estado no sistema europeu, pois foi o modelo de estrutura política que, por meio das colonizações, espalhou-se pelo continente. Para isso, iniciamos com Charles Tilly (2006, p. 5), que nos explica que na Europa a construção do Estado aconteceu a partir da guerra, em que o Estado surgiu como um subproduto dos esforços para monopolizar a violência dentro de um determinado território, essa violência então legitimava-se pela sociedade. Apesar disso, no Terceiro Mundo<sup>13</sup>, como nos países africanos, a construção de Estado deu-se diferente. Nessa região, os países que estiveram sob domínio europeu ao conquistarem a independência herdaram o aparelho colonial a que estavam submetidos, incluindo as instituições advindas do colonialismo, fazendo com que o modelo de Estado Nacional europeu permanecesse no continente.

Além da herança do aparelho burocrático de Estado em formato europeu, mas que não se legitima a partir da guerra, há outras importantes características dos Estados africanos que se relacionam com conflitos violentos. Uma delas é o tempo de formação dos Estados do Terceiro Mundo, que é menor que o tempo de geração dos Estados europeus. Para esse segundo ponto, Mohammed Ayoob (1991, p. 266) observa que os países desenvolvidos tiveram um longo tempo de gestação e nesse período muitos deles caíram. Assim, os problemas enfrentados pelos países africanos não são tão espantosos quando comparados com a história dos Estados da Europa. Nesse sentido, o autor Igor Castellano da Silva (2016, p. 11) destaca que as maiores

---

<sup>13</sup> Optamos por utilizar o termo Terceiro Mundo nesta pesquisa por entendermos que, apesar de superada a Guerra Fria, ainda tem poder explicativo, pois é usado por muitos autores que discutem a temática dos Estados no Terceiro Mundo, como Mohammed Ayoob e Christopher Clapham. Outros termos que podem ser usados e utilizaremos ao longo do texto são países periféricos, países não-alinhados e países não desenvolvidos.

ameaças aos Estados africanos advêm do nível doméstico. E, por mais que os conflitos africanos transcendam as barreiras fronteiriças, ou seja, sejam interestatais as maiores preocupações em relação a sobrevivência do Estado serão com a continuação do regime e com a estrutura do Estado. Isso não acontece em países mais desenvolvidos, porque há uma maior legitimidade do Estado frente a possíveis fragmentações na sociedade (AYOOB, 1991, p. 263). Essas fraquezas internas das estruturas estatais prevaleceram na história do continente e as ameaças internas, como grupos opostos ao Estado, com vínculos étnicos, acabam por ser as ameaças dominantes à segurança dos Estados africanos (CASTELLANO DA SILVA, 2016, p. 11).

Além disso, Ayoob (1991) também argumenta que os países do Terceiro Mundo, entre eles os africanos, surgiram em um sistema internacional em que já existiam empírica e juridicamente<sup>14</sup> diversos outros países. Assim, aqueles que se tornavam independentes entravam em um sistema já delineado. Isso nos faz perceber que inúmeras são as dificuldades que os Estados no Terceiro Mundo tiveram e ainda têm que enfrentar, tanto no Sistema Internacional, quanto internamente. E, apesar da guerra ser fundamental para a formação do Estado europeu, na África, os Estados surgiram e existem sem necessariamente terem passado pela mesma formação dos Estados mais desenvolvidos. A guerra na África, ao contrário da Europa, pode ser fator de enfraquecimento do Estado (CASTELLANO DA SILVA, 2016, p. 20). Quanto a isso, o autor Castellano da Silva (2016, p. 20) afirma que na África há motivos para esse enfraquecimento com a guerra, porque nessa região o conflito é marcado pela “predominância de ameaças internas, pela utilização de forças mercenárias ou emprestadas [...], pelo financiamento externo ou com recursos fixos, com a presença de elites enfraquecedoras do Estado e cujo encerramento é apenas legal/formal”.

Assim, a relação de Estado e guerra na África tem geralmente sido de enfraquecimento. As instituições burocráticas dos Estados africanos, enquanto ainda em gestação, inacabadas, são características dos países africanos. Essas instituições burocráticas são também definidas por sua capacidade e autonomia de solucionar conflitos e evitar novas deflagrações (CASTELLANO DA SILVA, 2017, p. 29). Ademais, essa fraqueza das instituições estatais acaba por ter caráter permissivo, na medida em que não controla elites e nem modera disputas políticas, gerando reduzida integração social num contexto de subdesenvolvimento (CASTELLANO DA SILVA, 2017, p. 23). Essa relação de enfraquecimento do Estado pela guerra gera um ciclo de instabilidade, que também é impactado pela falta de legitimidade do

---

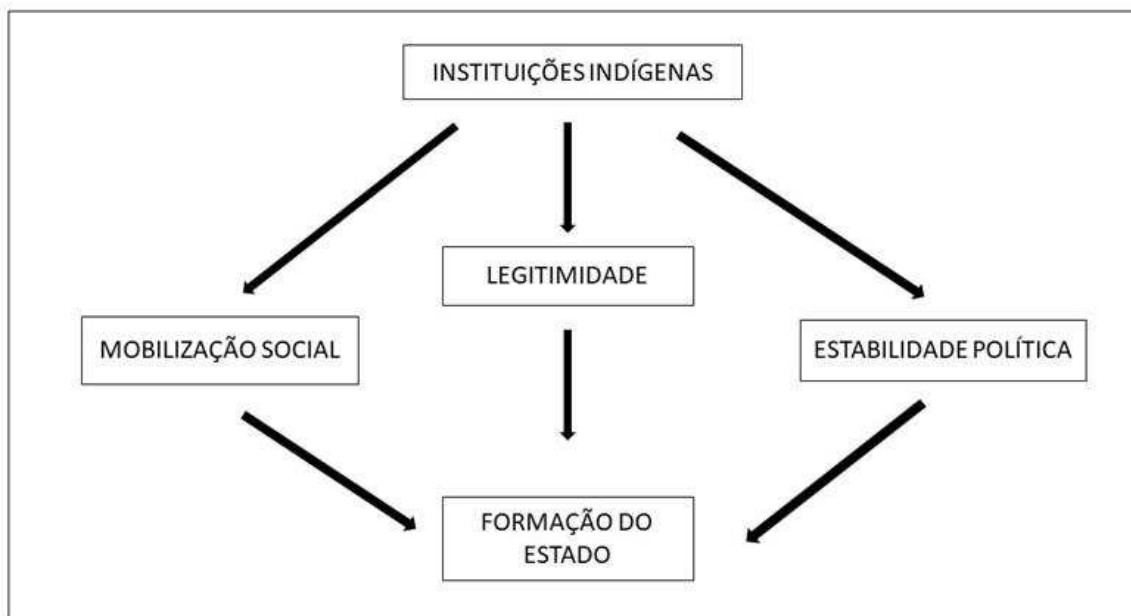
<sup>14</sup> A soberania jurídica advém do reconhecimento internacional por meio do direito internacional, também conhecida como soberania negativa, enquanto a soberania empírica é baseada na real aptidão do Estado de manter-se no sistema internacional, a soberania positiva (JACKSON, 1990).

Estado frente às instituições indígenas. Assim, para aprofundarmos essa relação, na próxima seção a trabalharemos por meio de três conceitos: legitimidade, estabilidade política e mobilização social.

### 2.3 AS INSTITUIÇÕES INDÍGENAS E SUA RELAÇÃO COM O ESTADO E A GUERRA: LEGITIMIDADE, ESTABILIDADE POLÍTICA E MOBILIZAÇÃO SOCIAL

Nesta seção, buscaremos compreender como as instituições indígenas relacionam-se com o Estado e a guerra na África a partir de três elementos: legitimidade, estabilidade política e mobilização social. As instituições indígenas alteram e influenciam esses três elementos que então explicam o Estado durante períodos de paz e guerra. Na medida que essas instituições indígenas impactam na formação do Estado, impactam também na guerra e isso é determinado pelas variáveis de estabilidade política, legitimidade e mobilização social. Abaixo, a figura 1 ilustra esta explicação, que é também nossa hipótese nesta pesquisa.

**Figura 1 – Dispositivo Heurístico de Explicitação da Relação entre as Variáveis de Estudo**



Fonte: formulação da autora.

Assim, objetivamos compreender a formação de Estado e a guerra na África enquanto influenciadas pelas instituições indígenas por meio das três variáveis: legitimidade, estabilidade política e mobilização social. Perceber o enfraquecimento do Estado africano como causa e consequência de conflitos é também relacionar a fragilidade das instituições estatais e de suas

capacidades de se legitimarem no continente. Essa relação nos leva a observar que as instituições indígenas, enquanto estruturas mais antigas que o Estado no modelo colonial na África, carregam consigo uma capacidade de adesão que podem instrumentalizar a legitimidade, a mobilização social e a estabilidade política nos países africanos impactando no Estado e na guerra.

Por conta do caráter de adesão que possuem as instituições indígenas, essas têm mais probabilidade de que suas lideranças tenham autoridade aceita pela população, ou seja, legitimidade. Isso porque se definem enquanto grupos primários em que alguns princípios e valores perpassam por toda a instituição, seja um clã, um grupo familiar e, como em nosso estudo de caso, uma sociedade secreta. No sistema político estatal há a necessidade da legitimação das elites políticas para a manutenção da estabilidade política, o que representa a permanência das instituições estatais. Sobre a legitimação de elites políticas, em 1939, o autor Gaetano Mosca (p. 50) argumentava que havia uma tendência em todos os organismos políticos de encontrarmos duas classes de pessoas: uma classe que dirigia e outra que era dirigida. Essa classe que dirigia era a minoria, uma elite política com um chefe, que recebia apoio de outros líderes da mesma classe (MOSCA, 1939, p. 55). Ainda assim, para que a minoria governe é necessário que a maioria, a população, dê-lhe poder para ser governada. Dar poder ao Estado, e por consequência às elites políticas, é o “legitimar” que, segundo Max Weber (1982, p. 99), se caracteriza em três justificações básicas: pelo conformismo, pelo carisma e pela legalidade<sup>15</sup>.

Entretanto, além de Max Weber outros autores definem o conceito de legitimidade. Encontramos a legitimidade enquanto o consenso de um grupo de pessoas, a população, ao poder do Estado, sendo necessário o uso da força somente em casos de exceção (BOBBIO, 2004, p. 675). Também encontramos a legitimidade enquanto “uma percepção generalizada ou uma suposição de que as ações de uma entidade são desejadas, próprias, ou apropriadas dentro de algum sistema socialmente construído de normas, valores, crenças e definições” (SUCHMAN, 1995, p. 575, tradução nossa). Essa última definição é explicada quando observamos que essa percepção generalizada ultrapassa adversidades, de modo abrangente; é uma percepção ou suposição na medida em que representa uma reação dos observadores à

---

<sup>15</sup> O domínio pelo conformismo, ou tradicional, se caracteriza por ser uma dominação estabelecida pelo conformismo, quando o líder é aceito enquanto tal por conta de um reconhecimento antigo (WEBER, 1982, p. 99). A obediência nessa forma de legitimidade se dá pelos costumes, pela tradição e pela fidelidade (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011, p. 68). Na legitimidade pelo carisma, o líder recebe apoio por conta de suas qualidades pessoais e de liderança que recebem confiança da população. Por último, há a dominação pela legalidade, que se baseia na crença em que há uma competência baseada em regras racionalmente criadas, há uma fé no estatuto legal (WEBER, 1982, p. 99). Assim, a estabilidade política se mantém, baseada na confiança da população na legitimidade dessas elites, que possuem as capacidades necessárias para se encaixarem nas justificativas de dominação de Max Weber.

organização política; é socialmente construída pois reflete congruência entre os comportamentos da entidade legitimada e das crenças compartilhadas de algum grupo social, dependendo de um público coletivo (SUCHMAN, 1995, p. 575). Nessa percepção, as elites são o meio pelo qual a legitimidade se forma, na medida em que os líderes têm as capacidades e características que respondem aos valores e princípios da população. Assim, a identidade do grupo com os valores das lideranças políticas forma elites com a possibilidade de tomarem decisões que serão aceitas, podendo mobilizar a sociedade e serem instrumento de manutenção do sistema político.

Na África, por conta das colonizações, as instituições indígenas que permaneceram no território africano se transformaram com o tempo. Nesse sentido, analisamos essas instituições não só na possibilidade de se legitimarem por meio de elites indígenas, mas, também, como meio de operacionalizar a possibilidade de estabilidade política nos espaços de articulação que existiam, por meio de sua capacidade de mobilização social. Sobre isso, há, em geral, um consenso sobre uma das características dos países africanos ser a instabilidade política, visto os processos políticos mediados em que governos caem por golpes, conflitos armados e lutas faccionais. Essa instabilidade, é o resultado da ameaça a sobrevivência do regime quando esse não responde mais a demandas da população. Para entendermos essa instabilidade, conceituamos a estabilidade política que, segundo Norberto Bobbio (2004, p. 394), é “a capacidade previsível que um sistema tem de se prolongar ao longo do tempo”. Assim, visto que o regime a que estabilidade responde pode ter inúmeras características (ser um governo monárquico, totalitário, democrático, etc), consideramos que manter o *status quo* não é necessariamente algo positivo, assim a estabilidade política não é o fim de todo o sistema (BOBBIO, 2004, p. 394). Entretanto, são os líderes indígenas, por exemplo, que ao ocuparem posições de poder proporcionam estabilidade política ao serem a ligação entre as instituições indígenas e a elite clientelista (ARRIOLA, 2009, p. 1344).

Conforme anteriormente observado, uma série de formas pré-coloniais de organização política eram legítimas na África. Com o colonialismo, a violência para legitimação não bastou para que o Estado se tornasse a única forma de autoridade para a população. Em outras palavras, no colonialismo a coerção não sobrepujou as instituições indígenas por completo, havendo uma necessidade de congruência entre sociedade e entidade estatal para que o Estado Nacional se torne legítimo. Christopher Clapham (1985, p. 42) nos traz que essa falta de identificação com o Estado é uma característica dos Estados no Terceiro Mundo, porque não houve entre Estado e sociedade valores compartilhados, sendo um dos grandes motivos a imposição colonial.

Na maior parte da África, as instituições indígenas embora tenham se transformado com as colonizações, permaneceram sendo uma outra forma de controle que não o Estado (CHAZAN et al, 1992, p. 80). Essas instituições têm por característica cobrir uma área mais extensa do que a oficial do Estado (Ibid., 1992, p. 74). Isso acontece porque esses modos de organização social têm padrões de liderança, fundamentos legítimos de tomada de decisões, em que há uma identificação das pessoas com os valores e princípios dessas instituições que têm, muitas vezes, um caráter transnacional, superando as fronteiras coloniais. Assim, encontramos algumas etnias e sociedades pré-coloniais em países distintos, com complexos modos de organização que, além disso, possuem poder de mobilização social, opondo-se ao monopólio de legitimidade do Estado e das elites dirigentes. Isso demonstra que a historicidade dessas sociedades, o fator de serem mais antigas na região que a instituição formal do Estado, ainda impacta nas dinâmicas da região. Ademais, observamos que no estudo da formação dos Estados na África e das interações políticas internas nos países, visões de somente uma perspectiva (como as que se centram somente no Estado Nacional) sobre a história recente não compreendem a complexidade do continente.

Com base em suas próprias crenças, normas e valores, diversas instituições indígenas têm capacidades diferentes de mobilização social, o que vem a ser uma contrapartida dessas instituições frente ao Estado no modelo europeu. Essa mobilização acontece quando “um grupo de pessoas, uma comunidade ou uma sociedade decide e age com um objetivo comum, buscando, quotidianamente, resultados decididos e desejados por todos” (TORO, 1996, p. 6). Charles Tilly e Sidney Tarrow (2015, p. 120), definem a mobilização como o aumento dos recursos disponíveis para algum ator político tomar uma decisão coletiva. Nessa perspectiva, a mobilização utiliza-se de redes pre-existentes e de identidades para expressar suas reivindicações e desafiar oponentes por meio da identificação e formulação de reivindicações, coalizões e ação coletiva (TILLY; TARROW, 2015, pp. 140-141). De uma ação inicial de mobilização podem emergir processos mais amplos, que se espalhem amplamente, como guerras civis, por exemplo (TILLY; TARROW, 2015, pp. 131-141). Nem todos os tipos de mobilização levarão a uma escala maior de ação coletiva, mas os que tiverem redes pre-existentes serão mais propensos a sobreviver, nessa questão, as elites responderão com diferentes formas de repressão ou facilitação (TILLY; TARROW, 2015, p. 141). As instituições indígenas, nessa lógica, são grupos com identidades já formadas. Muito de sua mobilização, entretanto, dependerá da capacidade de articulação do grupo para reivindicar espaços na política interna e também de suas lideranças com as elites políticas do país em que estão inseridas. Além disso, essas lideranças indígenas podem agir por meio do Estado ao tornarem-se também elites,



podendo ser fator de desmobilização por meio da institucionalização no aparato estatal (TILLY; TARROW, 2015, p. 130).

Portanto, se, além do Estado, outros grupos têm capacidade de mobilizar indivíduos e serem legítimos numa região fora do aparato estatal, isso significa que há certa dificuldade em manter a ordem e obediência. Pois, se o Estado é uma relação de indivíduos dominando outros indivíduos, relação que se mantém por conta da legitimidade do uso da força (WEBER, 1982, p. 98), quando esse Estado não tem essa legitimidade uma situação de instabilidade é gerada, trazendo a possibilidade de ruptura com o sistema vigente. Conforme Clapham (1985, p. 43) “a inexistência do consenso de valores é uma ameaça à própria sobrevivência do Estado, o fracasso derradeiro para o sistema político do Terceiro Mundo (ou de qualquer lugar)”. Como vimos anteriormente, a autoridade do Estado sem consenso de valores se torna frágil, o que acaba por ser uma das causas permissivas da guerra, situação que gera instabilidade do regime. Uma das consequências dessa instabilidade é esse Estado não ter desenvolvido um exército nacional forte capaz de “desarticular insurgências internas entre etnias, o que gera a tribalização dos conflitos, caracterizados como guerras *proxies* e guerras irregulares complexas, que ultrapassam as fronteiras do Estado” (CASTELLANO DA SILVA, 2016). Além disso, a falta de uma identidade nacional e sentimento de pertencimento, que também é fator de mobilização social, acaba por ser crucial à estabilidade do regime.

## 2.4 CONCLUSÃO DO CAPÍTULO

Por meio da análise deste capítulo, buscamos compreender as sociedades secretas como instituições indígenas com valores e princípios que por meio da adesão como grupo primário alteram as variáveis de mobilização social, legitimidade e estabilidade política na formação dos Estados e na guerra na África. A história da formação dos Estados africanos, a análise sobre a guerra e sobre as sociedades secretas foram necessárias para conseguirmos, mais adiante, verificar nossa hipótese. Esta sustenta que as instituições indígenas legitimaram os líderes do governo central por meio de um sistema sócio-político de governanças locais e, depois de um golpe em 1980, mobilizaram a sociedade para desestabilizar politicamente o regime gerando os conflitos armados, alterando-se nos momentos de paz e de guerra. Para isso, compreender a capacidade de mobilização das sociedades secretas perpassa o entendimento de que elas não necessariamente contestam o poder e legitimidade do Estado em que estão inseridas, mas que podem inclusive fazer parte do grupo que deseja a manutenção do *status quo*. Assim, a elite dessas instituições pode optar, inclusive, pela continuação do regime colonial. No próximo

capítulo, para testar a hipótese, analisaremos o Estado liberiano, o histórico das sociedades secretas Poro e Sande na relação com o Estado e as variáveis de legitimidade, estabilidade política e mobilização social nessa relação.

### 3 AS SOCIEDADES SECRETAS E A FORMAÇÃO DO ESTADO NO PERÍODO DE PAZ<sup>16</sup>

Neste capítulo focaremos no período de paz liberiano, apresentando uma parte de nosso estudo de caso para então verificarmos nossa hipótese na Libéria no período anterior à guerra. Iniciaremos apresentando as origens e características do Estado liberiano, mais adiante, abordaremos as sociedades secretas Poro e Sande a partir de uma perspectiva histórica buscando entender sua relação com o Estado. Por fim, observaremos como as sociedades secretas alteram e se relacionam com nossas três variáveis dependentes no âmbito do Estado: legitimidade, mobilização social e estabilidade política, termos já trabalhados anteriormente em nosso capítulo teórico-conceitual.

#### 3.1 AS ORIGENS E CARACTERÍSTICAS DO ESTADO LIBERIANO

Durante muito tempo, a história da África antes das colonizações foi vista como estática, imóvel, como se os modos de vida, as religiões, os costumes e as economias não estivessem em mudança antes da chegada da “modernidade Europeia” (KI-ZERBO, 2010, pp. 44-46). Esse imobilismo, como afirma Ki-Zerbo (2010, p. 46), não ocorreu em parte alguma no passado “tradicional” do continente. Apesar disso, durante algum tempo o dualismo de “antes” e “depois”, “antes” para falar da sociedade tradicional e “depois” para o processo de mudança, foi usado por pesquisadores e pesquisadoras para falar de modernização na África, sendo o “depois” uma transformação do estático “antes” (KI-ZERBO, 2010, p. 46). Contudo, historiadores e historiadoras da África têm mudado e influenciado essa discussão ao longo do tempo, superando também a discussão racista de que os africanos não podem ser os autores de uma “civilização” (KI-ZERBO, 2010, pp. 41-46).

Joseph Ki-Zerbo (2010), com sua crítica à percepção eurocentrada sobre a história da África, acaba por ratificar o argumento de Amos Sawyer, que coloca a Libéria, enquanto região periférica no continente africano. Sawyer (1992, pp. 43-46) alega que o local que mais tarde tornou-se a Libéria tem poucos registros históricos até o século XV, porque a região não era atraente devido às intensas chuvas, densas florestas e aos solos pobres. Apesar disso, a floresta tropical, que é a característica principal da região, tem retrocedido gradualmente nos últimos anos, por conta do estabelecimento tanto de colonizadores como de indígenas (GERDES,

---

<sup>16</sup> Compreendemos a paz enquanto negativa, ou seja, há a ausência da guerra, o que não elimina a predisposição para ela, somente a violência direta (GALTUNG, 1996, p. 32).

2013b; SAWYER, 1992). Ainda assim, existem poucas informações sobre quem habitava a região antes do século XV e, mesmo com a colonização, foram feitos escassos registros sobre isso até os séculos XIX e XX (SAWYER, 1992, pp. 43-46).

A região que mais tarde se tornou a Libéria fazia parte da sub-região da Costa da Baixa Guiné (*Lower Guinea Coast*), a Costa dos Grãos (*Grain Coast*) – nome que se referia aos produtos da região (ELLIS, 1999, p. 193; SAWYER, 1992, p. 43). Até o século XVI, a população que vivia na sub-região da Costa dos Grãos foi categorizada em três grupos etnolinguísticos: Mel, Mande e Kwa, o último também conhecido como Kruan (OLUKOJU, 2006, p. 9; SAWYER, 1992, p. 45). Esses três grupos se correlacionaram pela primeira vez na região costeira oeste, local em que mais tarde os europeus estabeleceram um comércio intenso de escravos e a maior parte de suas atividades comerciais. Essa relação está no cerne da formação do Estado liberiano (SAWYER, 1992, pp. 45-46). Na Costa dos Grãos, a mais importante distinção sociocultural antes da colonização era entre os grupos Mande, Mel e Kwa, que posteriormente responderiam de maneira diferente ao modelo de autoridade central que seria imposto pelos colonos no território e que, além disso, se subdividiriam em diversos outros grupos (SAWYER, 1992, p. 46).

Uma das ligações entre os diversos grupos étnicos e políticos Kwa, Mel e Mande seriam as sociedades secretas encontradas em toda a região noroeste da Libéria (OLUKOJU, 2006, p. 9). Ayodeji Olukoju (2006, p. 9), professor nigeriano, argumenta que essas sociedades se dividiam em uma organização masculina, Poro, e uma organização feminina, chamada Sande, possuindo papéis educativos, além de, ao longo da história, terem controlado conflitos e o fornecimento de ferro e dinheiro na região. Stephen Ellis (1999, p. 193) pondera que por décadas e até mesmo séculos antes da fundação da Libéria enquanto república, a população que vivia no território que hoje é a Libéria era governada por pequenas entidades políticas, baseadas em linhagens e na extensão da família, entre essas, a instituição religiosa Poro. Durante os séculos de tráfico mão-de-obra escrava, por exemplo, a sociedade Poro e suas lideranças foram bastante tensionadas, porque para manter o prestígio acabavam trocando pessoas que viviam mais ao interior da floresta tropical por armas e jóias (OLUKOJU, 2006, p. 9). Assim, antes da colonização e a partir dos primeiros contatos com europeus na Costa dos Grãos, as autoridades políticas eram baseadas em posições intermediárias no comércio de escravos com os europeus (GERDES, 2013b, p. 15).

No início do século XIX, as dinâmicas do local onde chegariam os primeiros colonos na Libéria eram de intensa competição entre os diferentes grupos indígenas, com incessantes formações e dissoluções de alianças (GERDES, 2013b, p. 15). Ademais, conforme alega Felix

Gerdes (GERDES, 2013b, p. 16), durante um longo período em que se iniciou a colonização na região não foram desenvolvidas políticas para o interior do país ou para quem vivia ali antes da colonização. Apesar disso, algumas alianças de colonizadores com grupos indígenas foram formadas, principalmente após um primeiro ataque por parte dos autóctones (GERDES, 2013b, pp. 15-16). Essas alianças, no entanto, tinham pouca duração e os grupos indígenas normalmente voltavam a se aliar com seus pares (GERDES, 2013b, p. 17).

Apesar da autoridade imposta pelos colonos na Libéria, o autor Felix Gerdes (2013a, p. 22) argumenta que a construção do Estado liberiano foi mais similar à formação dos Estados europeus do que qualquer país africano. Segundo o autor, isso acontece por dois motivos: não houve uma colonização direta na Libéria e a extensão da soberania no território não recorreu aos recursos de economias desenvolvidas. Entretanto, recordamos que o modelo de Estado liberiano adveio de uma imposição externa, da Sociedade de Colonização Americana - *American Colonization Society (ACS)* -, com um grupo que se tornaria elite e que dirigiria o Estado na região, mesmo sendo estranha à sociedade que ali vivia. A ideia de Libéria a partir das discussões da Sociedade de Colonização Americana foi concebida por indivíduos com diferentes propostas para resolver o que era visto como um sério problema e, durante o período que se discutiu a colonização nos EUA, moralmente controverso: a escravidão. A Sociedade de Colonização Americana surgiu a partir dos debates de elites religiosas e políticas nos EUA que discutiam a abolição da escravidão e o que aconteceria com a população de negros livres aumentando no país (SAWYER, 1992, p. 14). Amos Sawyer (1992, p. 16), intelectual e político liberiano, alega que a ideia de colonização surgiu nos EUA como uma solução para a escravidão. A questão principal não era se a escravidão condizia com ideais de igualdade e liberdade do país, mas qual seria o espaço na democracia norte-americana que ocuparia a considerável população negra liberta (SAWYER, 1992, p. 15).

Contudo, mesmo tendo o pano de fundo da escravidão, para que a colonização acontecesse na região da Costa dos Grãos, dois fatores foram indispensáveis: o apoio do governo dos Estados Unidos e o apoio da comunidade negra livre, que teve algumas lideranças em diálogo com os membros da Sociedade de Colonização Americana (SAWYER, 1992, p. 28). Apesar disso, segundo Amos Sawyer (1992, p. 38), uma das maiores falhas nesse processo foi a total falta de compreensão das elites dos Estados Unidos sobre a situação da região na qual os ex-escravos iriam viver na África. Apesar de ter acontecido duas missões exploratórias, os organizadores sabiam pouco sobre a África, em especial sobre a vida social e cultural da região que foi alvo da colonização (SAWYER, 1992, p. 38). Mesmo os negros libertos não conheciam quase nada sobre o continente, possuíam somente vínculos históricos e sentimentais, assim

aprenderiam sobre a região com a experiência num ambiente culturalmente diversificado onde mais tarde surgiriam rivalidades e preconceitos, independente de terem a mesma cor dos nativos (SAWYER, 1992, pp. 38-39). Assim, a colonização e o método da “repatriação” de ex-escravos foram vistos como saídas pelas elites brancas da metrópole, os Estados Unidos, em relação ao que era percebido como ameaça: os escravos livres na democracia branca estadunidense (SAWYER, 1992, pp. 39-40).

Dessa forma, iniciava-se a formação da Libéria enquanto Estado Nacional em 1822, com a chegada de colonos vindos dos Estados Unidos onde hoje é a capital do país, Monróvia (CLAPHAM, 1976, p. 6). Configurava-se enquanto território estabelecido como posto norte-americano para os escravos livres que haviam sido soltos após terem sua escravidão abolida nos Estados Unidos (IBRAHIM, 2000, p. 49; CLAPHAM, 1976, p. 6). Um diferente, mas ainda violento, experimento de colonização. Assim, o sucesso da formação do projeto Libéria estava pautado, segundo Amos Sawyer (1992, pp. 39-40), em três pressupostos que mais tarde mostrariam-se contraditórios. Entre eles, o primeiro era o financiamento do governo estadunidense, que mais tarde teria relutância em manter o apoio. O segundo era a percepção da Sociedade de Colonização Americana de que muitos dos negros livres encontravam-se tão alienados e oprimidos que perceberiam a opção da deportação para a África como mais favorável do que continuar nos Estados Unidos, o que ignorava a ideia de pertencimento que essa população tinha e seus ideais de luta por liberdade e direitos no país em que viviam. O terceiro ponto era o fator de que todo o projeto era liderado por brancos, o que aumentou drasticamente o ceticismo dos negros sobre o objetivo da colonização, deixando rastros na história da Libéria até o século XX. A isso, adicionamos que aqueles que ocuparam Monróvia, levados pelo governo estadunidense para aquelas terras compradas pela ACS, preferiam qualquer condição a escravidão e seriam esses que dariam continuidade ao projeto de formação do Estado da Libéria (SAWYER, 1992, pp. 39-40).

Entretanto, destacamos que os negros libertos levados dos Estados Unidos para a África não se identificavam com as culturas e sociedades que ali viviam. Primeiro, porque conforme já dito, os escravos libertos não eram descendentes especificamente daquela região do continente. Segundo, mesmo que fossem descendentes de povos da região, o processo de diáspora traz consigo novas representações da própria cultura. A cultura e percepção social dos escravos em diferentes locais dos Estados Unidos passou por mudanças significativas quando submetida ao poder estadunidense na escravidão. Ainda assim, o feito de levar descendentes de africanos, os negros libertos, para a África aconteceu. Mais tarde, na Libéria, os ex-escravos ficariam conhecidos como Americo-liberianos, compartilhando entre si padrões

ocidentais de educação, religião e vestimentas e ocupando posições no ensino, na igreja, no judiciário, no governo e na política (CLAPHAM, 1976, p. 6). Esse modo de vida diferente do indígena e parecido entre si, criou uma consciência nos americano-liberianos de necessidade de defesa de sua posição em relação a população indígena da região (CLAPHAM, 1976, p. 6). Assim, a Libéria iniciou sua formação, com uma divisão histórica de grupos que dirigiriam a máquina burocrática do Estado e grupos que seriam submetidos a ela.

Por conta do pouco interesse que os Estados Unidos tinham nesse local da África, o governo estadunidense apoiou o projeto da Sociedade de Colonização Americana somente na medida em que essa resolveu os problemas com os escravos libertos (CLAPHAM, 1976, p. 7). Assim, os colonos declararam a Libéria um país independente em 1847, rompendo com a Sociedade para poderem regulamentar o comércio exterior do país, o que tornou a Libéria a mais antiga república africana (IBRAHIM, 2000, p. 49; CLAPHAM, 1976, p. 7; KANDEH, 2004, p. 98). Com essa independência, os colonos não ficaram subordinados a nenhum poder colonial e tampouco levaram em conta as demandas das populações indígenas, o que já acontecia antes da ruptura com a metrópole (CLAPHAM, 1976, p. 7). A nova sociedade de colonos que se formava possuía características que eram associadas a uma ordem social patrimonial que veio a ser dominada por uma elite negociante governante (SAWYER, 1992, p. 6). Durante 133 anos, a minoria de américo-liberianos, que não passava de 3 por cento da população liberiana, monopolizou o poder político e privou de direitos a maior parte da população, deixando-os isolados da vida política e social (KANDEH, 2004, p. 98). Dessa forma, colocamos que o projeto da Sociedade de Colonização Americana não considerou a ordem social africana no período da colonização. Essa ordem se definia enquanto patrilinear e de complexidade que variava de estruturas legitimadas por conselhos de anciãos, por sucessores de linhagem e também por sociedades secretas (SAWYER, 1992, p. 6).

Contudo, ainda que a Libéria seja a primeira república da África, boa parte do território liberiano somente foi submetida ao poder do Estado pelos americano-liberianos durante a partilha da África, por conta do receio de que ao não ocupar as fronteiras essas seriam perdidas para as potências europeias (AKPAN, 2010, p. 307). Nesse processo, não é surpreendente que os indígenas da região tenham se revoltado diversas vezes<sup>17</sup> até serem coagidos à obediência pelas milícias liberianas, como em outros países em que o imperialismo europeu existia (AKPAN, 2010, p. 308). A resistência dos africanos explica porque muitas das formas políticas de

---

<sup>17</sup> Os Kru revoltaram-se várias vezes, sobretudo entre 1915 e 1916; os Grebo em 1910; os Kissi em 1913; os Kpele e os Bandi de 1911 a 1914; os Gio e os Mano de 1913 a 1918; os Gbolobo Grebo de 1916 a 1918; os Gola e os Bandi de 1918 a 1919; os Joquelle Kpele de 1916 a 1920; os Sikon em 1921 (AKPAN, 2010, p. 143).

sucessão por linhagem ou de domínio pessoal persistiram nas organizações políticas do Estado liberiano (SAWYER, 1992, p. 7). Costumes e tradições foram usados como instrumentos de manipulação nas comunidades indígenas da região, o que está no cerne da discussão sobre a Libéria (SAWYER, 1992, pp. 1-7). Essas resistências e o uso de costumes e tradições na política liberiana explicam também porque a administração pública formal, não só na Libéria, mas também em outras colônias europeias na África, desenvolveu-se em paralelo ou com a participação de autoridades tradicionais de chefes (ELLIS, 1999, p. 211). Para exemplificar isso, Stephen Ellis (1999, p. 211) argumenta que o Estado liberiano dependia da colaboração dos agentes locais para governar áreas rurais, processo que foi intensificado durante a partilha da África.

Patrick Chabal (1992, p. 88), ao abordar a formação da sociedade civil na África, expõe que embora o modelo de Estado na África tenha sido o europeu, a sociedade reagiu a isso desenvolvendo uma combinação do moderno e “tradicional”. O “tradicional”, que aqui já desenvolvemos na seção sobre instituições indígenas, operava na pré-colonialidade segundo dinâmicas em que as fronteiras entre o que é social, religioso, econômico e político era mais poroso e fluído (CHABAL, 1992, p. 89). O que contrastava com formato e as políticas de Estado que se formaram a partir da colonização, em que as ações consideradas legais eram limitadas, pois as atividades políticas que eram tidas como legítimas eram determinadas pelo Estado (CHABAL, 1992, p. 88). Ainda assim, a sociedade “tradicional” recebeu muitas vezes meios legais de participação no Estado, mas esse absorvia poucos colaboradores, além de ter políticas consideradas violentas em muitas colônias (CHABAL, 1992, p. 88). Na Libéria, podemos observar que o impacto do Estado colonial, que surgiu antes da ideia de nação, foi limitado nas instituições indígenas e nos modos de organização pré-coloniais, além de utilizar-se de características dessas organizações para sua manutenção. Isso é expressado por Stephen Ellis (1999), quando argumenta que uma das principais características do Estado liberiano, a rede de patronagem<sup>18</sup>, complexificou-se ao longo dos anos por combinar o pertencimento a sociedades secretas de iniciação, o pertencimento étnico e o pertencimento a instituições religiosas que manipulavam forças espirituais para atuar em processos de governança. A argumentação de

---

<sup>18</sup> O sistema de patronagem é uma relação de classe que se utiliza de questões étnicas, regionais ou institucionais para vincular relações desiguais ente clientes e patronos. O cliente recebe os benefícios diretos, que pode advir de um trabalho ou uma transação ilegal, mas é o patrono que receberá os maiores benefícios (KASFIR, 1987, pp. 54-55). A organização do sistema de patronagem explica a construção da classe que estará a frente do Estado. O uso do sistema de patronagem por quem está no poder aprofunda a dominação das elites na sociedade e afeta a formação das classes emergentes (KASFIR, 1987, p. 56).



Chabal também explica o porquê muitas vezes o Estado na África, verificamos isso na Libéria, teve uma oposição tão forte na sociedade civil (CHABAL, 1992, p. 88).

Stephen Ellis é o autor pesquisador do livro “*The Mask of Anarchy: The Destruction of Liberia and the Religious Roots of an African Civil War*”, fundamental ao nosso estudo porque compreende as dinâmicas da Libéria que envolvem guerra, Estado e as sociedades secretas. Sobre o Estado liberiano, o autor (ELLIS, 1999) nos explica a organização política da Libéria a partir do século XX, desde a formação de elites políticas até o desenvolvimento das estruturas internas do Estado. Ellis (1999, p. 213), ao discutir o Estado liberiano, alega que desde a década de 1920 as regiões mais ao interior da Libéria tinham chefes distritais que atuavam como senhores e representavam o Estado por indicação do governo nos respectivos locais. Esse modo de organização fortalecia a divisão do país em blocos étnicos, ao mesmo tempo em que desvalorizava a “cultura republicana” (ELLIS, 1999, p. 213). Ainda que essa cultura republicana estivesse já estrangida, visto que até a segunda metade do século XX somente a oligarquia dos américo-liberianos tinha direitos políticos (ELLIS, 1999, pp. 213-220). A relação do Estado com chefes locais foi intensificada quando em 1953, o presidente William Tubman<sup>19</sup> decidiu que cada chefe distrital, que era indicado pelo governo, deveria supervisionar pelo menos cinco chefes de clãs e todos deveriam ser do mesmo grupo étnico. Assim, a política local se tornou o novo espaço de disputa faccional<sup>20</sup>, cujo objetivo era o reconhecimento formal de nativos como chefes de clãs ou cidades, visto que a ambição de chegar ao poder por meio da guerra havia se tornado punível nesse momento histórico de formação do Estado liberiano (ELLIS, 1999, p. 214). Esse sistema foi, como coloca Stephen Ellis (1999, p. 213), provavelmente o sistema de patronagem mais exaustivo da região.

Stephen Ellis (1999, p. 214), ainda sobre a organização interna da Libéria, alega que por conta desse sistema de chefes distritais as lutas por poder local acabaram tendo como pano de fundo as identidades étnicas e religiosas do território liberiano. Quem era mais bem-sucedido nesses espaços eram aqueles que conseguiam defender que representavam determinado grupo étnico, alegando que tinham uma ascendência única e por isso necessitavam ter uma

---

<sup>19</sup> William Tubman, que esteve no poder de 1944 até 1971, não fazia parte da elite política da época, apesar de ser américo-liberiano (SAWYER, 1992, p. 111). Tubman foi conhecido por ter desmantelado a estrutura de liderança nacional, substituindo líderes conhecidos por pessoas de outros *status* sociais, rompendo consideravelmente com o poder da elite da Monróvia e as diferenças políticas entre indígenas e américo-liberianos (SAWYER, 1992, p. 280).

<sup>20</sup> Uma disputa faccional reflete o colapso das instituições na periferia, mas, mais que isso, é um reflexo de escolhas feitas na arena internacional por conta da existência facções em guerra, estando correlacionada com processos fora desse grupo. Ela deriva da disputa por acesso à determinados recursos, como armas, dinheiro ou reconhecimento internacional. O faccionalismo é a maneira pela qual as facções se mobilizam, as facções são grupos sociais não corporativos, bastante personalizados e competitivos, que têm líderes com diversos princípios que embasam a facção (LEMARCHAND, 1987, pp. 150-151).

administração com autonomia<sup>21</sup> (ELLIS, 1999, p. 214). Esses chefes acabavam por traduzir os valores das instituições indígenas para a elite americano-liberiana e vice-versa, tornando sua participação política bastante considerável e sendo um elo entre o interior do país e a capital (ELLIS, 1999, pp. 214-215). Esse modo de organização deu oportunidade de mobilidade social para os nativos, mas prejudicou o modelo de organização de anciãos nas sociedades indígenas patrilineares, dando poder de coerção aos chefes locais (ELLIS, 1999, p. 218). Somente em 1963 esse modo de organização foi abolido, pois iniciavam as descolonizações dos países africanos, fazendo com que o governo liberiano receasse que esses chefes locais poderiam liderar insurgências inspirados em outras nações da África (ELLIS, 1999, p. 219). Assim, o Estado foi centralizado em somente uma administração (ELLIS, 1999, p. 219).

A política de unificação do país de 1963 apenas fez com que as lutas faccionais se ressignificassem em um outro modo de administração. As rivalidades entre os chefes assumiram novamente formas tribais, os processos interrompidos de expansão de grupos étnicos reapareceram no território com a bandeira da unificação nacional (ELLIS, 1999, p. 219). Essa disputa faccionalista étnica se encaminhou para um radicalismo no país, que mais tarde conduziu aos conflitos civis (COSTA, 2016, p. 72). Como coloca Ana Carolina Costa (2016, p. 72), antropóloga brasileira, o desejo de poder pelo governo reacenderia antigas disputas locais entre diversos grupos étnicos que até então estavam distanciados desse espaço de articulação política, por conta da repressão dos governos de américo-liberianos. O autor Felix Gerdes (2013a, pp. 46-47) alega que a distinção entre americano-liberianos e indígenas foi um discurso político bastante expressado durante as crises na Libéria. Nesse discurso, os colonos, américo-liberianos, utilizavam-se do argumento de que a administração do Estado deveria continuar em suas mãos, assim legitimavam seu domínio exclusivo do território. As guerras liberianas do século XX e XXI, nesse sentido, foram processos de reconfiguração dessas relações políticas e da estrutura da elite (GERDES, 2013a, p. 47). O ponto de ruptura foi a ascensão de Samuel Doe à presidência da Libéria em 1980, o primeiro líder de não descendência de américo-liberianos a se tornar chefe de Estado. A ascensão de Doe foi de ruptura pois fez com que as disputas e rivalidades entre grupos étnicos diferentes viessem à tona na arena nacional<sup>22</sup> (ELLIS, 1999, p. 219).

---

<sup>21</sup> A exemplo, os chefes do grupo étnico Kpelle que se utilizavam da sociedade Poro, que o governo via como um atributo cultural, como marca da etnia (ELLIS, 1999, p. 214).

<sup>22</sup> Como Stephen Ellis (1999, p. 219) argumenta, Samuel Doe subiu ao poder por meio de um golpe com o exército, a instituição que herdou os mais antigos modos de promoção social e acumulação econômica na região. As tradições de guerra presentes nas instituições indígenas da Libéria tornaram o golpe por meio do exército uma situação bastante nociva (ELLIS, 1999, p. 219). Aprofundaremos essa discussão no próximo capítulo desta pesquisa.

Outro fator importante sobre o Estado liberiano é que a principal característica da economia política do país é o capitalismo comercial, esse é baseado na apropriação de rendas que faz com que o padrão liberiano seja neo-patrimonial<sup>23</sup> (GERDES, 2013a, p. 30). No neo-patrimonialismo, o Estado, apesar de ser formalmente construído enquanto racional-legal, tem relações patrimoniais permeando o sistema político, na qual a troca de favores acaba por substituir o patrimonialismo em sua forma original, sustentado na corrupção e no clientelismo (CLAPHAM, 1985, p. 50). Dew Mayson e Amos Sawyer (1979, p. 145) descrevem a Libéria como um país que tem produtividade desigual no setor de subsistência e no setor de exportação. No caso da Libéria, país bastante dependente da exportação de recursos, a exploração acontecia por corporações capitalistas nacionais que utilizavam o aparato estatal para satisfazer as necessidades das economias das potências internacionais (MAYSON; SAWYER, 1979, pp. 141-142). Ademais, a sociedade liberiana também é dividida em classes. A classe dominante da Libéria dependendo das potências imperiais para fazer a manutenção de seu poder e, em troca, assegurando às superpotências a dominação e exploração dos recursos econômicos do país (MAYSON; SAWYER, 1979, p. 144). Essas exportações de recursos naturais fazem com que as elites liberianas ampliem a autoridade do Estado e o burocratizem por meio da apropriação de receitas, o que acaba sendo a regra também em outros Estados africanos (GERDES, 2013a, p. 260). Todos esses fatores acabam por situar a Libéria em uma situação desigual na economia mundial, sendo um país periférico dentro da estrutura capitalista e tendo muito das suas dinâmicas securitárias afetadas por essa estrutura de dependência. A exemplo, o histórico de exploração de recursos minerais no interior do Estado por meio de empresas estrangeiras - que as elites do Estado são pouco capazes de restringir e que tem mais largo alcance que o Estado -, o que sugere que continuarão a existir significantes fraquezas no modelo racional-legal do Estado liberiano (GERDES, 2013a, p. 248).

Assim, o Estado liberiano originou-se no início do século XIX a partir de um grupo de colonizadores que se tornou a elite do país, os américo-liberianos. Somente no final do século XX essa elite se defrontaria com maiores ameaças, que trariam a perda de poder a partir do golpe de Estado de Samuel Doe. De fundo, a economia liberiana seria dependente dos antigos

---

<sup>23</sup> O patrimonialismo é o exercício da patronagem do Estado (KASFIR, 1987, p. 56). Em tipos ideais, o patrimonialismo é a dominação que se orienta pela tradição, advindo da dominação tradicional, em que não é a norma constitucional ou legal, mas a pessoa soberana que estabelece a ordem e em que não se separa a esfera pública da privada (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011, p. 68). Segundo Max Weber (2002, p. 189), esse tipo de dominação também se apropria dos poderes de decisão e de direitos econômicos de maneira privada. No neo-patrimonialismo, entretanto, existe uma distinção entre o público e privado, ainda que apenas formalmente, mas que é aceita e corresponde ao modelo estatal de tipo racional-legal, em que o “neo” significa moderno (BRUHNS, 2012, p. 63). Felix Gerdes (2013a, p. 258) nos traz que é importante não reduzir todo o funcionamento do Estado liberiano ao patrimonialismo, entretanto argumenta que tem sido o padrão no país.

impérios da África e dos Estados Unidos, o que faria a manutenção também dessas elites. Em meio a todos esses processos, as sociedades secretas Poro e Sande seriam usadas para ascensão de lideranças políticas locais e, como veremos adiante, seriam instrumento de legitimidade política para as elites dirigentes do Estado.

### 3.2 AS SOCIEDADES SECRETAS PORO E SANDE NA LIBÉRIA

Se entender criticamente a história da África perpassa superarmos a visão racista e estática sobre as dinâmicas do continente antes das colonizações, importa a essa seção aplicarmos isso a análise das sociedades secretas Poro e Sande. As sociedades Poro e Sande, conforme as reflexões de Ki-Zerbo anteriormente mencionadas, também não estão inertes e passivas no tempo. Assim, apesar de diferirem em alguns rituais intragupo, conforme posição geográfica, se comunicam e estabelecem alianças entre si, mesmo entre diferentes grupos etnolinguísticos (BELLMAN, 1984, p. 42). A isso, adiciona-se o fator histórico, que prevê a mudança dessas sociedades desde antes de entrarem em contato com o Estado colonizador, mesmo que o ritmo de mudança delas não fosse tão rápido quanto o pós-industrial (KI-ZERBO, 2010, p. 46). Importante também destacar que por conta das características de sigilo das sociedades Sande e Poro, o material para pesquisa sobre essas instituições não é encontrado facilmente (STEADY, 2005, p. 101). No entanto, por conta da transposição das sociedades para a cidade, houve a sujeição das sociedades à normas urbanas e à uma maior densidade populacional, possibilitando a heterogeneidade e facilitando as pesquisas (STEADY, 2005, p. 101).

Mesmo que haja essa transposição para a cidade, as sociedades Poro e Sande são os grupos a nível local mais importantes do interior da Libéria (BELLMAN, 1984, p. 13). A origem das sociedades Sande e Poro é incerta, mas existem alguns registros de grupos semelhantes antes do século XVI e XVII (ELLIS, 1999, p. 188; STEADY, 2005, p. 97). Grupos como Poro e Sande são comuns no sul da Nigéria e são numerosas na floresta tropical da África Ocidental, onde está a Libéria (LITTLE, 1965, p. 349). Há sociedades secretas na Costa do Marfim, Serra Leoa, Libéria e em partes de Gana e de Guiné Bissau (LITTLE, 1965, p. 349). Por conta do número de atividades que administram, são conhecidas por toda pessoa adulta onde estão presentes e representam a força social dominante (LITTLE, 1965, p. 349), atravessando as fronteiras nacionais, de língua e de etnia (BELLMAN, 1984, p. 13). Por conta disso, essas sociedades têm sido canais de comunicação inter-étnicos e de construção de alianças (ELLIS, 1999, p. 40). As sociedades Poro e Sande, em específico, estão presentes na

Libéria, no sul de Serra Leoa, partes da Guiné Conakry e na Costa do Marfim, adotando em cada país condições sociais e políticas particulares e sendo as associações mais amplas da África Ocidental (BELLMAN, 1984, pp. xi-16). Filomina Steady (2005, p. 96) alega que as sociedades Poro e Sande são as mais antigas e conhecidas sociedades secretas, espalhadas entre vários grupos étnicos da Libéria e de Serra Leoa.

Ainda que tenham sofrido com a atuação dos impérios na região, as sociedades Poro e Sande sobreviveram e continuaram a ter importância no desenvolvimento da sociedade liberiana (OLUKOJU, 2006, p. xi). No Estado liberiano, essas sociedades atuam na formação de jovens, tendo um papel educacional, mediam os conflitos em tempos de guerra, além de controlar o suprimento de ferro e dinheiro (OLUKOJU, 2006, p. 9). Além disso, as sociedades Poro e Sande regulam a conduta sexual, supervisionam relações políticas e sociais, operando no entretenimento e no tratamento médico (LITTLE, 1965, p. 349). Wallis (1905, p. 183), alegava no início do século passado que, por conta dessas características de educação e valores compartilhados, as sociedades Poro e Sande eram o poder de governo dominante entre os nativos da região antes da colonização. Em 1974, 11 das 16 etnias oficiais da Libéria na época tinham Poro e doze tinham Sande (JOHNSON, 1974, pp. 18-19 apud ELLIS, 1999, p. 224).

Ainda há certa desarmonia sobre o que significa o segredo nas sociedades Poro e Sande. Segundo Ellis, o segredo que contêm essas sociedades existe mais no sentido de transmitir certas mensagens de forma esotérica do que manter um segredo restrito somente a alguns (ELLIS, 1999, p. 188). Já Little coloca que a base esotérica das sociedades emprega rituais, sinais, símbolos e formas de conhecimento que os não iniciados e as não iniciadas não têm acesso (LITTLE, 1965, p. 349). O segredo dessas sociedades dar-se-ia somente no aspecto de que quem não é iniciado não tem contato com essas fontes de poder (LITTLE, 1965, p. 349). Contudo, a literatura existente reconhece as sociedades Poro e Sande como uma maneira de concentrar poder nos mais velhos e nas mais velhas participantes das sociedades e de ser um método de passar mensagens para os iniciados que se sentirão membros das sociedades (FUEST, 2008, p. 207; ELLIS, 1999, p. 188).

Em 1912, uma lei liberiana proibiu diversas sociedades secretas, as sociedades Poro e Sande nesse período não foram proibidas, mas sofreram com a pressão do Estado (ELLIS, 2001, p. 231). Para os américo-liberianos cristãos, as práticas dos Poro e Sande eram satânicas e, em termos políticos, desafiavam o Estado de exercer o monopólio do uso da violência no seu território (ELLIS, 2001, p. 231). Para Poro e Sande, o monopólio da força ficava nas mãos dos altos sacerdotes, que eram antigos na prática dos rituais (ELLIS, 2001, p. 231). Contudo, apesar dessa desaprovação inicial, as sociedades secretas foram toleradas, algumas inclusive em

segredo pelo Estado, por fortalecerem chefes locais nas áreas que tinham Poro (ELLIS, 2001, p. 231). Foi assim que a sociedade Poro tornou-se basilar no sistema de governo, mesmo sendo conhecida por dar poder por meio do sacrifício humano (ELLIS, 2001, p. 231).

Nesse sentido, Poro e Sande, como instituições religiosas centrais de muitos povos do interior liberiano, representou o ponto de encontro entre o Estado e a religião indígena, na medida em que regulavam o comportamento políticos das pessoas, mesmo sob o domínio dos américo-liberianos (OLUKOJU, 2006, p. 37). Beryl Bellman (BELLMAN, 1984, p. 13) exemplifica isso ao colocar que durante o regime de William Tubman (1944-1971) as sociedades secretas foram incorporadas pelas autoridades do Ministério do Governo Local. Quando Tubman assumiu a presidência, ele juntou-se aos Poro e se declarou “Grand-Zo” para a sociedade Poro em toda a Libéria, após sua morte, o presidente seguinte, William Tolbert (1971-1980) fez o mesmo (BELLMAN, 1984, p. 14). E, ainda que o poder das sociedades tenha diminuído com o passar dos anos, por conta do governo nacional e das igrejas, as sociedades secretas se adaptaram, resistindo em cada país conforme as condições políticas e sociais (ELLIS, 1999, p. 191; BELLMAN, 1984, pp. 15-16). Contudo, a importância de serem as principais organizações políticas à nível comunitário se manteve, independente dessas condições (BELLMAN, 1984, pp. 15-16).

### **3.2.1 A sociedade Poro**

Kenneth Little (1965, p. 350), coloca que ainda que as contas sejam fragmentadas, provavelmente a sociedade Poro exista há mais de 400 anos, com um grande número de atividades sob seu poder. Muitos liberianos consideram a parte Sul da Guiné Konakry como a área onde a sociedade Poro teve sua origem (BELLMAN, 1984, p. 14). Qualquer que seja a origem específica, é evidente que tanto Poro quanto Sande são instituições sociais importantes e únicas na costa central da África Ocidental (STEADY, 2005, p. 97). Em muitas partes da Libéria, até metade do século XX, a sociedade Poro representou a mais importante instituição política, sendo os chefes locais submetidos ao controle real da organização Poro (ELLIS, 1999, p. 188). Conforme Braithwaite Wallis (1905, p. 183) a palavra Poro significa literalmente “lei”, “uma palavra”, descrevendo as sociedades que eram bastante poderosas no território liberiano. Kenneth Little (1965, p. 354), entretanto, argumenta que a palavra Poro tem significados diferentes em cada grupo étnico.

A sociedade Poro é um grupo descentralizado, composto por “espaços de encontro”<sup>24</sup> locais, cada um com sua liderança (STEADY, 2005, p. 99). Na sociedade Poro, o que se refere a moral, ética, valores de autodisciplina, cooperação, obediência e respeito aos anciãos é combinado com a educação formal em política, direito, ginástica e tradição oral, bem como arte, dança e canto (STEADY, 2005, p. 100). Na Libéria, a sociedade Poro foi incorporada ao sistema político por meio de autoridades locais, diferente de Serra Leoa, em que existe em paralelo a esse sistema (BELLMAN, 1984, p. 16). A importância da sociedade Poro dá-se porque tem desempenhado funções nos assuntos comunitários desde tempo “imemoriais”<sup>25</sup> (LITTLE, 1965, p. 350). A sociedade Poro tinha, além de tudo que já foi descrito, uma importante responsabilidade como um último órgão de decisão em questões de guerra e paz (SAWYER, 1992, p. 2).

A sociedade Poro atuava como um governo indígena (LITTLE, 1965, p. 350). Ela decidia questões como a regulação da pesca, de comércio e fixação de preços, além de ter o próprio tribunal, arbitrando em conflitos locais e podendo fazer chamados para a guerra (LITTLE, 1965, p. 350). Por suas habilidades medicinais e por seu legado espiritual a sociedade Poro acabou por deliberar sobre as questões indígenas da região, desempenhando um papel que Kenneth Little (1965, p. 356) comparou ao da igreja medieval na Europa. Assim, essa sociedade usava o conhecimento de seus membros para controlar a vida da comunidade (LITTLE, 1965, p. 356). Kenneth Little (1965, p. 362), coloca que a explicação para a escala territorial que a sociedade Poro alcançou é explicada pelo sistema de adesão que a sociedade possui, que é a iniciação. A iniciação possibilita o ensino de práticas e hábitos similares à toda a juventude, fazendo com que surja um senso de lealdade em cada membro novo, que atua em conjunto com seus companheiros mesmo em “espaços de encontro” mais distantes (LITTLE, 1965, p. 362).

Segundo Kenneth Little de 1966 (p. 62), a sociedade Poro tinha tantas atividades sob sua administração que chegava quase a ser o governo de um país, superando todas as outras formas de autoridade na região. Em Serra Leoa, por exemplo, o Estado colonizador não tinha conhecimento da extensão da autoridade da sociedade Poro, ingorando muitas vezes chefes importantes em detrimento de chefes menores ou subordinados (LITTLE, 1966, p. 63). Entretanto, a organização Poro tem um núcleo de liderança capaz de fazer tratados e alianças

<sup>24</sup> Tradução livre do original “*lodges*”.

<sup>25</sup> Kenneth Little (1965, p. 350, grifo nosso) argumenta que a sociedade Poro é importante “*não só*” por ser uma associação masculina, mas também porque desempenha funções importantes desde tempos “imemoriais”. Como dito anteriormente, há mais etnografias da sociedade Poro por conta de ser essa uma associação masculina. Mas além disso, argumentamos que a relação de comércio e conflito dessa sociedade com os impérios patriarcais desde o século XVI acabou por conceder mais autoridade ao grupo Poro, por essa ser uma associação estritamente masculina.

entre diferentes chefias e grupos étnicos, o que fez com que a sociedade se desenvolvesse como partícipe direto ou indireto na política moderna (STEADY, 2005, p. 100).

Alguns presidentes da Libéria, como Tubman, Tolbert e Doe, por conta do poder e legitimidade que daria a eles, se autoproclamavam autoridades supremas Poro<sup>26</sup> (ELLIS, 1995, p. 188). A sociedade Poro tem poder porque no grupo há rituais em que os homens entram em contato com o mundo espiritual, interpretando-o para as pessoas quando assumem sua divindade (ELLIS, 1995, p. 188). Entretanto, antes de 1980, ano do golpe militar de Samuel Doe, os elementos esotéricos advindos de sociedades secretas costumavam ficar ocultos (ELLIS, 1995, p. 189). Stephen Ellis, argumenta que por trás das instituições oficiais e legais do governo, havia um simbolismo político, e que isso só era percebido quando vinham a público relatos de políticos realizando sacrifícios humanos para ter poder<sup>27</sup> (ELLIS, 1995, p. 189). Assim, pode ser dito que a elite nacional de américo-liberianos adotou rituais da sociedade Poro (ELLIS, 1995, p. 190).

Tubman e Tolbert, ambos descendentes de américo-liberianos, ao participarem da sociedade Poro, faziam com que as elites de américo-liberianos também se juntassem a sociedade<sup>28</sup>. Essa relação foi rompida no ano de 1980, quando um golpe por grupos étnicos que não possuíam Poro<sup>29</sup> derrubou o governo de Tolbert. Após o golpe, muitos membros da elite américo-liberiana utilizaram as redes da sociedade Poro para fugir do país (BELLMAN, 1984, p. 14). Entretanto, o novo governo não estabeleceu políticas que restringissem o grupo Poro, que continuou a funcionar sob a autoridade do Ministério do Governo Local, como parte do aparelho administrativo em nível local (BELLMAN, 1984, p. 14). Na crise pela qual passava a Libéria no final do século XX, Stephen Ellis sugeriu que uma mediação da sociedade Poro com o invisível parecia ser a única solução realista, pois durante a guerra liberiana havia uma anarquia espiritual, que sustentava a desorganização social e política no país (ELLIS, 1995, p.

---

<sup>26</sup> Como a sociedade Poro atua no âmbito político e religioso, as comunidades que tem Poro possuem uma estrutura sagrada e outra secular. O chefe da estrutura secular é normalmente o prefeito da cidade, chefes ou anciãos respeitados (BELLMAN, 1984, p. 8), nesse caso, os presidentes, por meio de seu poder político na Libéria, adentraram na sociedade e se declararam chefes Poro.

<sup>27</sup> Esse tema é difícil de ser documentando, porém, muitos liberianos afirmam que alguns candidatos, durante o governo do partido True Whig, buscavam ajuda dos “heartmen” – homens do coração da sociedade Poro (ELLIS, 1995, p. 189). A exemplo, alguns políticos do partido True Whig, em 1979, foram condenados por um tribunal por cometer um assassinato num ritual Poro (ELLIS, 1995, p. 190).

<sup>28</sup> Apesar de não ser descendente de américo-liberianos, Joseph Nyuma Boakai, atual vice-presidente da Libéria (2017), também é um membro da sociedade Poro (MALAKPA, 2016, p. 22).

<sup>29</sup> A parte sudoeste da Libéria é conhecida por ter pouca atividade Poro, o Conselho de Redenção dos Povos, que deu início ao golpe, é dessa região. Os governos de américo-liberianos tiveram pouco interesse nessa região porque as melhores terras estavam na região Poro (BELLMAN, 1984, p. 14).



196). O mundo espiritual, para Ellis (1995, p. 197), acabava por ser o único com potencial de ação construtiva, em que o campo político local poderia dar respostas a crise política liberiana.

### 3.2.2 A sociedade Sande

O nome Sande foi usado a primeira vez por Olfert Dapper<sup>30</sup>, que argumentou que possivelmente a sociedade adveio da etnia Gola<sup>31</sup>, porque no período a Alta Sacerdotista vivia no território desse grupo (DAVID, 2014, p. 159; STEADY, 2005, p. 97). A sociedade Sande tem como características incorporar um repertório de normas culturais, conhecimento indígena, crenças, arte e ética que garantem a sobrevivência social, econômica e cultural das gerações da região (STEADY, 2005, p. 96). Ela é também uma instituição religiosa, com importantes mecanismos reguladores de controle social e mediação judicial (STEADY, 2005, p. 96).

Filomina Steady (2005, p. 177), serra leonesa e professora de estudos africanos, coloca que as sociedades secretas tinham tradicionalmente funções políticas, especialmente entre os grupos étnicos Mende e Sherbro. Além disso, muitas das chefes femininas com poderes políticos executivos na África Ocidental tinham também papéis de liderança na sociedade Sande. Assim, a sociedade Sande está entre os exemplos de associação de mulheres na África com caráter de socialização, educação não formal e apoio mútuo, operando como instituição religiosa reguladora, cuja adesão é confirmada por um juramento obrigatório de sigilo (STEADY, 2005, p. 95).

A sociedade Sande, apesar de ser uma base de poder para as mulheres, não tem uma função política explícita (STEADY, 2005, pp. 97-108). Essa sociedade atua limitadamente, sendo um grupo de pressão ao governo e podendo ser determinante em uma eleição em que hajam mulheres que participam da sociedade (STEADY, 2005, p. 108). Steady (2005, p. 117), coloca que a sociedade Sande encontrou diversas vezes espaço em associações seculares, como associações de ajuda mútua, onde conseguiu ter expressão política. Entre os Mende e Sherbro, essas sociedades geralmente tinham funções políticas, em que as chefas supremas alcançavam

---

<sup>30</sup> Olfert Dapper foi um médico e geógrafo holandês que em 1688 registrou a existência da sociedade “Sandy” Sande na região da Costa dos Grãos em seu livro “Descrição precisa das regiões africanas”, tradução livre do original “*Naukeurige Beschrijvinge der Afrikaensche gewesten*” (DAVID, 2014, p. 159).

<sup>31</sup> Na Libéria, o censo populacional de 2008, observa que o Estado-nação liberiano é composto por 17 grupos étnicos agrupados em três famílias de línguas africanas: os Kru no Sudeste, incluindo os grupos Bassa, Belle, Dei (Dey), Grebo, Krahn, Kru e Sapo; a família dos idiomas Atlânticos composta pelos Gola e Kissi no Oeste e a família Mande, que inclui os grupos Gbandi, Gio (Dan), Kpelle, Loma (Lonna), Mano (Man), Mende, Manding (Mandingo) e Vai. O recenseamento exclui o grupo de descendentes dos americano-liberianos (AMMAN, 2014, p. 65; LIBERIA INSTITUTE..., 2011, p. 18). Entretanto, a maioria dos autores/as discorre em seus textos sobre 16 grupos étnicos, optamos, nesta pesquisa, por manter o número de 16 etnias conforme as referências originais, considerando sempre o período em que as pesquisas foram realizadas.

poderes políticos executivos. Por isso, partidos políticos da África Ocidental normalmente procuram a filiação de membras dessas sociedades, por essas já terem pessoas mobilizadas (STEADY, 2005, p. 117). E, ainda que a maioria dos candidatos na Libéria sejam homens, quando há uma mulher candidata a algum cargo político que seja Sande, essas associações acabam por fazer campanhas, seja em eleições locais ou nacionais (STEADY, 2005, p. 117).

A pesquisadora Veronika Fuest (2008, p. 206) ao analisar as oportunidades para as mulheres liberianas frente a guerra, coloca que embora haja um domínio masculino nas instituições de controle social, as mulheres liberianas têm um espaço considerável na política do país. Fuest (2008, p. 206) argumenta que isso acontece porque historicamente as mulheres liberianas podem ter acesso a posições de poder por meio da sociedade Sande. Nesse sentido, elas atuam como os homens na sociedade Poro, controlando as iniciadas na instituição, se manifestando coletivamente e além disso, tendo poder de veto em decisões masculinas, como acontece entre os grupos Poro e Sande no sudeste da Libéria (FUEST, 2008, p. 206).

Frente a Sande, o governo apoia e revive a sociedade e, em troca, as líderes da sociedade Sande convidam membras do governo para fazerem parte do alto escalão da sociedade (FUEST, 2008, p. 220). Enquanto pelo meio formal há um discurso de direitos humanos das mulheres, o pano de fundo é de apoio a estrutura Sande a fim de consolidar apoio político (FUEST, 2008, p. 220). Fuest (2008, p. 221) argumenta que a cooperação com as líderes Sande pode conferir legitimidade a possíveis forças contestadas a nível local.

### 3.3 A INFLUÊNCIA DAS SOCIEDADES SECRETAS NAS VARIÁVEIS: MOBILIZAÇÃO SOCIAL, ESTABILIDADE POLÍTICA E LEGITIMIDADE

Ao analisar como se comportam as variáveis legitimidade, estabilidade política e mobilização social ao se relacionarem com as instituições indígenas em períodos de paz na Libéria, estaremos verificando nossa hipótese de que na Libéria, no período de paz, as sociedades secretas Poro e Sande legitimaram líderes do governo central por meio de um sistema sócio-político de governanças locais, institucionalizando a relação com a sociedade, gerando baixa mobilização social e influenciando a estabilidade política do país. No período de guerra, as sociedades Poro e Sande influenciaram na falta de legitimidade do governo frente a sociedade, sendo instrumento de mobilização social e influenciando na desestabilização política do regime, o que gerou os conflitos armados de 1989 e 1999.

Observamos que as sociedades Poro e Sande, por serem grupos que existem em pelo menos 11 das 16 etnias da Libéria e por serem mais antigas que a estrutura estatal no modelo europeu têm ampla adesão na Libéria. Assim os/as líderes do grupo Poro e Sande detêm grande capacidade de se legitimar frente aos iniciados e às iniciadas dessas associações. No período anterior as guerras liberianas, os chefes de Estado utilizaram-se dessa instituição, assim como de outras instituições religiosas, para manter a estabilidade do regime. Isso fica evidente nos governos de Tubman e Tolbert, elites de américo-liberianos que se tornaram Grand Zo's Poro para deterem poder, bem como na utilização da sociedade Sande para ter uma base de legitimação política para as membras do governo central.

No ambiente de formação de Estado no Terceiro Mundo, em que o exército ainda é incipiente e não há infraestrutura ligando a capital, onde se tomam decisões políticas, e o interior, utilizar as instituições indígenas como base de apoio tornou-se uma estratégia do governo liberiano. Considerando que no Terceiro Mundo os custos para supressão de uma oposição tendem a ser mais altos devido ao exército incipiente e a possíveis fragilidades econômicas, a força, usada somente em casos de exceção, mantêm-se resguardada para situações mais extremas. Numa relação em que a oposição tem amplo apoio da população e o governo não tem como investir nos altos custos para supressão da oposição (a tolerância tem alto custo)<sup>32</sup> o Estado pode sofrer com uma troca de regime ou sistema político. No caso liberiano isso aconteceu com Samuel Doe subindo ao poder e utilizando-se do exército a seu favor ao romper com as elites da Libéria e levantando a bandeira das etnias do país.

Nesse sentido, também os américo-liberianos quando se utilizavam da sociedade Poro, **legitimavam** suas ações no interior liberiano, refletindo as crenças compartilhadas desse grupo social: as instituições indígenas. Essa estratégia américo-liberiana influenciava que fossem aceitas decisões das elites, mesmo que algumas etnias da Libéria não tenham essas sociedade enquanto grupo primário e que, no período pré-guerra, antes de Doe, houvesse um forte financiamento dos EUA para a manutenção do regime, o que também fortalecia as ações das elites liberianas. Assim, as instituições Poro e Sande acabaram por ser um meio de legitimação local de poder dos governos centrais.

Ayodeji Olukoju (2006, p. 30) alega que o tempo que os américo-liberianos estiveram no poder na Libéria, especialmente a partir de 1930, as elites liberianas combinaram o cristianismo, a maçonaria e as crenças indígenas. Foi nesse período também que os líderes américo-liberianos começaram a incorporar a sociedade Poro no sistema de governo

---

<sup>32</sup> Ver discussão no livro "Poliarquia" de Robert A. Dahl (2005, pp. 25-37).

(OLUKOJU, 2006, p. 37). O Presidente liberiano King (1920-1930), foi o primeiro chefe de Estado a ser reconhecidamente associado ao grupo Poro (OLUKOJU, 2006, p. 30). William Tubman, foi considerado chefe de todas as sociedades Poro no país e sua esposa, Antoinette Tubman, foi iniciada na sociedade Sande (OLUKOJU, 2006, p. 30). Além disso, Tubman era maçom e cristão metodista. Outro presidente liberiano, Tolbert, presidente da Aliança Batista Mundial, era um zo do grupo Poro (OLUKOJU, 2006, p. 30). Assim, iniciavam-se os rumores de que os políticos nacionais se juntavam as sociedades tradicionais e a religião acabava por ser uma forte base para políticos sem legitimidade (OLUKOJU, 2006, p. 37; ELLIS, 2001, p. 232).

Destacamos que as estruturas Sande e Poro, enquanto estruturas tidas como flexíveis, se transformaram para assimilar os políticos da Libéria. Assim, operacionalizaram a **estabilidade política** do governo central, quando as elites utilizaram métodos Poro para que a população identificasse em seus líderes políticos indivíduos com poder. Relembramos que, mesmo quando coagidas, as instituições indígenas Poro e Sande não desapareceram, demonstrando sua capacidade de perdurar e importância no Estado da Libéria. Com os grupos Poro e Sande, as elites políticas abriram novos caminhos para a manutenção do *status quo*, ressaltando a necessidade de que haver congruência entre a sociedade e as elites para a legitimação do Estado Nacional. O resultado da necessidade de valores compartilhados entre Estado e sociedade foram as elites “civilizadas” participando de rituais com sacrifício humano, que iam de encontro aos valores cristãos. Isso para manter a legitimidade, o que gerava, também, estabilidade política. Relação que ficou mais extrema e pública durante as guerras liberianas.

Conforme maior abrangência do governo liberiano, as famílias “tribais” também objetivavam se associar com políticos nacionais para garantir as bases de poder locais (ELLIS, 2001, p. 232). Nesse sentido, nos rituais Poro e Sande houve uma flexibilização, pois antes da entrada desses políticos os rituais eram realizados somente por sacerdotes com anos de experiência, o que conferia *status* a eles (ELLIS, 2001, p. 232). Entretanto, os políticos da Monróvia, com ânsia de avançar hierarquicamente na sociedade Poro, começaram a realizar os sacrifícios de sangue, uma maneira de elevar sua hierarquia instantaneamente e de privatizar a comunicação religiosa (ELLIS, 2001, p. 232; ELLIS, 1999, p. 223). Assim, havia uma mútua assimilação entre a elite política e a sociedade Poro pois, na política moderna, também se inseriam os cultos de sacrifício de sangue (ELLIS, 2001, p. 232).

Ayodeji Olukoju (2006, p. 24) argumenta que a crença em espíritos sempre foi fundamental para a vida liberiana, para as visões de mundo e crenças religiosas. A crença de que todo o poder tem origem no mundo invisível, onde moram Deus e os espíritos, foi sempre

uma constante (ELLIS, 1999, p. 223). Nas áreas em que os Poro são mais fortes, norte e noroeste da Libéria, existe uma forte crença em uma variedade de espíritos. Em 1984, Beryl Bellman (1984, p. 17) argumentava que onde o grupo Poro era legal servia como a principal entidade política e religiosa a nível local. A estrutura principal, tanto de Poro quanto de Sande, é a Zo ou a hierarquia dos sacerdotes (BELLMAN, 1984, p. 17). Segundo Bellman, a permanência das sociedades na região com o passar do tempo, demonstra sua capacidade de se adaptar a diferentes ambientes e situações políticas (BELLMAN, 1984, p. 17). Os Poro, segundo Stephen Ellis (2001, p. 230), são conhecidos como uma forma institucional e ritual em que o poder do mundo invisível é canalizado por sacerdotes que exercem o poder usando máscaras. Com os Poro, os homens entram em contato com mundo espiritual e interpretam ele às pessoas, assumindo uma divindade ao tornarem-se espíritos (ELLIS, 2001, p. 230). Num território e numa sociedade com poucas e fracas instituições diferentes das que se desenvolviam por meio do Estado liberiano, os Poro desempenhavam um papel fundamental na constituição da ordem em geral (ELLIS, 2001, p. 230). Assim, a autoridade era geralmente um atributo da idade, mas era o mundo espiritual que, ao ser traduzido pelos sacerdotes Poro, detinha a autoridade final (ELLIS, 2001, p. 227).

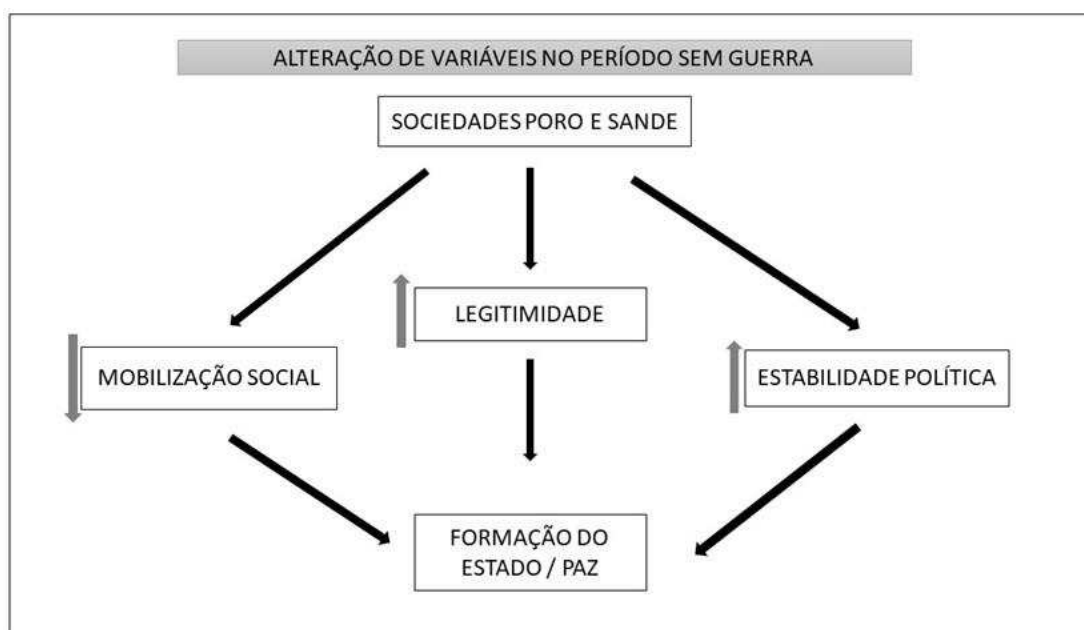
Os sistemas religiosos, islamismo, cristianismo e religiões indígenas foram empregados como ferramenta de luta política na Libéria (OLUKOJU, 2006, p. 37). Poro e Sande, enquanto instituições religiosas centrais para muitos povos indígenas no país, funcionaram como ponto de encontro entre a religião e o Estado (OLUKOJU, 2006, p. 37). Isso porque controlavam o comportamento político e social, mesmo com os américo-liberianos governando (OLUKOJU, 2006, p. 37). Onde existiam, nenhuma decisão poderia ser tomada sem o consentimento de seus líderes. Mas Poro e Sande eram mais que uma religião, porque exerciam poderes judiciais, tinham seu próprio tribunal em que julgavam as principais disputas locais e impunham penalidades (OLUKOJU, 2006, p. 37; LITTLE, 1965, p. 350; BELLMAN, 1984, p. 17).

Em 1905, Braithwaite Wallis (1905, p. 183), colocava que um dos “braços” da sociedade Poro era o civil, com propostas públicas específicas, como fazer a guerra ou paz, governar o país e formar leis novas ou especiais. Entretanto, a sociedade Poro não é um grupo militar, ainda que tenha historicamente fornecido proteção e medicamentos para guerreiros e sido um mecanismo de negociações militares e de tratados entre cidades (BELLMAN, 1984, p. 28). A sociedade Poro, por ter a característica da confidencialidade, funciona estabelecendo alianças e planos militares (BELLMAN, 1984, p. 28). Em 1984, quando Beryl Bellman (p. 28) fazia sua etnografia sobre a instituição indígena Poro, ela ainda era o principal mecanismo para negociações intracomunitárias na região.

Kenneth Little (1966, p. 63) alega que, antigamente, os Poro eram supremos no governo da região de onde estavam. E era no conselho Poro que as decisões que diziam respeito aos seus assuntos internos e suas relações com chefes de outros territórios eram tomadas (LITTLE, 1966, p. 63). O chefe dos Poro era membro desse conselho, mas sua autoridade poderia substituir as decisões dele, menos para declarar a guerra, assim, mesmo que o chefe fosse o “centro nominal da vida civil”, era no círculo interno dos Poro que o poder real se matinha (LITTLE, 1966, p. 63). Os Poro tinham seu próprio tribunal, que prevalecia sobre outras autoridades na resolução de controvérsias, arbitrando em guerras locais e não permitindo que lutas acontecessem enquanto houvesse uma sessão do conselho (LITTLE, 1965, p. 350). Assim, os Poro eram descritos como uma forma de manter a lei e a ordem (LITTLE, 1965, p. 352).

Contudo, apesar da histórica importância da sociedade Poro, de modo geral, as elites de américo-liberianos, ao participarem da sociedade, institucionalizaram a sociedade no aparato do Estado, fazendo com que sua **mobilização social**, nos termos de Tilly e Tarrow (2015), diminuísse. Isso é demonstrando com a desarticulação da sociedade presente em Poro e Sande frente a um Estado neo-patrimonial que perpetuou a desigualdade social durante sua história, nos mais de cem anos dos governos de américo-liberianos. Essa relação se tensionou no pós-golpe, em 1980. A mobilização social no período de paz na Libéria diminuiu influenciada pela legitimidade dos governos de américo-liberianos e sua relação com as elites indígenas.

**Figura 2 - Dispositivo Heurístico de Explicitação da Relação entre as Variáveis de Estudo**



Fonte: formulação da autora.

Essas relações e dinâmicas são exemplificadas em nosso modelo de explicitação de variáveis na figura 2. Portanto, Poro e Sande na Libéria ultrapassaram o pertencimento e a cultura local ao se articularem com o governo de américo-liberianos e vice-versa, complexificando a política por meio não só do pertencimento étnico e religioso, mas também do grupo primário de sociedades secretas. Compreender seus valores, ideias e princípios nos interessou na medida que instrumentalizou nossa análise quanto a de que maneira o Estado foi afetado por essas instituições.

### 3.4 CONCLUSÃO DO CAPÍTULO

Neste capítulo, buscamos, a partir da história do Estado liberiano, verificar como as sociedades secretas Poro e Sande influenciaram na legitimidade, mobilização social e estabilidade política liberianas. Para isso foi necessário compreender a história de formação da Libéria e como se constituíram as sociedades Poro e Sande na região. Verificamos então a nossa hipótese em períodos de paz, concluindo que as instituições indígenas Poro e Sande, apesar de se transformarem com o colonialismo, tiveram agência frente ao Estado liberiano, influenciando em mais legitimidade e estabilidade política para o Estado Nacional e na desmobilização da sociedade. No próximo capítulo, verificaremos a nossa hipótese no período dos conflitos armados, para tanto, nos aprofundaremos nas guerras liberianas e na relação das sociedades Poro e Sande com a guerra.

## **4 AS SOCIEDADES SECRETAS E A FORMAÇÃO DO ESTADO NO PERÍODO DE GUERRA**

Para compreendermos o impacto das sociedades secretas Poro e Sande nas guerras liberianas verificaremos sua influência na legitimidade, estabilidade política e mobilização social, resultado da interação entre elites liberianas, instituições indígenas e da sociedade do país. Para tanto, iniciaremos esse capítulo descrevendo as guerras liberianas de 1989 e 1999. Na segunda seção, buscaremos compreender a importância das sociedades Poro e Sande na guerra. Consideraremos, nessa seção, o ambiente transformador da construção de Estado. Por fim, para verificar nossa hipótese, observaremos como as sociedades secretas alteram as três variáveis dependentes no âmbito da guerra: a legitimidade, a estabilidade política e a mobilização social.

### **4.1 AS GUERRAS DA LIBÉRIA DE 1989 E 1999**

Nesta seção buscaremos compreender as origens e características das guerras da Libéria de 1989 e 1999, que são um de nossos objetos de análise nesta pesquisa, a partir de nossas três variáveis dependentes, legitimidade, estabilidade política e mobilização social. Para isso, aplicaremos nossa leitura sobre a guerra na África neste conflito em específico.

Primeiro, observamos que há algumas causas mais amplas para as Guerras da Libéria e sua longa duração. É importante destacar que, após a Guerra Fria, houve uma retirada de poderes externos dos países africanos, tornando a segurança e possíveis respostas multilaterais, num período de poucos recursos, responsabilidade dos países da África (BURGESS, 1998, p. 38). Yekutiel Gershoni (1997, p. 57), ao estudar as Guerras da Libéria, coloca que houve uma indisposição e uma falta de habilidade dos EUA, da ONU e da OAU para “forçar a paz” no país. Destacamos que leitura de Gershoni reforça a ordem neoliberal estadunidense, em que a intervenção e a ajuda humanitária aparecem como fundamentais e uma das únicas relações possíveis de cooperação entre o Norte e a periferia. Isso é reiterado pela autora Dambisa Moyo (2009), que defende que a ajuda humanitária na África não trouxe estabilidade para o continente, pois essa ajuda acabou por fazer com que lideranças políticas almejassem mais poder para ter acesso aos recursos da ajuda humanitária, tornando conflitos mais prováveis. Assim, no continente africano, como poucos Estados possuem a capacidade de intervir em



conflitos, a estabilidade e autonomia de cada região dependeu de ter ou não uma liderança com capacidade de manter a segurança (BURGESS, 1998, p. 38).

Em concordância com Gershoni (1997), Stephen Burgess (1998, p. 41) argumenta que uma das causas do prolongamento do primeiro conflito liberiano foi o fracasso dos EUA em responder às demandas liberianas durante a desintegração da ditadura de Samuel Doe. Burgess (1998) constrói seu argumento com base na relação histórica de Libéria e Estados Unidos, em que as interações desiguais da colonização se traduziram em ingerências por parte do governo dos EUA durante a história da Libéria. Contudo, esse argumento acaba por reiterar práticas coloniais, negando a agência dos países africanos e reafirmando uma perspectiva intervencionista em que o poder se mascara de Direitos Humanos e a ajuda externa acaba fortalecendo as relações desiguais nas relações internacionais (LYNN DOTY, 1996, pp. 26-55). Os interesses coloniais são explícitos no exemplo dos EUA apoiando regimes repressivos na Libéria, iniciando com o presidente William Tubman (1944-1971) até o governo ditatorial de Samuel Doe<sup>33</sup>, em troca do apoio para a política externa americana durante a Guerra Fria. Ainda que após a queda da União Soviética o governo de Samuel Doe tenha perdido o suporte dos Estados Unidos e sofrido um golpe de Estado por grupos insurgentes. Nesse momento não houve respostas para o conflito por parte do parceiro histórico do outro lado do Atlântico. Entretanto, a Nigéria acabou por se constituir enquanto um polo de poder na África Ocidental, região que se tornava mais concentrada e hierárquica, substituindo a França na liderança da região e mais tarde dando respostas para o conflito da Libéria por meio da Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (BURGESS, 1998, pp. 42-56).

Em segundo lugar, destacamos que comumente as guerras liberianas do final do século XX são conhecidas na literatura recente sobre o país como “guerras civis” (HEGRE; ØSTBY; RALEIGH, 2009; PUGEL, 2007; HARRIS, 2012). Entretanto, optamos por não chamar os conflitos liberianos de civis com base na segunda característica da tríade securitária de Castellano (2017) sobre a guerra na África: a guerra *proxy* e os conflitos interestatais. As guerras liberianas, como veremos adiante, tiveram diversos atores interestatais, assim, mesmo que exista a dificuldade da separação do que é o conflito civil e interestatal na África, nosso objeto será tratado aqui sem o termo “civil”. Contudo, reconhecemos nesta pesquisa a ampla literatura sobre as guerras na Libéria e, ainda que sob o termo guerra civil, utilizamo-la neste trabalho. Assim, tratamos aqui como “guerras da Libéria” os conflitos que aconteceram entre

---

<sup>33</sup> A assistência do governo dos Estados Unidos para a manutenção do regime de Doe é estimada em mais de 500 milhões de dólares, a maior ajuda financeira para a Libéria até então (TOURE, 2002, p. 8; ALAO et al, 1999, p. 25).

1989 e 2003 no país. Importante destacar que esses conflitos passaram por um período de cessar fogo de 1997 até 1999. Assim, muitos autores (PUGEL, 2007; HEGRE; ØSTBY; RALEIGH, 2009) dividem o conflito em Primeira (1989-1997) e Segunda (1999-2003) Guerra da Libéria, como veremos a seguir.

Nas guerras da Libéria houve impacto da história da formação do Estado liberiano a partir da colonização. Como já observado, o país foi colonizado por escravos norte-americanos libertos que se tornaram, mais tarde, a classe dominante. Os américo-liberianos dirigiram o país por 133 anos e em contraste a eles 16 grupos étnicos da Libéria, em 1999, correspondiam a 95% da população (ALAO et al, 1999, pp. 14-16). Esses grupos étnicos não tiveram durante todo esse período habilidade para uma mobilização que se opusesse ao sistema dirigido pelo partido *True Whig*, partido político dos américo-liberianos que regulava o Estado (ALAO et al, 1999, p. 16). Um motivo dessa desmobilização foi a grande falta de infraestrutura entre o interior e a capital do país, Monróvia. Somente no governo de William Tubman (1944-1971) houve uma maior ligação entre o interior a capital liberiana, por meio de investimento em infraestrutura, o que aumentou a consciência indígena sobre a possibilidade de mudança política (ALAO et al, 1999, p. 17).

Entretanto, as políticas de Tubman foram bastante seletivas no que se refere aos benefícios econômicos. Quando em 1971 seu sucessor, William Tolbert (1971-1980), assumiu o poder não conseguiu levar adiante as promessas de Tubman, pela promoção da unidade da Libéria (ALAO et al, 1999, p. 17). Num país em que 4% da população controlava 60% das receitas do país, a consciência entre os grupos étnicos do estado deplorável em que se encontrava a economia e da falta de igualdade diante das elites dos américo-liberianos já se escancarava frente à população (ALAO et al, 1999, p. 17). Junto à desigualdade social, houve a crise do petróleo dos anos 1970 que coincidiu com a queda nas vendas da borracha – principal produto liberiano (ALAO et al, 1999, p. 18). Por conta da crise, a ajuda internacional para a Libéria caiu de 80 milhões de dólares em 1975 para 44 milhões de dólares em 1976, o que fez o débito externo aumentar e a inflação alcançar 11,4% no mesmo ano (ALAO et al, 1999, p. 18). Esse cenário de crise política e econômica foi o pano de fundo do golpe militar da classe indígena dirigido por Samuel Doe, num período em que as etnias ainda agiam em conjunto frente à classe dirigente de américo-liberianos (ALAO et al, 1999, p. 18). Somente após o golpe, com a ascensão da etnia de Doe, que as disputas entre etnias escalaram e, depois, foram instrumentalizadas pelas lideranças políticas da Libéria.

Assim, o contexto da primeira fase da guerra delineava-se nos anos 1980. Até então os governos liberianos eram dominados por elites descendentes de ex-escravos americanos, mas

em 1980, ao dar o golpe militar, Samuel Doe retira do poder e mata publicamente o então presidente William Tolbert e mais treze membros de seu governo, num evento que ficou popularmente conhecido como “*Liberian Beach Party*” (HARRIS, 2012, p. 64). Era a primeira vez que nativos africanos governavam o país, com a representação do grupo étnico de Doe, os Krahn (HEGRE, ØSTBY; RALEIGH, 2009, p. 607). O regime de Samuel Doe revelou-se como oportunista em eventos subsequentes, em que a impopularidade de Tolbert foi usada para criar motivos para servir aos interesses de Doe e os membros da etnia Krahn (ALAO et al, 1999, p. 18). David Harris (2012, pp. 52-53) argumenta que houve certo exagero na descrição sobre o poder dos américo-liberianos, pois havia um grau de congruência entre os valores e práticas dos dois grupos e que, apesar das diferentes raízes, a ordem e a estabilidade são também a base de todas as sociedades liberianas pré-coloniais. Isso é exemplificado, segundo Harris (2012, p. 53), pela conformidade com fortes lideranças indígenas, em que o poder era estratificado. Como exemplo, o autor (HARRIS, 2012, p. 53) apresenta a sociedade Poro e os templos maçônicos na Libéria.

Os quase dez anos de poder de Samuel Doe foram marcados por corrupção, repressão, fechamento de partidos políticos e até mesmo a suspensão da Constituição (HARRIS, 2012, p. 65). Conforme Augustine Toure (2002, p. 7), ficou evidente que o governo de Doe não conseguiu dar respostas a questões importantes, como a exclusão socioeconômica da maior parte da população pelos américo-liberianos. Assim, logo após os primeiros momentos do golpe, o regime de Doe tornou-se um “reinado de terror”, que não extinguiu a opressão política e a exploração existente na economia capitalista periférica (TOURE, 2002, p. 7). Samuel Doe eliminou até mesmo seus apoiadores, com uma economia em colapso e uma administração em que todas as formas de oposição foram suprimidas, o ditador utilizou-se de sua filiação étnica com os Krahn para sustentar o regime, visto que não tinha legitimidade ou qualquer base moral com o resto da população (ALAO et al, 1999, p. 18). Quando a guerra emergiu a reação contra a hegemonia Krahn foi significativa (ALAO et al, 1999, p. 19). Ademais, o regime de Doe foi lembrado por suas atrocidades com os liberianos, incluindo saques, estupros, prisões e execuções pelas Forças Armadas da Libéria, um dos atores da guerra (ALAO et al, 1999, p. 20). Segundo Alao et al (1999, p. 20), a questão não era se haveria uma resposta ao regime de Samuel Doe, mas quando essa resposta surgiria. Talvez isso pudesse ter acontecido antes, visto que Doe ficou no poder durante dez anos, entretanto o suporte financeiro e político dos Estados Unidos à Doe foi muito forte no período (ALAO et al, 1999, p. 20). Contudo, foi a Nigéria, em 1990, o principal país apoiador da intervenção na Libéria, pela Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (*Economic Community of West African States - ECOWAS*) que

tinha um pano de paz que demonstrou a confusa percepção de manutenção da paz no pós-Guerra Fria (ALAO, 1999, xiii).

Um dos acontecimentos mais impactantes durante o regime de Samuel Doe, estopim para outra fase de violência por parte do governo, foram as represálias a tentativa de golpe do general Thomas Quiwonkpa, que teve como resultados mais de 500 civis liberianos das etnias Mano e Gio, de Nimba, assassinados ao comemorar a errônea crença de que o golpe havia sido bem sucedido (TOURE, 2002, p. 8; ALAO et al, 1999, p. 19). A partir disso, a sociedade liberiana começaria a clamar por direitos civis, em um regime de opressão em larga escala que não garantia nem mesmo direitos sociais.

Efetivamente, o início da guerra foi dezembro de 1989, quando Charles Taylor invadiu a Libéria a partir da Costa do Marfim, pelo condado de Nimba, conduzindo o grupo insurgente Frente Patriótica Nacional da Libéria (*National Patriotic Front of Liberia* - NPFL) (OUTRAM, 1997, p. 190; HEGRE, ØSTBY; RALEIGH, 2009, p. 607; HARRIS, 2012, p. 66). Antes apoiador de Doe, Charles Taylor formou em 1989 a NPFL, que contou com amplo suporte das etnias Gio e Mano e de uma população aterrorizada pela violência das Forças Armadas da Libéria no governo de Doe (ALAO et al, 1999, p. 20; HARRIS, 2009, p. 607). Com essa invasão, iniciaram-se no país os sete anos de violência brutal da primeira Guerra Liberiana (Ibid., 2009, p. 607). Em abril de 1990, a NPFL já controlava 90% do território liberiano e o Grupo de Observação Militar da CEDEAO (*ECOWAS Military Observer Group* - ECOMOG) tentava interromper as tentativas do grupo de ocupar a capital, Monróvia (Ibid., 2009, 608). Novas facções e até mesmo a chegada da ECOMOG no país não perturbaram a hegemonia da NPFL, que dominava cerca de 95% do país (HARRIS, 2012, p. 131). Em 1991, surgiu o grupo anti-NPFL, Movimento da Libertação Unida da Libéria pela Democracia (*United Liberation Movement of Liberia for Democracy* - ULIMO) (Ibid., 2009, p. 608). Mais tarde ambos grupos, NPFL e ULIMO, se dividiram e a Libéria entrou em caos. A Frente Patriótica Nacional Independente da Libéria (*Independent National Patriotic Front of Liberia* - INPFL) formou-se em razão das diferenças entre Charles Taylor e Prince Johnson (ALAO et al, 1999, p. 22).

Ainda em 1990, a INPFL atacou o presidente Samuel Doe, torturando-o e matando-o. Assumiu o poder o governo interino de Amos Sawyer, apoiado pela ECOMOG, também com ajuda de forças paramilitares, porém com pouca autoridade (ALAO et al, 1999, p. 32). Somente em 1992, a Organização das Nações Unidas (ONU) entrou no conflito como observadora com a Missão de Observação das Nações Unidas na Libéria (*United Nations Observer Mission in Liberia* - UNMIL) (BEKOE, 2008, p. 110). Apesar disso, muitas tentativas falhas de paz marcaram o período (BEKOE, 2008, p. 96).

Em 1993, o processo de paz avançou significativamente, e um acordo sobre o fim da guerra foi assinado em Cotonou, no Benim, pelas principais partes envolvidas no conflito e endossado pelos facilitadores internacionais ECOMOG e ONU (BEKOE, 2008, p. 110). O acordo previa o estabelecimento de uma partilha do poder do governo de transição, o desarmamento de todas as facções beligerantes e a realização de eleições nacionais dentro de seis meses após a instalação do governo (BEKOE, 2008, pp. 110-112). O acordo falhou e ainda que autoras como Dorina Bekoe (2008, p. 112) coloquem que esse acordo proporcionou um avanço significativo por quase um ano antes de paralisar, ressaltamos que os acordos de paz não são suficientes para garantir a paz, visto que não conseguem incluir todas as partes interessadas e nem respondem a todas as ambições das lideranças políticas em disputa (CASTELLANO DA SILVA et al, 2013, p. 69).

Após sete anos de guerra e com mais de dezesseis acordos de paz e cessar fogo, a guerra chegou ao fim em 1996 (BEKOE, 2008, p. 95). Nesse momento, oito grupos diferentes assinaram o Acordo de Abuja-II, que culminou na eleição de Charles Taylor como presidente em 1997 (BEKOE, 2008, p. 95). Entretanto, o governo de Taylor foi marcado pela crescente contestação interna e pela força dos movimentos rebeldes. De 1997 a 1999, o derramamento de sangue diminuiu, porém em 1999 iniciou-se a segunda fase da guerra, a partir das incursões realizadas pelo nordeste do país pelos Liberianos Unidos pela Reconciliação e Democracia (*Liberians United for Reconciliation and Democracy - LURD*), grupo apoiado pelo presidente da Guiné Conakry, Lansana Conté (HARRIS, 2012, p. 132)

Na segunda fase da guerra, a mudança de alianças entre os grupos rebeldes levou a criação de dois grupos principais que se opuseram ao governo de Charles Taylor (HEGRE, ØSTBY; RALEIGH., 2009, p. 608). No condado de Lofa, emergiram entre os Mandingo os LURD, e pelos Krahn emergiu o Movimento pela Democracia na Libéria (*Movement for Democracy in Liberia - MODEL*) (Ibid., 2009, p. 608). A estratégia do grupo LURD e seu avanço na capital mostrou-se eficiente bastante eficiente para levar Charles Taylor a renunciar (Ibid., 2009, p. 608). Além disso, o grupo MODEL já dominava muitas partes da floresta que produzia lucro e chegavam no país combatentes de tropas nigerianas como parte da ECOWAS (HARRIS, 2012, p. 133). Assim, um acordo de paz foi assinado em Accra, Gana, em agosto de 2003.

Assim, os conflitos armados da Libéria de 1989 e 1999 demonstraram que um Estado instável e sem autoridade sobre a população pode trazer inúmeras consequências para a sociedade a qual responde. Os conflitos armados liberianos foram resultado da histórica formação do país, com uma elite colonizadora que esteve no poder por mais de cem anos e da

incapacidade de qualquer grupo reivindicar a legitimidade do Estado após o golpe de 1980. Os conflitos do país foram conhecidos pela generalizada violação aos direitos humanos, incluindo assassinatos, tortura, estupros e massacres à população civil (OUTRAM, 1997, p. 192). Chamou atenção também as crianças soldado e rituais de canibalismo que eram escondidos antes do conflito. É importante destacar que apesar de em um primeiro momento Samuel Doe defender sua etnia, posteriormente os grupos liberianos tornaram-se facções clientes de poderes externos – caracterizando a guerra *proxy* da tríade securitária (OUTRAM, 1997, p. 192; CASTELLANO, 2017, pp. 11-12). As facções das guerras liberianas eram grupos armados defendendo interesses privados e que não eram respeitadas pela população e nem tinham legitimidade perante ela (OUTRAM, 1997, p. 192). Assim, as guerras da Libéria foram políticas, conflitos envolvendo dinheiro e poder, sendo as etnias utilizadas para legitimar e mobilizar a sociedade por um ou outro líder.

#### 4.2 AS SOCIEDADES PORO E SANDE NA GUERRA

As sociedades secretas Poro e Sande, além de serem responsáveis por julgar as disputas locais, eram tradicionalmente conhecidas por tomar decisões sobre a guerra (BELLMAN, 1984, p. 17). Os Poro arbitravam em guerras locais e não era permitido que houvesse nenhuma batalha enquanto eles estavam em sessão (LITTLE, 1965, p. 350). Além disso, seus símbolos eram usados em todo o país, o que significava que poderiam ser usados para chamar uma guerra, segundo Kenneth Little (1965, p. 360). Antes de o governo controlar o interior liberiano, quando duas cidades entrariam em guerra, havia uma discussão entre os líderes Poro de cada comunidade. Esses líderes entravam em uma batalha simulada por meio dos *ngamu*, ou demônios (BELLMAN, 1984, p. 26). Hoje, as disputas ainda são discutidas assim, mas a guerra é legamente proibida pelo governo (BELLMAN, 1984, p. 26).

Antes da colonização, a guerra servia como meio de regulação econômica na região dos grupos Poro e Sande na África Ocidental (ELLIS, 2001, p. 230). Geralmente por motivos de saque ou vingança, era comum jovens se envolverem em disputas entre comunidades rivais (ELLIS, 2001, p. 230). Na região da Libéria eram comuns incursões sazonais. Antes dos jovens saírem para o conflito a prática religiosa desempenhava um papel fundamental, pois eles ficavam mais preocupados em adquirir poderes espirituais para se proteger e prejudicar seus inimigos (ELLIS, 2001, p. 230). Esse poder era adquirido por meio daqueles que tinham autoridade para isso, os sacerdotes ou anciãos, que normalmente faziam os rituais contendo partes de corpo humano (ELLIS, 2001, p. 230). Entretanto, esses conflitos não eram tão terríveis

porque envolviam um pequeno número de pessoas e porque os anciãos não permitiam que saísse do controle (ELLIS, 2001, p. 230). Além disso, os membros Poro passam em seu ritual de iniciação para a vida adulta uma mensagem poderosa para os meninos: que eles se tornarão homens, e junto com essa ideia de masculinidade, é senso comum que venha a característica mais iminente, a violência (ELLIS, 1999, p. 188).

Contudo, foi somente quando Samuel Doe veio ao poder que a violência se tornou comum no Estado Nacional e se transformou na guerra em que políticos rivais utilizavam-se de meios militares, políticos e espirituais para controlar o Estado (ELLIS, 2001, p. 233). Durante esse período houve, inclusive, comerciantes independentes que obtinham órgãos e vendiam para aqueles que acreditavam que poderiam conseguir riqueza e poder pelo seu consumo (ELLIS, 1999, p. 266). Além disso, houve um reavivamento de velhas práticas espirituais ao cotidiano e as práticas que haviam evoluído em segredo na política liberiana vieram à público (ELLIS, 2001, p. 234). Dessa forma, muitos jornalistas escreviam que aconteceu feitiçaria em grande escala na guerra civil (ELLIS, 2001, p. 234).

Durante o início da guerra liberiana, em 1989, com a ofensiva da NPFL por Nimba pode ser observado alguns totens de leopardo, representados por máscaras pelas quais os espíritos ancestrais retornam, o que implica no entendimento espiritual de que os espíritos podem possuir os seres humanos (OLUKOJU, 2006, pp. 25-26). É pertinente observar que as sociedades Poro e Sande continuaram a desempenhar um papel em moldar normas sociais, com possibilidade de prover estabilidade numa sociedade fragmentada (ELLIS, 1999, p. 244). Sobre essa colocação, o levante da NPFL em 1989-1990 é um exemplo das sociedades Poro e Sande estando na região em que surgiria o movimento. Além disso, foi comum na guerra liberiana a prática de comer o coração e outras partes do corpo dos combatentes mortos, pois isso garantia a apropriação da potência espiritual dessa pessoa para o combatente que havia comido (OLUKOJU, 2006, 26). Segundo algumas crenças, a essência da pessoa está contida no coração e no sangue, deste modo comer o coração de um guerreiro forte fortaleceria o outro guerreiro (ELLIS, 2001, p. 222).

Na assimilação entre grupos de elite e não elites, houve uma atribuição às atividades de forças secretas a eventos que aconteceram durante a guerra (OLUKOJU, 2006, p. 23). O que explica a crença sobre o presidente Samuel Doe ser dotado de poderes sobrenaturais, ideia que ele mesmo se vangloriava (OLUKOJU, 2006, p. 23). À morte de Doe também foi conferida motivos espirituais, uma morte sangrenta e violenta por Prince Johnson da INPFL, filmada para que toda a população se certificasse de que Doe, ainda que poderoso, havia morrido (OLUKOJU, 2006, p. 23).

Durante a guerra, as atividades espirituais que antes só podiam ser geridas pelos sacerdotes com anos de experiência puderem ser realizadas por combatentes (ELLIS, 1999, p. 259). As táticas usadas pelos soldados durante os anos 1990 tinham repetidamente uma base no tradicionais, com guerreiros buscando obter os mais fortes remédios para a guerra, que muitas vezes continham parte de corpo humano (ELLIS, 1999, p. 260). E se, antes do século XX, as guerras da região ficavam sujeitas à autoridade das instituições religiosas, há um contraste com os eventos que se seguiram em 1990, que sugere a falta de controle ritual sobre a violência (ELLIS, 1999, pp. 260-261). Isso é exemplificado com alguns soldados declarando que a guerra estava sendo feita por homens, e não crianças, ainda que as guerras da Libéria tenham sido conhecidas internacionalmente pelo alto número de crianças soldado (ELLIS, 1999, p. 263). Isso significava que o poder espiritual estava sendo usado e que os meninos estavam sendo iniciados para a vida adulta, a questão por trás disso é o esotérico da sociedade Poro fazer parte do processo (ELLIS, 1999, pp. 263-264).

A guerra liberiana teve um profundo impacto nas crenças das populações que seguiam as sociedades Poro e Sande (OLUKOJU, 2006, p. 22). Principalmente por conta de atos que representaram uma profanação às instituições indígenas, como a destruição de santuários e exposição de máscaras sagradas, principalmente pela milícia Mandingo, conhecida por não ter Poro (OLUKOJU, 2006, p. 22). Após a guerra, atrocidades como essa ainda impactavam a psique dos liberianos, abrindo caminho para os ministros pentecostais, que foram ativos na pregação pela melhora do dano emocional, psicológico e material que as guerras causaram (OLUKOJU, 2006, p. 22). Tamanho foi o ressentimento dos grupos que viviam na área violentada pelos Mandingo, que em 1993-1994 alguns chefes Poro refugiados em Guiné patrocinaram sua própria milícia, a Força de Defesa de Lofa (*Lofa Defense Force* - LDF) (ELLIS, 1999, p. 230).

Destacamos também que ainda que haja inúmeras evidências de que o poder na guerra poderia ser obtido por fontes espirituais, vindo de instituições indígenas, isso não significou que a guerra tenha sido um comportamento de cultivar a religião (ELLIS, 1999, p. 264). Stephen Ellis (ELLIS, 1999, p. 264) evidencia em seu livro “*The Mask of Anarchy*” o que já colocávamos em nosso primeiro capítulo: que a guerra da Libéria, assim como outras guerras, teve como pano de fundo principal a política. Mesmo havendo o uso do termo feitiçaria na guerra liberiana o conflito não era sobre isso. Ela não era a causa, nem foi o que gerou o resultado da guerra. A guerra, como um ato político, ainda era sobre poder, dinheiro, saque e vingança (ELLIS, 2001, p. 224; ELLIS, 1999, p. 264).



Portanto, ainda que as autoridades das instituições Poro e Sande perderam o controle sobre a vida política e social da comunidade por conta da igreja e do Estado, ao mesmo tempo, o poder e privilégio dessas instituições foram remanejados e privatizados pelas elites da Libéria (ELLIS, 1999, p. 261). Isso ficou evidente durante as guerras da Libéria, visto o colapso que atingiu a política criada pelo governo *True Whig* dos américo-liberianos também por conta da política étnica introduzida por Samuel Doe (ELLIS, 1999, p. 197).

A solução para os problemas liberianos, só poderia vir de dentro do país. Stephen Ellis (1999, p. 197) argumenta que a resposta, nessas circunstâncias, residia no campo espiritual, tanto quanto no político e, no nível local, tanto quanto no nacional. O papel de liderança das igrejas cristãs nesse período, por terem orientação universal, podia incorporar todos os liberianos e ser uma solução (ELLIS, 1999, p. 197). Porque, segundo Ellis (1999, p. 196), a mediação com o invisível parecia ser a única solução realista para a Libéria em que a anarquia espiritual do país sustentava suas outras formas de anarquia, tanto políticas, quanto sociais.

Ayodeji Olukoju (2006, p. 37), reitera o que autores como Ellis e Bellman já colocavam, que na Libéria as instituições indígenas e seus líderes foram cooptados pela estrutura política e administrativa do Estado, para atender fins políticos (OLUKOJU, 2006, p. 37). E isso culminou na derrubada da elite de américo-liberianos com o partido *True Whig* (ELLIS, 1999, p. 265). O que ocorreu não por conta da “feitiçaria”, mas sim porque as guerras liberianas envolveram um forte sentimento de frustração política e econômica, envolvida em uma conjuntura externa propícia para distúrbios internos.

#### 4.3 A INFLUÊNCIA DAS SOCIEDADES SECRETAS NAS VARIÁVEIS: MOBILIZAÇÃO SOCIAL, ESTABILIDADE POLÍTICA E LEGITIMIDADE

Ao observar como se comportam as variáveis de estabilidade política, legitimidade e mobilização social ao se relacionarem com as instituições indígenas em períodos de guerra na Libéria, buscamos verificar nossa hipótese. Recordamos que nossa hipótese é de que as sociedades secretas Poro e Sande influenciaram na legitimidade, estabilidade política e mobilização social de modo diferente no período de paz e no período de guerra.

Para tanto, precisamos verificar o impacto instituições indígenas também durante a guerra. A **instabilidade** do regime liberiano durante os anos 1980, que proporcionou uma ruptura no sistema vigente até então, demonstra a fragilidade das instituições estatais e da capacidade frágil de se legitimar perante a população. As instituições indígenas, nesse sentido,

como as sociedades Poro e Sande, foram chave durante longo período de liderança dos américo-liberianos da Libéria para a manutenção do regime, com líderes participando da sociedade para a garantia da ordem.

Isso é demonstrado por Ellis (1995, p. 189), quando o autor coloca que o ponto mais evidente sobre as sociedades Poro no governo é que por trás das instituições oficiais, escritas, legais do governo da Libéria, durante o partido *True Whig*, existiam outros sistemas de simbolismos políticos. Como os relatos de políticos realizando sacrifícios humanos por poder. Essa relação foi rompida durante os anos de guerra, Ellis (1995, p. 192) alega que durante as guerras esses sistemas de mediação espiritual se fragmentaram, fazendo com que o poder escapasse do controle institucional do Estado. Chama a atenção que tanto Samuel Doe, quanto Charles Taylor têm relatos de participação em rituais Poro.

Correlacionado a isso, as sociedades Poro e Sande, após a ruptura do sistema político de américo-liberiano, se desordenaram ficando fora do aparato estatal. Não mais **legitimavam** as elites de américo-liberianos, nem somente uma facção no conflito, mas sim alguns grupos que surgiam e se insurgiam na Libéria. Ainda que possamos encontrar relatos de Samuel Doe na sociedade Poro, o presidente que liderou o golpe contra as elites de américo-liberianos promoveu a ruptura da estrutura de governo estabelecida e com as alianças formadas entre membros/as do governo Poro e Sande (ELLIS, 1995, p. 188). Charles Taylor, maior oposição de Samuel Doe, também teve testemunhas de ter participado de rituais Poro para adquirir poder (ELLIS, 1995, p. 192).

Além de uma instabilidade gerada pela fragmentação do “poder espiritual”, a capacidade de adesão das sociedades Poro e Sande serviu para organizar grupos armados em uma região fortemente atacada por Doe, com o grupo *LDF* (ELLIS, 1999, p. 230). O que antes do conflito armado seria improvável por conta das elites da Libéria estarem ligadas às elites das sociedades Poro e Sande, o que institucionalizava a relação por meio do aparato estatal. Contudo, no período de guerra, as sociedades secretas Poro e Sande impactaram a variável de **mobilização social** organizando a sociedade pela paz e para a guerra.

Outro exemplo dessa mobilização social, é em relação ao processo de paz, em que destacamos a importância da organização das mulheres para a resolução do conflito<sup>34</sup>. As mulheres liberianas conseguiram se mobilizar comunitariamente pelo fim da guerra no período

---

<sup>34</sup> Uma discussão específica sobre as mulheres no processo de paz liberiano foi feita em 2016, pelas acadêmicas Júlia Hoppe, Ana Luiza Vedovato e Alessandra Jungs de Almeida, na disciplina de Relações Internacionais da África, na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), ministrada pelo professor Dr. Igor Castellano da Silva. O artigo desenvolvido na disciplina está em análise para publicação.

pós-conflito, processo facilitado pelo Mulheres no Programa de Consolidação da Paz (*Women in Peacebuilding Program - WIPNET*), que foi criado na Libéria em 2002. Os protestos, campanhas e reivindicações coletivas das mulheres tiveram um sentido de irmandade e solidariedade. Segundo Theodora Gizelis (2011, p. 527), o *WIPNET* mobilizou as mulheres para defender uma resolução pacífica, intermediando um acordo entre os grupos rebeldes e o presidente do período Charles Taylor. Conforme Ecoma Alaga (2011, p. 2), “uma série de combatentes se sentiam mais seguros em se desarmar a pedido das mulheres do que para a *UNMIL*”<sup>35</sup>. Theodora Gizelis (2011, p. 525) ainda sugere que as teorias sobre mobilização demonstram que as redes de elites têm potencial para travar o conflito ou construir a paz, mas critica a escassez de pesquisas quando se refere às mulheres. Nesse sentido, a autora (GIZELIS, 2011, p. 525) argumenta que além da sociedade Poro, existia na Libéria a sociedade Sande, que conseguiu ocupar espaços ainda inexplorados pela elite Poro e ajudou a reconstruir a comunidade e superar o conflito.

**Figura 3 – Dispositivo Heurístico de Explicitação da Relação entre as Variáveis de Estudo**



Fonte: formulação da autora.

<sup>35</sup> Destacamos aqui que a primeira líder mulher de um país africano foi Ellen Johnson Sirleaf, eleita presidenta da Libéria no ano de 2005. A campanha e os protestos das mulheres pela paz na Libéria resultaram diretamente na eleição de Sirleaf, representando um marco para as mulheres africanas (ALAGA, 2011 p. 3).

Como pode ser visualizado em nosso modelo de variáveis da figura 3, a falta de legitimidade por parte das sociedades Poro e Sande e sua capacidade de mobilização social influenciaram a estabilidade política do período e, indiretamente, as guerras. Entretanto, o principal motivo pelos quais as guerras da Libéria aconteceram não foi diretamente a ruptura das sociedades Poro e Sande com o Estado. Para acontecerem as guerras, duas coisas foram fundamentais. Primeiro, observamos que com uma melhor infraestrutura, comunicação e abertura para o interior do país a partir do governo de Tubman, a população durante muito tempo excluída se percebeu a margem e iniciou o processo de ruptura com os governos da elite américo-liberiana, resultando no golpe de Samuel Doe. Segundo, destacamos que o estopim da guerra aconteceu num momento em que os financiamentos externos para a Libéria diminuía e a crise econômica avançava significativamente impactando a qualidade de vida de toda a população. Essas duas características concomitantes foram o bastante para que nem mesmo a participação do presidente William Tolbert na sociedade Poro contesse o golpe de Samuel Doe.

#### 4.4 CONCLUSÃO DO CAPÍTULO

Buscamos, neste capítulo, a partir das guerras da Libéria, verificar como as sociedades secretas Poro e Sande influenciaram na legitimidade, mobilização social e estabilidade política durante o conflito armado. Para isso, foi necessário compreender como a guerra iniciou, quais foram os grupos em conflito e quando e por quais motivos o conflito armado cessou. Além disso, observamos como aconteceu a interação entre as sociedades Poro e Sande com a guerra, quais foram as características delimitantes para a guerra e como as sociedades se mantiveram nesse ambiente. Verificamos então a nossa hipótese em período de guerra, observando que, na Libéria, após o processo de ruptura dirigido por Doe, a estabilidade política acabou por se romper juntamente às lideranças políticas e américo-liberianos, também havendo uma diminuição na legitimidade por conta dessa desestabilização de elite, o que proporcionou movimentos de mobilização da população.

## 5 CONCLUSÃO

O que nos guiou nesta pesquisa foi buscar a relação entre Estado nacional e as instituições indígenas da sociedade a partir da preocupação em entender como as sociedades Poro e Sande influenciaram a formação do Estado na paz e nas guerras da Libéria. Assim, ressaltamos que a partir da violência do imperialismo houve uma reorganização dos grupos indígenas que fez com que esses não desaparecessem por completo, mas se reconfigurassem. Um dos exemplos mais marcantes ocorre na Libéria, na África Ocidental, onde há sociedades secretas, as sociedades Poro e Sande, que mesmo com a pressão do Estado moderno fundado no modelo europeu conseguiram se rearticular no ambiente transformador do Estado Nacional. Compreendemos que as relações políticas de nossa pesquisa não estão desconectadas das relações díspares de poder entre Estados nas relações internacionais contemporâneas. E, o imperialismo europeu na África, enquanto exemplo dessa disparidade, apesar de haver sido superado em termos legais, deixou resquícios na vida política de milhares de pessoas no Terceiro Mundo. O imperialismo representou a expansão do capitalismo para os países dominados, fundou-se na violência colonial e interveio diretamente na vida dos povos periféricos por meio da posse forçada de terras e da exploração de recursos naturais e de trabalho humano (AMIN, 2009, pp. 12-14). Não obstante, nos termos de Said (2011), mesmo com a ação imperial de coerção e opressão isso nunca significou uma relação apática ou passiva, mas essa relação sempre teve agência também das colonizadas e dos colonizados. Este trabalho, neste sentido, refletiu essa argumentação.

Assim, argumentamos que essas sociedades legitimaram líderes nacionais nos períodos de paz, instrumentalizaram a mobilização social no período da guerra e, indiretamente, impactaram na estabilidade política do país, tendo variações contrarárias nas variáveis dependentes nos períodos de paz e de guerra. Para isso, no primeiro capítulo nos aprofundamos na discussão teórica sobre o Estado na África a partir de uma perspectiva histórica, compreendendo as relações políticas desde antes do marco colonial, durante o colonialismo e após as independências. Observamos, nesse momento, as restrições que os Estados Nacionais formados a partir do imperialismo enfrentam e os resultados diferentes que teve a guerra na formação de Estado da periferia. Nesse sentido, nesse capítulo discutimos a conceituação de guerra na África. Ademais, buscamos conceitos que compreendessem as sociedades secretas, concluindo que a definição mais conveniente seria a de instituições indígenas. Por fim, completamos o capítulo com a definição de nossas três variáveis dependentes: mobilização social, estabilidade política e legitimidade, as quais foram utilizadas na verificação de nossa

hipótese. Elas, em conjunto, visaram descrever mecanismos específicos que direcionam a complexa relação entre Estado pós-colonial e instituições indígenas da sociedade.

No segundo capítulo, iniciamos nossa o estudo de caso a partir da formação do Estado da Libéria, para então adentrarmos na história das sociedades Poro e Sande e então, verificarmos nossa hipótese no período de paz. Nesse capítulo, observamos que durante mais de cem anos o Estado da Libéria teve como lideranças as elites américo-liberianas, que eram dependentes de financiamento externo e se utilizavam de lideranças indígenas locais, como os líderes Poro ou Sande, para manter a estabilidade do regime. Ao correlacionar nossas variáveis dependentes com as sociedades Poro e Sande nesse período de formação de Estado anterior aos conflitos do final do século XX, percebemos que 1) a mobilização social liderada pelas sociedades Poro e Sande diminuiu, visto que houve uma relação institucionalizada dos/as líderes Poro e Sande com membros/as do governo central; 2) um dos motivos pelos quais a estabilidade política do regime se manteve foi porque a elite política do período era assimilada pelas sociedades Poro e Sande, com utilização de seus métodos para serem percebidos pela sociedade como indivíduos com poder; 3) a legitimidade, enquanto aceitação da autoridade, foi fortalecida para as elites américo-liberianas quando essas refletiam as crenças compartilhadas das instituições indígenas tendo então suas decisões aceitas. Assim, verificamos nossa hipótese no período anterior às guerras de 1989 e 1999.

Para finalizar, no terceiro capítulo também tratamos sobre nosso estudo de caso sobre a Libéria, desta vez, a partir do período de conflito em 1989. Iniciamos com as questões históricas do conflito para então adentrarmos sobre como as sociedades Poro e Sande relacionaram-se com a guerra e qual a importância dessa para essas instituições. Nesse capítulo observamos o impacto da conjuntura nas guerras da Libéria, como o financiamento estadunidense durante a Guerra Fria e os grupos *proxy* clientes de interesses privados. Além disso, mantivemos sempre em destaque as questões políticas enquanto fundamentais para o surgimento e continuidade da guerra, sendo os rituais Sande e Poro somente uma das frentes que influenciaram a desestabilização do regime. Na correlação das sociedades Poro e Sande com nossas três variáveis durante a guerra, pudemos observar que 1) a mobilização social dirigida por líderes Poro e Sande aumentou, visto que, ao perderem o *status* junto às elites nacionais, esses/as líderes não estavam mais institucionalizados na relação estatal, vindo a organizar também a insurgência; 2) com a ruptura no regime dos américo-liberianos, a partir de 1980, o uso de rituais que antes não eram públicos se intensificaram diminuindo a estabilidade política do regime; 3) na medida em que os líderes Poro e Sande não tinham mais uma forte conexão com os líderes nacionais, esse afastamento influenciou a legitimidade do governo central, que

diminuiu relativamente, visto o desfacelamento da estrutura de goveno. Portanto, no capítulo 2, verificamos nossa hipótese no período de conflito.

A partir desses três capítulos e com o método hipotético-dedutivo, buscamos verificar a relação entre as instituições indígenas e mobilização social, estabilidade política e legitimidade do Estado na Libéria, verificando nossa hipótese nos capítulos 2 e 3. Nesse sentido, optamos por avaliar essa relação em dois momentos, no período anterior à guerra e durante a guerra, em que observamos que haveria uma alteração contrária nas variáveis, possibilitando a compreensão da influência das sociedades Poro e Sande para as relações políticas da Libéria. Assim, conforme nosso argumento principal, de que as sociedades secretas Poro e Sande legitimaram líderes do governo central, sendo, mais tarde, instrumento de mobilização da sociedade e impactando também na desestabilização política do regime, percebemos que analisar essa relação possibilitou compreender situações de conflito, armado ou não, envolvendo questões indígenas em países colonizados que sofreram em um momento específico da história com a ingerência de atores externos, ainda que essa ingerência tenha possibilitado a formação dos Estados Nacionais. Ademais, esta pesquisa contribuiu para os estudos brasileiros sobre as guerras da Libéria, conflitos recentes no continente africano que aconteceram no litoral oeste da África, em uma das regiões mais próximas do Brasil em toda a África, sendo, portanto, uma questão de segurança do entorno estratégico brasileiro.

Dentre os obstáculos que encontramos para a realização desta pesquisa destacamos certa dificuldade em acessar alguns livros e artigos específicos sobre as sociedades Poro e Sande, bem como estudos que tivessem como objeto a relação dessas sociedades com o Estado. Contudo, a maior dificuldade desta pesquisa foi encontrar discussões sobre a sociedade de mulheres Sande, referencial que caracterizamos como insuficiente quando comparado ao da sociedade Poro. A isso, atribuímos uma questão estrutural, o patriarcalismo, que se reflete nas pesquisas e que também repercute em nossas referências bibliográficas, com uma participação de mulheres bastante pequena, quando comparada às referências masculinas. Essa sendo, juntamente ao corte racial, outra dificuldade que encontramos. Há uma ampla e profunda literatura sobre Libéria e formação de Estados africanos a partir de centros de estudos europeus ou estadunidenses, sendo esses bastante referenciados nesta pesquisa. Contudo, buscamos acessar e discutir autoras mulheres e autores/as do Terceiro Mundo, apesar das sempre em evidência pesquisas masculinas do Norte.

Reconhecemos, entretanto, algumas limitações desta pesquisa no que se refere ao aprofundamento das três variáveis dependentes, estabilidade política, mobilização social e legitimidade, que vão em suas definições muito além abordagem proposta, podendo ser melhor

aprofundadas em pesquisas futuras. Em relação a isso, como sugestão, pensamos que seria interessante analisar as guerras da Libéria a partir de uma perspectiva da política externa e de defesa do Brasil, visto que, como dito acima, há uma aproximação geográfica da Libéria com nosso país, o que traz a importância de pensar possíveis estratégias e respostas para, por exemplo, uma possível expansão marítima do conflito. Além disso, pesquisas de campo na Libéria sobre a relação das sociedades Poro e Sande com o Estado seriam de crucial importância para aprofundar a análise no âmbito não só das Relações Internacionais, mas da Ciência Política. Ademais, sugerimos a continuação de pesquisas sobre a relação das instituições indígenas africanas com o Estado Nacional e a guerra, além da possibilidade da aplicação de nossos conceitos a casos em outras regiões, como na América Latina e no Oriente Médio.



## REFERÊNCIAS

- AKPAN, Monday B. Libéria e Etiópia, 1880- 1914: A sobrevivência de dois Estados africanos. In: (org.) BOAHEN, Albert Adu. **História geral da África**, VII: África sob dominação colonial, 1880-1935. Brasília: UNESCO, 2010, pp. 281-319.
- ALAGA, Ecoma. **“Pray the Devil Back to Hell:”** Women’s ingenuity in the Peace Process in Liberia. Peacebuild, 2011.
- ALAO, Abiodun; MACKINLAY, John; OLONISAKIN, Funmi. **Peacekeepers, politicians and warlords: the Liberian peace process**. New York: The United Nations University, 1999.
- AMIN, Samir. Introducción: Frantz Fanón en Africa y Asia. 2009. In: FANON, Frantz. **Piel Negra, Máscaras Blancas**. Madrid: Ediciones Akal, 2009.
- AMMAN, Carole; KAUFMANN, Andrea. **Politics of Ethnicity in Monrovia, Liberia and Kankan, Guinea: a Comparative Analysis**. Journal of the Mande Studies Association, vol. 14, pp. 57-97, 2014.
- ARRIOLA, Leonardo. **Patronage and Policital Stability**. Comparative Political Studies, v. 42, n. 10, Oct. 2009.
- AYOOB, Mohammed. **The Security Problematic of the Third World**. World Politics, v. 43, n. 2, pp. 257–283, 1991.
- BEKOE, Dorina. **Implementing peace agreements: lessons from Mozambique, Angola, and Liberia**. New York: Palgrave Macmillan, 2008.
- BELLMAN, Beryl. **The language of secrecy: Symbols and Metaphoras in Poro ritual**. New Brunswick, N.J.: Rutgers University Press, 1984.
- BOBBIO, Norberto. **Dicionário de Política**. Brasília: Editora UNB, 2004.
- BOUDON, Raymond; BESNARD, Philippe; CHERKAOUI, Mohamed; LÉCUYER, Bernard-Pierre. **Dicionário de Sociologia**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1990.
- BRUHNS, Hinnerk. **O Conceito de Patrimonialismo e Suas Interpretações Contemporâneas**. Revista Estudos Políticos, n. 4, pp. 61-77, 2012.
- BURGESS, Stephen. **African Security in the Twenty-First Century: The Challenges of Indigenization and Multilateralism**. African Studies Review, v. 41, n. 2, pp. 37-61, Sept. 1998.
- CASTELLANO DA SILVA, Igor. **Guerra na África: Características, Causas e Impactos Sistêmicos**. Florianópolis: IX Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos de Defesa (ENABED), 2016.
- CASTELLANO DA SILVA, Igor. **O modo Africano de fazer a Guerra e seu desafio para a Segurança do Atlântico Sul**. Porto Alegre, 2017.

- CASTELLANO DA SILVA, Igor, et al. **Resolução de Conflitos na África Subsaariana: O Papel do Power-Sharing e da Capacidade Estatal nos casos de Angola e da República Democrática do Congo.** *Conjuntura Internacional*, v. 10, n. 3, pp. 60-74, 2013.
- CHABAL, Patrick. **Political Domination in Africa: Reflections on the limits of power.** Cambridge: Cambridge University Press, 1986.
- CHABAL, Patrick. **Power in Africa: An essay in Political Interpretation.** London: The Macmillan Press Ltd, 1992.
- CHAZAN, Naomi, MORTIMER, Robert; RAVENHILL, John; ROTHCHILD, Donald. **Politics and Society in Contemporary Africa.** Colorado: Lynne Rienner Publishers, 1992.
- CLAPHAM, Christopher. **Africa and the International System: The political of State Survival.** Cambridge: Cambridge University Press, 1996.
- CLAPHAM, Christopher. **Liberia and Sierra Leone: An essay in comparative politics.** New York: Cambridge University Press, 1976.
- CLAPHAM, Christopher. **Third Worlds Politics: an Introduction.** Sin loco: Routledge, 1985.
- CLAUSEWITZ, Carl Von. **Da Guerra.** Princeton: Princeton University Press, 1984.
- COSTA, Ana Carolina de Oliveria. **Guerra no Plural: Magia, Conflitos Geracionais e o Estado em Serra Leoa e Libéria.** Brasília: UNB, 2016.
- DAHL, Robert A. **Poliarquia: Participação e Oposição.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.
- ELLIS, Stephen. **Liberia 1989-1994: A Study of Ethnic and Spiritual Violence.** *African Affairs*, 94, pp. 165-197, 1995.
- ELLIS, Stephen. **The Mask of Anarchy: The Destruction of Liberia and the Religious Dimension of an African Civil War.** London: Hurst & Company, 1999.
- ELLIS, Stephen. **Mystical Weapons: Some Evidence from the Liberian Civil War.** *Journal of Religion in Africa*, v. 31, n. 2, pp. 222-236, 2001.
- ENGLEBERT, Pierre. **Pre-Colonial Institutions, Post-Colonial States, and Economic Development in Tropical Africa.** *Political Research Quarterly*, v. 53, n. 1, pp. 7-36, 2000.
- FUEST, Veronika. **'This is the Time to get in Front': Changing Roles and Opportunities for Women in Liberia.** *African Affairs*, vol. 107, n. 427, pp. 201-224, 2008.
- FREUND, Bill. **The Making of Contemporary Africa: The development of African Society since 1800.** Londos: Macmillan Press Ltd., 1984.
- GALTUNG, Johan. **Peace by Peaceful Means: Peace and Conflict, Development and Civilization.** London: PRIO / Sage Publications, 1996.

GERDES, Felix. **Civil War and State Formation: The Political Economy of War and Peace in Liberia.** Frankfurt: Campus Verlag, 2013a.

GERDES, Felix. **The Evolution of the Liberian State: A Study in Neo-Patrimonial State Formation and Political Change.** Hamburg: Universität Hamburg, 2013b.

GERSHONI, Yekutiel. **War Without End and An End to A War: The Prolonged Wars in Liberia and Sierra Leone.** African Studies Review, v. 40, n. 3, pp. 55-76, Dec. 1997.

GIZELIS, Theodora-Ismene. **A Country of their Own: Women and Peacebuilding.** Conflict Management and Peace Science, v. 28, n. 5, pp. 522-542, 2011.

HALL, Peter; TAYLOR, Rosemary. **As Três Versões do Neo-Institucionalismo.** Lua Nova, n. 58, 2003.

HARRIS, David. **Civil War and Democracy in West Africa: Conflict Resolution, Elections and Justice in Sierra Leone and Liberia.** London: I.B. Tauris, 2012.

HEGRE, Håvard; ØSTBY, Gudrun; RALEIGH, Clionadh. **Poverty and Civil War Events A Disaggregated Study of Liberia.** Journal of Conflict Resolution, v. 53, n. 4, p. 598-623, 2009.

HERBST, Jeffrey. **States and Power in Africa.** Princeton: Princeton University Press, 2000.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. **Minidicionário Houaiss da Língua Portuguesa.** Rio de Janeiro: Objetiva, 2004.

HYDEN, Goran. **African Politics in Comparative Perspective.** Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

IBRAHIM, Jibrin. **Democratic Transition in Anglophone West Africa.** Dakar: CODESRIA, 2003.

JACKSON, Robert H. **Quasi-states: sovereignty, international relations and the Third World.** Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

JOHNSON, Jangaba. The Influence of Islam on Poro and Sande in Western Liberia. Jul. 1974 In: ELLIS, Stephen. **The Mask of Anarchy: The Destruction of Liberia and the Religious Dimension of an African Civil War.** London: Hurst & Company, 1999.

KANDEH, Jimmy. **Coups from Below: Armed Subalterns and State Power in West Africa.** New York: Palgrave Macmillan, 2004.

KASFIR, Nelson. **Class, Political Domination and the African State.** Pp. 45-61. in ERGAS, Zaki. **The African State in Transition.** New York: Palgrave Macmillan, 1987.

KI-ZERBO, Joseph. **História geral da África – 1: Metodologia e pré-história da África.** Brasília: UNESCO, 2010.

LEMARCHAND, René. The Dynamics of Factionalism in Contemporary Africa. Pp. 149-169. in ERGAS, Zaki. **The African State in Transition**. New York: Palgrave Macmillan, 1987.

LIBERIA INSTITUTE OF STATISTICS AND GEO-INFORMATION SERVICES (LIGIS). **Analytical Report on Population Size and Composition**. Republic of Liberia, 2011. Disponível em: < [http://lisgis.net/pg\\_img/Population%20size%20210512.pdf](http://lisgis.net/pg_img/Population%20size%20210512.pdf)>. Acesso em: 10 out. 2017.

LITTLE, Kenneth. **The Political Function of the Poro**. Africa: Journal of the International African Institute, v. 35, n. 4, part I, Oct. 1965.

LITTLE, Kenneth. **The Political Function of the Poro**. Africa: Journal of the International African Institute, v. 36, n. 1, part II, Jan.1966.

LONDSDALE, John. **States and Social Processes in Africa: A Historiographical Survey**. African Studies Review, v. 24, n. 2/3, pp. 139-225, Jun-Sep. 1981.

LYNN DOTTY, Roxanne. **Imperial Encounters: The Politics of Representation in North-South Relations**. Minneapolis: Minesota Press, 1996, pp. 26-50.

MALAKPA, Sakui. **From Foya to the Capitol: His Excellency Joseph Nyuma Boakai Sr., Vice President of the Republic of Liberia**. New Jersey: Africana Homestead Legacy Publishers, 2016.

MAYSON, Dew Tuan-Wleh; SAWYER, Amos. **Capitalism and the Struggle of the Working Class in Liberia**. The Review of Black Political Economy, v. 9, n 2, pp. 140-158, 1979.

MONTAÑO, Carlos; DURIGUETTO, Maria Lúcia. **Estado, Classe e Movimento Social**. São Paulo: Cortez, 2011.

MOSCA, Gaetano. **The Ruling Class**. New York: McGraw-Hill Book Company, 1939.

MOYO, Dambisa. **Dead Aid: Why Aid is not Working and How There Is Another Way for Africa**. New York: Farrar, Straus and Giroux, 2009.

OLANREWaju, Ilemobola. **Fractionality in Homogeneity? Value Differences and Cross-Cultural Conflict in Somalia**. In: ASUELIME, Lucky; FRANCIS, Suzanne. Selected Themes in African Political Studies: Political Conflict and Stability. New York: Springer, 2014, pp. 9-23.

OLUKOJU, Ayodeji. **Culture and Customs of Liberia**. Westport: Greenwood Press, 2006.

OUTRAM, Quentin. **Cruel Wars and Safe Havens: Humanitarianism Aid in Liberia 1989-1996**. Disasters, v. 21, n. 3, pp. 189-205, 1997.

PARSONS, Talcott. **El Sistema Social**. Sin loco: Alianza Editorial, 1999.

- PUGEL, James. **What the fighters say: A survey of ex-combatants in Liberia.** Monrovia, Liberia: United Nations Development Programme, 2007. Disponível em: <[http://www.operationspaix.net/DATA/DOCUMENT/904~v~What\\_the\\_Fighters\\_Say\\_\\_A\\_Survey\\_of\\_Ex-combatants\\_in\\_Liberia.pdf](http://www.operationspaix.net/DATA/DOCUMENT/904~v~What_the_Fighters_Say__A_Survey_of_Ex-combatants_in_Liberia.pdf)>. Acesso em: 23 out. 2017.
- SAID, Edward. **Cultura e Imperialismo.** São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- SAWYER, Amos. **The Emergence of Autocracy in Liberia: Tragedy and Challenge.** California: Institute for Contemporary Studies San Francisco, 1992.
- SIMMEL, Georg. **The Sociology of Georg Simmel.** New York: The Free Press, 1950.
- STEADY, Filomina Chioma. **Women and collective action in Africa.** New York: Palgrave Macmillan, 2006.
- SUCHMAN, Mark. C. **Managing Legitimacy: Strategic and Institutional Approaches.** Academy of Management Review, v. 20, n. 3, p. 571–610, 1995.
- THOMSON, Alex. **An Introduction to African Politics.** Oxon: Routledge, 2004.
- TILLY, Charles. **Guerra y construcción del estado como crimen organizado.** Revista Académica de Relaciones Internacionales, n. 5, 2006.
- TILLY, Charles; TARROW, Sidney. **Contentious Politics.** New York: Oxford University Press, 2015.
- TORO, Bernardo; WERNECK, Nisia Maria. **Mobilização Social: Um Modo de Construir a Democracia e a Participação.** Brasil: UNICEF, 1996.
- TOURE, Augustine. **The Role of Civil Society in National Reconciliation and Peacebuilding in Liberia.** International Peace Academy, 2002.
- VISENTINI, Paulo Fagundes. **A África na política internacional: o sistema interafricano e sua inserção mundial.** Curitiba: Juruá, 2010.
- WALLIS, Braithwaite. **The Poro of the Mendi.** Journal of the African Society, pp. 183-189, 1905.
- WEBER, Max. **Economía y Sociedad: Esbozo de sociología comprensiva.** Madrid: Fondo de Cultura Económica de España, 2002.
- WEBER, Max. **Economia e Sociedade: Fundamentos da Sociologia Compreensiva (vol. 2).** Brasília: Universidade de Brasília, 1999.
- WEBER, Max. **Ensaio de Sociologia.** Rio de Janeiro: LTC Editora, 1982.
- YIN, Robert K. **Case Study Research: Design and Methods.** London: Thousand Oaks, Sage Publications, 2003.

YOUNG, Crawford. The Heritage of Colonialism. In: HARBERSON, John; ROTHCHILD, Donald (Edit.). **Africa in World Politics**. Philadelphi: Westview Press, 2009, pp. 19-39.